

PRIMEIRO NÚMERO DO SUPLEMENTO DIÁRIO

O primeiro número do suplemento diário do «Avante!» saiu ontem. Esgotou-se em poucas horas, numa clara demonstração da força do nosso Partido, da profundidade da sua implantação entre as massas trabalhado-

ras. Será durante a campanha eleitoral um organizador colectivo, um agitador colectivo, um instrumento de trabalho nas mãos dos militantes comunistas. Será a voz do Partido, uma tribuna revolucionária que levará o

Programa do Partido, a palavra dos candidatos comunistas, deputados do povo, às cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

Em consequência do encurtamento da campanha eleitoral não serão publicados, entretanto, os quarenta números inicialmente anunciados. Atendendo à sua finalidade, o suplemento terá a duração da campanha.

Por outro lado, o suplemento não se publicará às quintas-feiras, dia de saída da edição semanal do «Avante!», que sofrerá durante o período eleitoral apenas uma alteração. Por falta de espaço, os assuntos habitualmente tratados nas duas páginas de Informação serão condensados numa só, que incluirá os temas nacionais e internacionais.

A edição semanal será enviada aos assinantes do suplemento diário sem qualquer aumento de encargos. Para compensar os camaradas e amigos que cooperaram com o órgão central do nosso Partido, pagando antecipadamente a assinatura dos 40 números previstos, a Editorial «Avante!» editará um álbum especial com reproduções de mais de uma dezena de cartazes do PCP. Essa edição será destinada exclusivamente aos assinantes do suplemento diário, que a receberão oportunamente, também sem quaisquer encargos.



UMA ESTRELA VERMELHA NA PLANÍCIE ALENTEJANA

A REFORMA AGRÁRIA NA ORDEM DO DIA

• A CRIAÇÃO DA COOPERATIVA ESTRELA VERMELHA ASSINALA UM PASSO DECISIVO E CONSTITUI UM EXEMPLO PARA O INÍCIO DA TRANSFORMAÇÃO DOS CAMPOS PORTUGUESES E PARA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO «A TERRA A QUEM A TRABALHA»

Uma grande festa popular, organizada pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP comemorou a criação da Cooperativa Agri-

cola Estrela Vermelha, no concelho de Santiago do Cacém, a qual engloba as herdades do Corona e do Pochinho, ocupando uma superfície que ronda os 3 mil hectares e que a partir de agora são bem o exemplo de que a entrega da terra a quem a trabalha começa a ser já uma realidade no panorama alentejano. Mais de 30 mil pessoas, na sua esmagadora maioria camponeses, reuniram-se no «monte» que domina a herdade do Corona, numa manifestação de regozijo pela vitória alcançada pelos trabalhadores alentejanos da quarta região.

Várias foram as caravanas que se organizaram no passado domingo de Páscoa. O seu destino era a Cooperativa Agrícola que a partir de agora vai dar os primeiros passos num tipo de produção

completamente novo no nosso país. As estradas, a partir de Setúbal, apresentavam inscrições do nosso Partido quase de 100 em 100 metros. Camionetas ostentando bandeiras vermelhas passavam frequentemente.

Em Alcácer do Sal foi a concentração das caravanas vindas do Barreiro, Montijo,

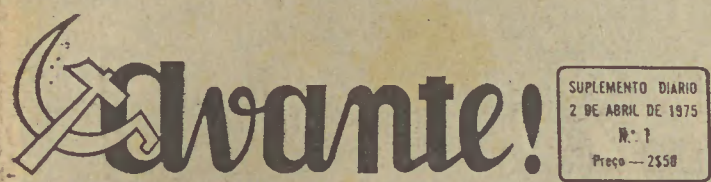
Almada, Alcochete, Moita, Seixal, Palmela e Setúbal. Um movimento de susa do. Bandeiras vermelhas davam um colorido diferente à vila. A própria ponte metálica sobre o Sado encontrava-se ornamentada com bandeiras que ostentavam as insígnias do nosso Partido.

A partir daí o movimento

eugrossou. Grândola, Vila Morena era já uma multidão enorme. Também em Santiago do Cacém e em Ermidas se concentraram todas as outras pessoas que vinham das mais variadas zonas do Alentejo.

A paisagem alentejana

CONT. NA PÁG. 5



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português - Director: António Dias Lourenço - Redacção: Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 - Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. - Distribuição - Distribuidora «O SEculo»



UMA CAMPANHA ELEITORAL UMA CAMPANHA DE MASSAS

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

A campanha eleitoral do Partido Comunista Português é uma campanha de massas. É uma campanha que se realiza em todas as zonas do país, em todas as cidades, campos, fábricas, estaleiros, escolas, repartições e minas.

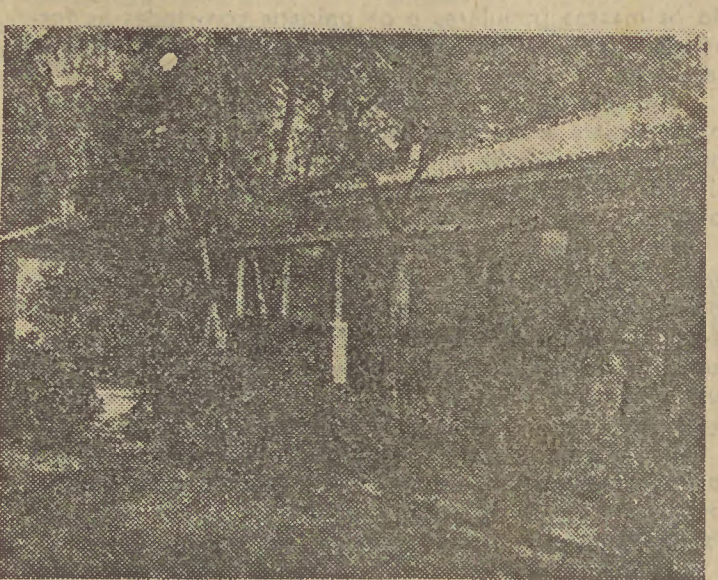
Avante!
PÁGINA 2

As eleições
não podem anular
as conquistas
do 25 de Abril

INATEL (ex -FNAT)

AO SERVIÇO DO POVO

Através da «organização» dos tempos livres dos trabalhadores, o fascismo, ao longo da História, sempre procurou afastá-los da luta de classes e do combate pelos seus verdadeiros interesses.



Instalações da ex-FNAT: uma nova utilidade

Entre nós, essa organização chamou-se FNAT

Com o 25 de Abril, aurora da democratiza-

ção do País, este papel da FNAT tombou no mesmo golpe militar e popular que derrubou o fascismo. Alguns não compreenderam de imediato que a estrutura da FNAT, preenchida com o conteúdo revolucionário do novo País que construímos, tem todas as condições para se transformar num motor de consciencialização, de esclarecimento político e de dinamização cultural ao serviço dos interesses do povo português.

A recente mudança de nome da FNAT para Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL), testemunha que este organismo cortou com o passado e dedicou-se à satisfação dos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

NA PÁG. 12

O VIETNAM VENCEU!

Danang foi libertada! Uma vitória do povo vietnamita, uma vitória da humanidade que não tinha data no calendário dos meses e dos anos, mas que era certa. Danang foi durante anos a maior base militar dos Estados Unidos no Sueste Asiático — um mosteiro da arrogância imperialista do Vietnam. Das suas pistas saíram milhares de aviões e helicópteros que, dia após dia, semearam a morte e a destruição na República Democrática do Vietnam do Sul, no Laos e no Camboja. De Danang levantavam voo os jactos equipados com os mais terríveis en-

genhos electrónicos, os pesados B-52 que bombardeavam pontes, escolas, hospitais, que envenenavam as águas dos arrozais, que poluíam os campos, lançavam produtos tóxicos sobre as florestas, despejavam sobre Hanoi e Haiphong toneladas de explosivos, bombas de fosforo, bombas de fragmentação, esferas envenenadas de pontas e lâminas, armas concebidas nos laboratórios para cegar, mutilar, para destruir o povo do Vietnam.

O povo do Vietnam resistiu e venceu. Forçou o imperialismo a dobrar os joelhos, obrigou o imperialismo americano a as-

sinar os Acordos de Paris. Mas os EUA não respeitaram os tratados de paz de Janeiro de 1973. Entregaram as bases ao governo fantoche de Van Thieu. Ofereceram-lhe mais armas, mais dinheiro, enviaram-lhe milhares de «conselheiros militares» para Saigão. Sustentaram política, militar e financeiramente o governo títere de Lon Nol, no Camboja. As tropas mercenárias de Van Thieu invadiram as zonas libertadas pelos patriotas da Frente de Libertação Nacional e colocadas sob administração do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul. Thieu opunha-se à paz, tentou pela violência impedir a unidade da nação vietnamita. E proclamava que Danang era inexpugnável. A Danang americana, fabricada pelo imperialismo, corpo estranho na terra heróica do Vietnam.

E Danang rendeu-se sem resistência aos combatentes da Frente de Libertação Nacional. O baluarte do imperialismo caiu. A rendição de 100 000 mercenários de Thieu anuncia a desagregação completa do Estado fascista de Saigão, é um dobre de finados pela presença imperialista no Sueste Asiático. No Camboja, enquanto Danang era libertada, outro fantoche, Lon Nol, fazia as malas...

O povo vietnamita venceu! Saigão não foi ainda libertada, mas a vitória é já uma certeza. Lembrar, assim, o nome do gigante que encarnou a luta do seu povo, honrar a sua memória é hoje um acto de justiça, um dever. Há 45 anos, quando o camarada Ho Chi Minh iniciou a luta de libertação nacional no Vietnam, desafiando o colonialismo francês, a reacção internacional tomou-o por «um louco». Era um revolucionário que soube forjar um partido, organizar e mobilizar uma nação, preparar um exército que conteve e derrotou o imperialismo francês, primeiro, e o imperialismo americano, depois. Ho Chi Minh era um comunista. Hoje é um herói da Humanidade.





ONTEM, um facto insólito aconteceu em Portugal: por todo o País, do Minho ao Algarve e nas ilhas portuguesas do Atlântico, teve início a campanha dos candidatos a deputados à Assembleia Constituinte, a eleger no dia em que passará exactamente um ano sobre o movimento triunfante dos capitães do 25 de Abril.

Serão as primeiras eleições em liberdade desde o advento do fascismo, há 49 anos, depois de várias gerações de portugueses, violentamente remetidos ao vácuo político, terem desaprendido de uma prática basilar em qualquer estado democrático.

Mais de cinco milhões de eleitores escolherão representantes seus, homens e mulheres, a quem incumbirá elaborar e aprovar a Lei fundamental do País — a Constituição — para um largo período da vida nacional.

Na República burguesa de 1910 foi, um ano depois, promulgada a Constituição de 1911 que consagrava direitos e liberdades democráticas inerentes ao carácter social do regime estabelecido. A debilidade numérica e organizativa do proletariado, a ausência de um partido verdadeiramente revolucionário da classe operária, condicionaram decisivamente o âmbito das reformas sociais inscritas na Lei Constitucional.

Em 1933, Salazar impôs ao País uma outra Constituição que sancionava e institucionalizava a ordem fascista, cujos princípios permaneceram inalterados até ao 25 de Abril do ano passado.

Uma e outra deixaram intacta a estrutura de classes da sociedade portuguesa, uma e outra — apesar de substanciais diferenças — assentaram numa demagogia de classe própria da burguesia dominante.

A Constituição que os representantes eleitos pelo povo vão elaborar e aprovar na futura Assembleia Constituinte terá de reflectir a natureza democrática do Estado actual, as conquistas sociais já alcançadas e a alcançar e, de qualquer modo, tornar-se um instrumento ao serviço dos objectivos apontados no Programa do MFA.

As próximas eleições de 25 de Abril, sabe-se, não poderão ainda exprimir com verdade a vontade esclarecida de todos os portugueses que nelas vão intervir. Factores diversos a isso obstarão.

O PCP, acusado injustamente por forças empenhadas em deformar a sua política, de tentar torpedear as eleições e de temer a liberdade, tem sido aquele que mais se tem batido pela garantia de eleições realmente livres e o que mais tem combatido actos e manobras tendentes a falsear os resultados do acto eleitoral.

Nenhum outro partido, como o PCP, tem sido alvo das calúnias, provocações e agressões daqueles que estão interessados em fazer retroceder o processo democrático e revolucionário e impedir que a voz do proletariado se faça ouvir com a sua força decisiva na elaboração da Lei fundamental do País.

Provocadores ao serviço da reacção têm procurado criar situações de conflito, arruças e golpes de força e endossá-los depois aos comunistas.

Entretanto, nenhum outro partido, como o PCP, mais tem respeitado a legalidade democrática e mais tem lutado para que outros a respeitem.

As ilegalidades e atropelos cometidos por autarquias ainda não saneadas; o caciquismo fascista que impede por todos os meios o esclarecimento político das populações; a descarada intervenção dos elementos mais reacçãoários do clero para semear entre os fiéis o ódio aos comunistas têm sido objecto das denúncias mais enérgicas do PCP.

Durante a campanha eleitoral, a linha de actuação dos comunistas continuará invariavelmente em defesa da ordem democrática e da livre expressão do povo português nas eleições de 25 de Abril.

O Partido da foice e do martelo não usará estes simbólicos instrumentos de trabalho para «cortar cabeças» e «esmagar órgãos», como malevolamente propalam os reacçãoários entre as pessoas crédulas, mas como sím-

bolos das camadas mais significativas do povo — os operários e os camponeses —, como instrumentos do trabalho criador e pacífico nas fábricas e nos campos, como expressão aglutinadora de todos os portugueses que amam o progresso, a independência e a liberdade da sua Pátria.

Mas, atacados pelos agentes da reacção, da ultra-esquerda à extrema-direita, os comunistas não se remeterão jamais à defensiva. Seremos uma grande força radicada nas massas e o exemplo da serenidade no fragor das batalhas, mas seremos também muito firmes na defesa dos nossos princípios e da nossa política.

Dizemos claramente ao povo: a união das massas populares; a sua organização nas formas mais variadas e adequadas à sua actividade diária; a rápida elevação dos construtores do Portugal de amanhã, como exigência fundamental de uma participação responsável nos processos políticos e produtivos, são condições indispensáveis para garantir e defender as conquistas da revolução. A mobilização popular, num combate de classe que a atitude sabotadora do grande capital agudiza cada vez mais, uma mobilização popular que não contrarie, antes se oriente, pelos interesses e objectivos prioritários da revolução democrática portuguesa — será a barreira onde virão desfazer-se as arremetidas dos divisionistas a soldo da reacção.

Dizemos aos militares: continuai na vossa linha de devotamento ao povo; fazei do amor ao povo, de que sois filhos, a pedra de toque da vossa unidade; apreendei cada vez mais a ciência política porque o vosso Movimento é necessário para a defesa do Estado democrático hoje e o seu desenvolvimento revolucionário amanhã, dentro das perspectivas do vosso Programa. Como vanguarda da classe operária e seu destacamento organizado e consciente, o PCP é um exército disciplinado e coeso e está por isso em condições de apreciar justamente o valor da disciplina militar quando dirigida no sentido da defesa dos interesses do povo e da revolução.

Dentro do movimento popular de massas, como sua força mais consequente, fazemos da aliança POVO-MFA o vínculo da nossa política. Por isso os que querem dividir-nos vão-se esborçoando nos combates das suas próprias facções internas, os que querem isolar-nos perdem os laços com o povo e ficam enleados na sua própria teia. A nossa ofensiva é, pois, um constante esforço de ligação às massas populares e de unidade com todas as forças democráticas sinceramente dispostas a defender e alargar as conquistas revolucionárias do povo.

O PPD, que se tem distinguido pela sua campanha anticomunista e cujos militantes têm praticado violências contra os comunistas, propunha, ontem, num comunicado público, «um pacto de campanha» entre os partidos da coligação.

Já aqui temos referido o estranho comportamento de um partido da coligação que se permite não reprovar e, ao contrário, antes incentiva certos actos, pela forma «passa-culpas» como se tem pronunciado nos casos de provocação e agressão de filiados seus a militantes comunistas (um deles candidato às eleições) em localidades onde o caciquismo reacçãoário ainda impera. Não seria útil que o PPD acatasse o próprio «pacto» da coligação e fizesse aos seus aderentes severas recomendações para que se abstivessem de provocações e violências contra os comunistas? Não seria melhor começar por aí?

Infelizmente temos razões para duvidar dos bons propósitos do PPD, pois continuam a chegar até nós notícias de novas provocações e agressões de elementos daquele partido contra comunistas, como se verificou na própria primeira noite da campanha eleitoral quando um grupo de gorilas com os distintivos do PPD utilizaram golpes de karate contra jovens comunistas que colavam cartazes do PCP na zona de Alvalade. O facto não nos admirava conhecendo os esforços desesperados dos círculos reacçãoários para perturbar a campanha eleitoral e talvez tentarem impedir as eleições.

Vê-se que os círculos reacçãoários de fora do País

intensificam os seus ataques, calúnias e mentiras contra Portugal numa tentativa de insuflar novos alentos à contra-revolução abortada em 11 de Março.

Políticos responsáveis, como Kissinger, numa clara ingerência nos assuntos internos de Portugal, pronunciam-se sobre a situação do nosso País em termos que nos fazem recordar outros que antecederam graves actos do Governo dos Estados Unidos contra a independência de alguns povos. Um senhor Craxi, cremos que do PSI, deita para fora da boca as piores calúnias e ofensas contra o PCP.

Não é, certamente, por razões fortuítas que a Imprensa reacçãoária internacional enviou para Portugal alguns dos seus melhores especialistas de política externa, que estão enviando para os seus jornais relatos deformados acerca da situação no nosso País e da política do PCP.

Toda a pior reacção internacional concentra as suas atenções e o seu fogo sobre Portugal e os comunistas portugueses. Entre Washington e Bona há um corropio de conhecidos políticos interessados em acender de novo o clima da «guerra fria», travar o processo do desanuviamiento na Europa e organizar ataques e provocações contra a situação no nosso País e da política do PCP. Portugal.

No plano interno, os reacçãoários portugueses tentam recuperar-se da derrota de 11 de Março. Não é igualmente frotuito que sectores da grande burguesia agrária tenham procurado manifestar-se contra o Governo Provisório, através da tentativa de obstrução da via pública, com tractores, em Coimbra.

A aproximação do acto eleitoral trará seguramente um reavivar das manobras contra o processo democrático e revolucionário e principalmente da luta para colocar o PCP numa posição eleitoral inexpressiva.

Será um trabalho votado ao fracasso. Milhares e milhares de portugueses e portuguesas, entre eles grandes massas de jovens, dão a sua adesão entusiástica ao PCP por verem que os comunistas lhes oferecem uma perspectiva realística para a solução dos problemas do País e do povo. Os comunistas não fazem demagogia, não adulam as massas para as ganhar para as suas posições.

Em dezenas de comícios e debates com os trabalhadores e o povo vê-se, nos últimos dias, como as massas se viram para o PCP. Do comício do Estádio 1.º de Maio, com mais de 100 000 assistentes, à confraternização da Quinta do Corona e do Pocinho, com a presença de quase igual número de participantes; dos comícios de Setúbal, com cerca de 20 000 pessoas, aos do Porto, Lisboa, Évora, Coimbra, etc., largas dezenas de milhares de portugueses sancionam, com a sua presença e apoio, a justa política dos comunistas.

Cresce entre as massas a consciência da necessidade duma forte representação comunista na Assembleia Constituinte. A presença dum grande número de deputados do PCP na primeira Assembleia livremente eleita pelo povo português depois de 48 anos de fascismo será uma garantia de que os grandes problemas nacionais encontrarão as soluções adequadas.

No Governo e fora dele, nas discussões na Assembleia Constituinte, os comunistas e os seus deputados batalharão pela independência nacional, contra os monopólios e o latifúndio, pela Reforma Agrária que dê a terra a quem a trabalha, pelo reforçamento do sector nacionalizado através da participação cada vez mais ampla dos trabalhadores na direcção do processo produtivo, em particular nos sectores básicos da economia do País; por uma justa actualização do salário mínimo e a contenção dos preços; por um planeamento económico ajustado às exigências duma situação profundamente abalada por quase 5 décadas de fascismo; por pão, paz, democracia e cultura para todos os portugueses.

Com a confiança do povo, os deputados comunistas serão na Assembleia Constituinte os melhores defensores dos interesses populares.

As eleições
não podem anular
as conquistas
do 25 de Abril

PROVOCAÇÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA A ORDEM DEMOCRÁTICA

Com a marca mais descarada das provocações da PIDE e com agressões físicas caracterizadas pela cobardia, caciques e serventários de algumas localidades tentam evitar que o Povo ouça a voz do nosso Partido. Em grupos arregimentados, comandados pela pior escória, indivíduos de baixo estofio moral interrompem sessões de esclarecimento e propaganda, impedindo as pessoas de falar, participar e escolher livremente o rumo do partido.

Depois das abjectas agressões, em Ribeira de Pena, aos camaradas Pedro Filipe e Margarida Tengarrinha, membro suplente do Comité Central do nosso Partido e candidata por Vila Real, novos actos de provocação e violência foram cometidos contra militantes comunistas em Serra de Santo António e em Alcanede, nos concelhos de Alcanede e Santarém.

Em Ribeira de Pena, o grupo de agressores era chefiado por João Fernandes Rodrigues, conhecido por João Tropa, indivíduo que usava um emblema do PPD e afirmava que «ali os comunistas não falavam». Também em Alcanede e Serra de Santo

António, para evitar que se ouvissem as vozes que vitórias o nosso Partido os elementos reaccionários gritavam «PPD», antes de a gritaria e as ameaças se concretizarem em actos de agressão e em prejuízos materiais que exigiram a intervenção das Forças Armadas e da GNR.

Estes actos de provocação e violência contra a ordem democrática nada têm de espontâneo. São preparados cuidadosamente e com antecedência. Sabe-se que elementos já identificados arregimentaram pessoas de Alcanede e de localidades vizinhas para colaborar na sua tarefa de perturbar por todos os meios as sessões do nosso Partido. Para isso, usam a influência que lhes dá algum poder económico e uma actividade constante de corrupção, calúnias e intrigas anti-comunistas.

Também em Loureiro (Oliveira de Azeméis) se passaram factos extremamente graves da responsabilidade de provocadores fascistas que tentaram por meios violentos interromper uma sessão de esclarecimento do nosso Partido. Sem o apoio e a protecção da maioria dos presentes,

teria havido certamente vítimas em estado grave, entre os militantes comunistas e a assistência, pois os provocadores chegaram a pegar em facas e a arremessar mesas e bancos contra as pessoas.

Posta ao corrente da gravidade do que se passava, a GNR de Oliveira de Azeméis recusou-se a intervir por ordem do comandante: atitude estranha da parte de quem tem por dever garantir a segurança das cidadãs e do exercício das liberdades democráticas.

Os nossos camaradas da Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis afirmam que os provocadores armados e dispostos a tudo tinham o plano bem estudado. Alguns responsáveis são já conhecidos dos nossos camaradas.

Na ilha da Madeira continuam também as provocações violentas contra o nosso Partido. Na freguesia de Santa, onde camaradas nossos foram agredidos quando pretendiam efectuar uma sessão de esclarecimento, era o regedor que chefiava a histeria anticomunista perante a qual as autoridades não fizeram o mínimo gesto para proteger cidadãos pacíficos contra actos criminosos.

Os nossos militantes evitam responder às provocações, o que só abona a favor da sua coragem e consciência. No entanto, essa atitude tem de merecer uma contrapartida da parte das autoridades: a protecção que é devida a qualquer cidadão deste país.

Sabemos que os trabalhadores estão dispostos a ouvir-nos por todo o lado onde passamos. Não podem é, por vezes, resistir às pressões e às ameaças directas ou veladas a que estão sujeitos. Foi isso o que sucedeu recentemente em Ponte da Barca, onde a campanha anticomunista vai ao cúmulo de acusar o nosso Partido de «profanar lugares sagrados» apenas por que se colara na porta da igreja um papel anunciando uma sessão do PCP.

Mas os reaccionários e provocadores não se limitam a perturbar as sessões do nosso Partido. Aproveitam para atacar o MFA e caluniar membros do Governo, como sucedeu recentemente no lugar de Ermegilda, Maxial, Torres, Vedras, onde o filho do grande proprietário da terra se deu ao cuidado de ser ele próprio o provocador com o apoio do pároco, reaccionário notório.

Estas provocações e violências, às vezes exercidas contra camaradas isolados e pela calada da noite, têm de ser firmemente denunciadas não tanto pelo que representam como delitos contra pessoas e bens, mas pelo que representam de fúria reaccionária e antidemocrática, numa altura em que nos preparamos para viver uma campanha eleitoral e umas eleições que desfeririam realmente livres expressando a verdadeira vontade do povo trabalhador.

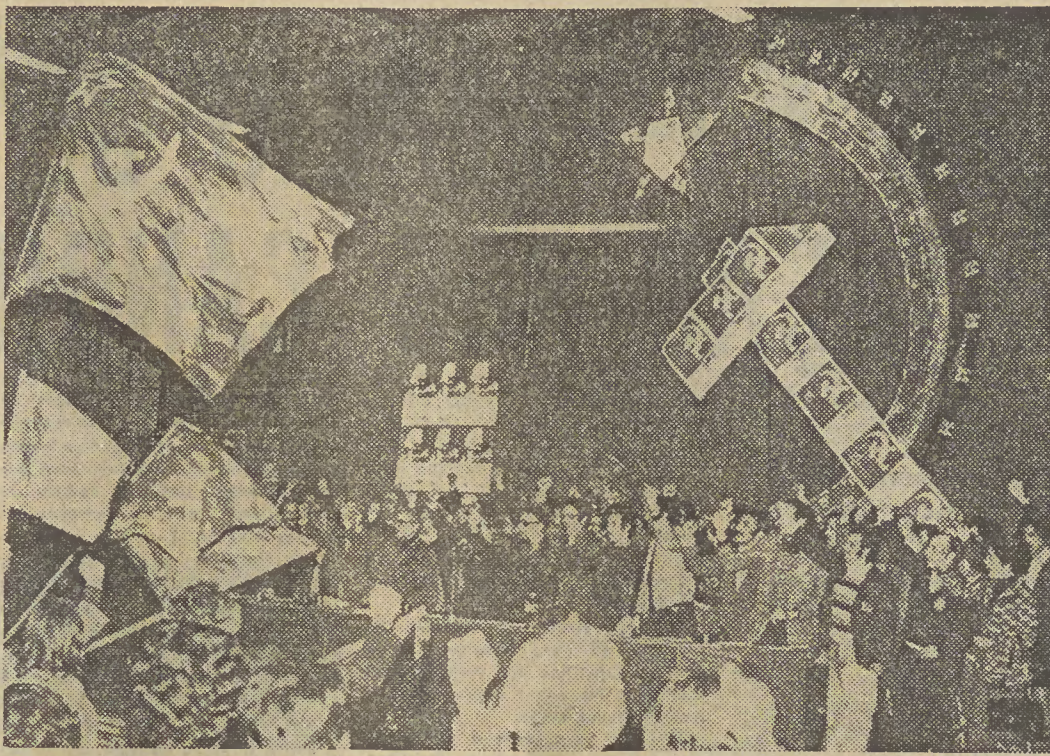
RELAÇÕES ENTRE O PCP E O PCUS

No Comité Central do Partido Comunista da União Soviética teve lugar um encontro do Secretário do CC do PCUS, camarada Catucheve G. F., com o membro do Secretariado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, camarada Oatário Pato.

Durante a conversação, que transcorreu num ambiente de amizade fraternal, houve uma troca de informações sobre as questões de interesse mútuo do PCUS e do PCP. O camarada O. Pato relatou a actividade do PCP, orientada para a consolidação e o desenvolvimento do processo de democratização em Portugal, para o fortalecimento da unidade de todas as forças democráticas do País e para o reforçamento da aliança com o Movimento das Forças Armadas.

O camarada Catucheve G. F., em nome do CC do PCUS, expressou a solidariedade das comunistas soviéticas com os comunistas, com todos os democratas de Portugal, na sua luta pelos interesses dos trabalhadores, por um Portugal livre e democrático.

Na conversação tomou parte o vice-chefe da Secção Internacional do CC do PCUS, camarada Chupchikov V. S.



Aspecto da sessão em Aveiro

MÁRIO SACRAMENTO: UM EXEMPLO

Mário Sacramento, o comunista e homem íntegro, intelectual que quis servir e servir o povo a que pertencia, o obreiro da unidade democrática, foi homenageado no decorrer de uma série de cerimónias e iniciativas realizadas na região onde viveu e militou.

Mário Sacramento morreu há seis anos, deixando um grande vazio entre os seus companheiros de luta. Para além da sua obra intelectual, de inegável valor no panorama da cultura portuguesa, Mário Sacramento deixou ainda o seu nome indissolubilmente ligado a esse acontecimento unitário de grande importância que foi o Congresso de Aveiro, do qual Mário Sacramento foi figura central do primeiro e grande dinamizador do segundo.

No sexto aniversário da morte de Mário Sacramento, a sua memória foi homenageada no decurso de um grande comício para apresentação dos candidatos do nosso Partido pelo distrito de Aveiro, ao qual presidiu o camarada Rogério de Carvalho, do Comité Central do PCP. Presentes, ainda, os candidatos José Bernardino, suplente do CC, João Sarabando, Manuel Matos, Cecília Sacramento, salientaria: Ontem, como hoje, a luta de um povo não se processa em acções isoladas, mas em coesão, firmeza colectiva, vigilância e espírito de união. Que cada um de nós procure dar sem receber, ponha ao serviço dos mais explorados a força da solidariedade que move montanhas.

Mário Sacramento: um exemplo.

o exemplo de Mário Sacramento, para ajudar a levar por diante as inúmeras tarefas que a actual situação política exige de todos nós e que tornaria possível a instauração em Portugal de um regime democrático que nos conduziria ao socialismo.

A viúva de Mário Sacramento, Cecília Sacramento, salientaria: Ontem, como hoje, a luta de um povo não se processa em acções isoladas, mas em coesão, firmeza colectiva, vigilância e espírito de união. Que cada um de nós procure dar sem receber, ponha ao serviço dos mais explorados a força da solidariedade que move montanhas.

Mário Sacramento: um exemplo.



A romagem ao túmulo de Mário Sacramento

OS ARQUITECTOS COMUNISTAS MANIFESTAM A SUA ALIANÇA COM OS TRABALHADORES MANUAIS

A célebre dos arquitectos do Porto do nosso Partido, num comunicado «Sobre as Tarefas dos Arquitectos na Revolução Democrática e Nacional» analisa com algum pormenor as formas de intervenção do arquitecto comunista na sociedade portuguesa e afirma, a dado passo, que «a resolução dos problemas da cidade, da habitação, que tão de perto tocam o proletariado, passa pela necessidade da revolução socialista».

Numa crítica ao «modernismo falso e estéril» que só ilude novos-ricos ou pequenos-burgueses ambiciosos, os nossos camaradas arquitectos lembrando que a sua profissão é «uma arma no processo da luta de classes», acrescentam: «O arquitecto com consciência de classe, sabe que no sistema capitalista, como trabalhador intelectual, tem que se tornar num aliado dos trabalhadores manuais».

«Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, a iniciativa privada vai deixando de privilegiar o arquitecto individual e a profissão «liberal», dando lugar à grande empresa de projectos dependente dos monopólios, lembram aqueles nossos camaradas. O arquitecto passa a ser cada vez mais um assalariado, vendendo trabalho intelectual aos monopolistas».

«No nosso campo profissio-

nal, a única perspectiva válida na radicalização crescente com o decorrer da revolução democrática e nacional é a da clarificação das relações de trabalho, considerando que não há, hoje e aqui, alternativa para a di-recção de um desenvolvimento económico que não assente na liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, no estímulo à iniciativa privada não monopolista, numa crescente intervenção do Estado na nacionali-

zação de sectores-chave, na capacidade criadora e na elevação do nível de vida do povo e na redução dos rendimentos e consumos do pequeno número de multimilionários», sublinham os nossos camaradas arquitectos do Porto, na parte do comunicado dedicada às tarefas que lutam por «formas de trabalho fecundas», incluindo a «criação de cooperativas de projectistas ou outras formas de trabalho colectivo».

O PCP NA ILHA DO PICO

Nas duas últimas semanas, foi grande a actividade do nosso Partido na ilha do Pico. Nas localidades de São Mateus, Santo Amaro, Candelária e Monte realizaram-se sessões com a mais viva e activa participação popular, que se cifrou em milhares de pessoas.

Em toda a parte foi lembrada a figura gloriosa do camarada Bento Gonçalves, que aqui, no Pico, teve o seu primeiro exílio e onde deixou as mais gratas recordações, nomeadamente através das escolas nocturnas que fundou para ensino das primeiras letras e mecânica.

Os temas predominantes naquelas sessões centraram-se nos problemas que mais directamente afectam os trabalhadores. A conjuntura política actual, o papel que alguns

partidos, políticos estão a desempenhar na campanha anticomunista que visa a manutenção das estruturas monopolistas, o significado das eleições e a necessidade de um esforço permanente assente na aliança entre as massas populares e o MFA foram outros aspectos focados, sendo salientados os pontos do programa do nosso Partido que se referem à situação económica, social e política e indicam as soluções adequadas. Foram feitas ainda diversas perguntas referentes à posição do Partido quanto à religião e ao ensino.

A UEC da Horta tomou parte em todas estas sessões, tendo promovido uma outra no Externato da Madalena, que decorreu num ambiente de grande entusiasmo e interesse,

O COMITÉ DIAS COELHO REVELA OS SEUS PROJECTOS

O fundo abismo que o governo fascista abriu entre os artistas e os outros trabalhadores, começou a ser ultrapassado no dia 25 de Abril com a vitória do Movimento das Forças Armadas e do Povo Português.

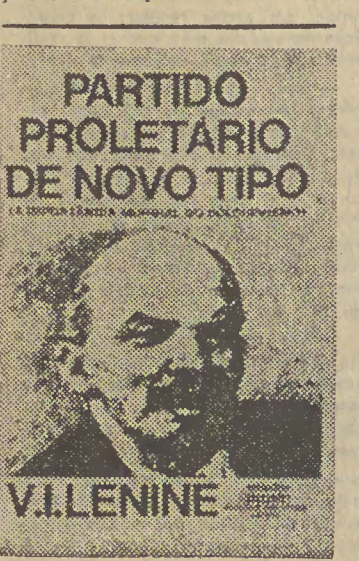
Hoje os artistas e outros trabalhadores podem falar livremente da obra de arte, podem, unidos, forjar e semear o seu futuro.

Motor deste diálogo sobre a obra de arte entre artistas e outros trabalhadores, diálogo que constitui um instrumento de consciencialização e mobilização política, o Comité Dias Coelho tem vindo a desempenhar um papel extremamente positivo que urge uma maior divulgação.

Constituído pelos artistas democráticos, Vasco da Conceição, António Domingues, Alfrédina Domingues, Maria Barreira, Hernâni Gandra, Vítor Pais, Ivone Balleste, José Faria, Maria do Carmo Farinha e Cipriano Dourado, com base num movimento unitário, o Comité Dias Coelho tem sido uma presença activa na divulgação, não somente da obra do nosso camarada Dias Coelho, mas ainda no desbravar de um caminho que possibilite o encontro do povo trabalhador com a arte portuguesa, expressão da vivência da luta antifascista, ferramenta e firmeza ao serviço da consolidação do processo democrático.

«Avante!», em entrevista colectiva com alguns elementos do Comité Dias Coelho, recolheu informações sobre o trabalho já realizado e sobre as perspectivas futuras de acção. Presentes Carlos Domingues, Alfrédina Domingues, Vasco da Conceição, Maria Barreira e Hernâni Gandra.

ALFRÉDINA DOMINGUES — Os objectivos que levaram à constituição do Comité Dias Coelho estão na sequência das preocupações de Dias Coelho no sentido de aproximar os artistas do povo e elevar o nível cultural das massas populares. Estas preocupações evidenciaram-se durante a sua vida. Nós, neste momento estamos a tentar dar os passos que ele daria se fosse vivo. Pensamos conduzir uma actividade de dinamização cultural em ambos os sentidos, para um encontro entre artistas e outros trabalhadores. Entre a sua actividade de artista militante, além do impulso que deu ao movimento progressivo dos intelectuais, organizou várias exposições gerais de artes plásticas e várias exposições itinerantes.



HERNÂNI GANDRA — Não temos dúvidas que a actividade do Comité Dias Coelho tem sido uma actividade de elevar o nível cultural do povo e educar o artista, ele também povo, nesta tarefa. Quando num momento de repressão particularmente aguda, Dias Coelho sacrificou voluntária e conscientemente a sua actividade artística para se dedicar exclusivamente ao Partido Comunista, continuando no quadro dos funcionários o combate pelo derube do fascismo e pela libertação do povo português, interrompeu-se uma acção de dinamização cultural que procuramos agora reatar. No entanto, Dias Coelho não abandonou totalmente a sua actividade de artista. Antes a pôs de um modo mais estreito em ligação com o trabalho político. Muitas das suas gravuras foram publicadas na imprensa clandestina, nomeadamente no «Avante!».

CARLOS DOMINGUES — Podemos pois dizer que a nossa actividade se desenvolve em dois sentidos: divulgação da obra de Dias Coelho, personalidade onde se aglutina de modo perfeito o artista militante e o militante revolucionário, e incremento da cultura popular através de exposições e outras iniciativas de massas em que a arte surja como elemento mobilizador. A nossa actividade iniciou-se com uma homenagem a Dias Coelho com a inauguração de uma placa comemorativa colocada na Rua da Creche, local onde foi assassinado pela PIDE em 1961, no dia em que ele completaria 51 anos; nesse mesmo dia promovemos um encontro na Sociedade Nacional de Belas-Artes, cuja dignidade artística e intelectual ele tanto defendeu. Nesse encontro participaram José Cardoso Pires, Margarida Tengarrinha, que foi companheira de Dias Coelho, Pedro Soares, Manuel João da Palma Carlos, Armando Rodrigues e Sema da Silva.

MARIA BARREIRA — Note-se que não foi a primeira vez que os artistas democráticos de artes plásticas homenagearam Dias Coelho. Ainda durante o fascismo fizemos uma homenagem clandestina, a qual consistiu na colocação de uma estátua da autoria de Vasco da Conceição, no túmulo de Dias Coelho, no cemitério de Benfica. A fundição dessa estátua foi custeada pelos artistas plásticos que promoveram essa homenagem em difíceis circunstâncias, pois o governo fascista reprimia, dentro da sua lógica de opressão, tudo o que se relacionasse com a recordação dos resistentes mortos. Ainda mais no caso em que se tratava de mais um crime do fascismo...

CARLOS DOMINGUES — Procura-mos incentivar o fomento da actividade artística infantil, realizando no final de Setembro, no Grupo Dramático Escolar «Os Combatentes», um encontro de cerca de 60 crianças, em painéis colectivos de três crianças, pintaram obras acerca do 25 de Abril, embora o tema não fosse obrigatório mas apenas sugerido. Esta realização, animada pela presença de José Viana, constitui uma afirmação do espírito colectivo das crianças, e a unidade com que actuam entre si, nas diversas pinturas, é um exemplo a reter pelos adultos. No dia 19 de Dezembro, aniversário do assassinio de Dias Coelho, efectuamos, com a colaboração do Centro de Trabalho do Par-

tido Comunista de Alcântara, uma romagem desde a Rua da Creche ao cemitério, na qual foi intensa a participação popular. As exposições itinerantes já visitaram a Siderurgia Nacional e o Centro de Formação Profissional em Cruz de Pau, perto de Amora. Com estas exposições, constituídas por obras de diversos artistas portugueses e entre eles Dias Coelho, procuramos impulsionar também o desenvolvimento das tendências artísticas entre os operários, os camponeses, os pescadores e outros trabalhadores. Procuramos recolher as opiniões de quantos visitam a exposição itinerante e por isso, incluímos no catálogo um questionário breve. As exposições itinerantes visitarão proximamente o Seixal, a Lisnave, Alcácer do Sal, Setúbal e Almada. É nosso propósito ir a pequenas aldeias e lugares no interior do País, mas levantam-se grandes problemas de ordem económica e até técnica que, de momento, atrasam a satisfação desse nosso desejo que é também uma necessidade que se impõe para reparar o grande desastre artístico, e cultural em geral, em que o fascismo lançou o País.

VASCO DA CONCEIÇÃO — Desde o início da nossa constituição que trabalhamos na exposição das obras de Dias Coelho, finalmente realizada neste mês de Março. Tratei-se de um árduo trabalho de investigação e de recolha das suas obras agora patentes ao público em Lisboa na Sociedade Nacional das Belas-Artes, que nos cedeu a sala com todo o empenho. Outras obras se encontram ainda dispersas e, na própria exposição, temos patente um apelo às pessoas, que as possuam ou conheçam quem as possui, para que nos façam chegar essa informação. Pensamos que se impõe a criação de um museu em que figurem as obras de Dias Coelho e de outros artistas resistentes portugueses. Temos consciência de que este é um trabalho político que objectivamente serve a causa do povo português a nível nacional e internacional. Aliás as nossas actividades estão já a encontrar divulgação noutras partes. Fomos já visitados pelo secretário-geral da Juventude Comunista belga e pela televisão checa. Pensamos também desenvolver o intercâmbio artístico com outros povos amigos no âmbito de uma larga solidariedade internacional, porque a arte revolucionária, a arte que se inspira nas formas de luta e vida dos povos no combate pela sua libertação, não tem fronteiras.

O Comité Dias Coelho é uma realidade em movimento no processo de divulgação e criação de mensagens artísticas do povo português, na construção de uma nova sociedade sem exploração nem terror. A semente deste movimento, que tem de ser amplamente apoiado, foi lançada por José Dias Coelho, nosso camarada que a PIDE assassinou a 19 de Dezembro de 1961. A sua obra de artista revolucionário encontra-se exposta ao público na Sociedade Nacional de Belas-Artes. O povo trabalhador português não pode ignorar este acontecimento. Visitar a exposição-homenagem a José Dias Coelho é não-somente homenagear este militante, que deu a vida pela causa do povo português, mas ainda incentivar a actividade do Comité Dias Coelho, concretizando a indispensável unidade entre trabalhadores das artes e outros trabalhadores.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO NO DISTRITO DE BEJA

Nos últimos dias do mês de Março multiplicaram-se por todo o distrito de Beja as sessões de esclarecimento promovidas pelo nosso Partido, contando algumas delas com a presença de candidatos comunistas pelo respectivo círculo eleitoral.

Assim, realizaram-se sessões de esclarecimento em Beja, no liceu, com a presença do camarada Francisco Miguel e que reuniu cerca de 1500 pessoas; em Santana da Serra (concelho de Ourique); em Panóias (Ourique); Odiveiras (Ferreira do Alentejo); em Castro Verde; em Alfundão (Ferreira do Alentejo); em S. Teotónio (Odemira); na Ribeira do Seissal (Odemira); em Vila Verde do Ficalho (Sempá), no qual também participou o camarada Francisco Miguel; em Odemira e em Ferreira do Alentejo.

Nas sessões de esclarecimento, que decorreram em ambiente de grande entusiasmo, usaram da palavra, entre outros camaradas, os candidatos pelo nosso Partido no distrito de Beja, João Honrado, Miguel Urbano Rodrigues e José Marques.

Entretanto, em Trigaxos (concelho de Beja), cerca de 3000 pessoas assistiram a um grandioso comício promovido pela comissão concelhia de Beja, com o fim de inaugurar um Centro de Trabalho do nosso Partido naquela al-

CENTRO DE TRABALHO DE MACUSSA

Nas últimas semanas tem-se registado a abertura de novos Centros de Trabalho do PCP, em diversos pontos do País, dos quais daremos em breve relação completa.

Um deles situa-se no lugar de Macussa, no concelho de Azambuja, e surge como resultado do trabalho colectivo de camaradas da zona que, como exemplo da capacidade de iniciativa que caracteriza os comunistas, não pouparam esforços no sentido de tornarem mais efectiva a presença do nosso Partido, vanguarda da classe operária, na sua pequena terra.

TRÊS TIROS DA PIDE

quem, porquê e como mataram AMILCAR CABRAL?

a verdade narrada pelo jornalista soviético OLEG IGNATIEV



PRELO EDITORA R. DA MISERICÓRDIA, 67-2º esq - LISBOA

25 MIL PESSOAS NO PALÁCIO DE CRISTAL NO PORTO PARA APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS COMUNISTAS

Em uma reunião de cerca de 25 mil pessoas que encheram literalmente o Palácio de Cristal, no decorrer do comício do nosso Partido, foram abordados vários problemas relativos ao momento actual, como o golpe contra-revolucionário do 11 de Março, a institucionalização do MFA, a criação do Conselho Superior da Revolução, a nacionalização da banca e das companhias de se-

guês a política cultural não é um luxo ou um devaneio. Uma sociedade democrática e, depois, uma sociedade socialista só poderão desenvolver-se se a cultura conhecer uma evolução prodigiosa. O programa do nosso Partido é perfeitamente claro a este respeito. A democratização da instrução e da cultura por fim à ignorância secular das massas trabalhadoras,

Quais eram os homens e mulheres torturados nos cárceres fascistas?

«Que os jovens transformem o seu voto numa arma do povo»

Também candidato à Constituinte e membro da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas,

não está de forma alguma interessado na escalada de tais acções nem no jogo (de parada e resposta) que serviria os desígnios da reacção para instaurar em PORTUGAL um clima de anarquia, cerca de 25 mil pessoas presentes, no dia 26/3/75, no Palácio de Cristal no Porto para assistir a um comício do PCP, propõem que:

1.º — Se tomem as medidas necessárias ao livre desempenho da actividade política dos partidos que aceitam e respeitam o processo democrático em curso;

2.º — Se descubram e castiguem severamente os agressores e todos aqueles que, por qualquer forma, incitem à realização de tais actos;

3.º — Se exija do PPD o controlo efectivo das acções dos seus militantes;

4.º — Se aprofunde rapidamente o saneamento a todos os níveis;

5.º — Se averiguem as possíveis ligações (ou coincidências) com as projectadas acções do ELP;

6.º — Se dê conhecimento desta moção ao primeiro-ministro, ao COPCON, à 5.ª Divisão do MFA, à Comissão Nacional de Eleições, ao Conselho Superior da Revolução e ao governador civil de Vila Real.

«O 11 de Março mostrou quanto era profunda a aliança entre o MFA e o Povo»

Pretendemos com este comício esclarecer dinamicamente alguns aspectos da actual situação política. É importante fazê-lo até porque a reacção e os pescadores de águas turvas procuram seguramente torcer os factos e apresentá-los à sua maneira. Aliás, já se verificam alguns sintomas de que a reacção de todos os imaturos se tenta reorganizar para melhor combater o processo democrático em Portugal — começou por dizer o camarada Ângelo Veloso, membro do Comité Central do PCP e o nome que encabeça a lista de candidatos comunistas deste círculo eleitoral.

Assim, disse: Vejamos, em primeiro lugar, o problema do 11 de Março. Que dizem os spinolistas e a reacção inter-

de outras unidades e as forças da GNR. Conhecem-se em parte o plano e os movimentos que algumas tropas deveriam efectuar. A conclusão é que nem o golpe consistia apenas no bombardeamento e na tentativa de tomada do RAL 1 nem o golpe do 11 de Março falhou por inépcia ou por falta de adequado planeamento.

O golpe falhou porque encontrou pela frente por um lado a resistência e a combatividade dos oficiais, sargentos e soldados fiéis ao MFA e, por outro, a resposta pronta e muito firme das massas populares.

Sob a direcção do MFA, em diversas unidades militares, os oficiais, sargentos e praças souberam tornar impossível qualquer actividade contra-revolucionária, neutralizaram possíveis conspiradores e colocaram-se abertamente ao lado do povo. Alguns aspectos desta acção foram já divulgados, como, por exemplo, os acontecimentos em Tancos.

Mas, em geral, e ao longo do País, são inúmeras as provas dadas, por elementos das Forças Armadas, de fidelidade ao MFA e de coragem na defesa do processo revolucionário.

Sem dúvida alguma que aqui reside um dos pontos fundamentais da derrota do golpe militar. Os reacçãoários enganaram-se miseravelmente. Eles não tiveram em conta as mudanças operadas no seio das próprias Forças Armadas e acreditaram que bastaria a adesão ao golpe dum ou doutro comandante militar para arrastar atrás dele a unidade.

O 11 de Março mostrou o seu erro. Mostrou quanto era profunda a aliança entre o MFA e o povo. Mas não só. O 11 de Março demonstrou a importância e o valor do MFA na defesa da democracia e do povo e o seu lugar insubstituível no processo revolucionário em curso no nosso país.

O golpe e os conspiradores não tiveram pela frente apenas as forças militares dirigidas pelo MFA. A resposta imediata, fulminante, massiva foi-lhes dada também e em todo o País pelas massas trabalhadoras.

Por toda a parte, os trabalhadores abandonam o trabalho, concentram-se junto dos quartéis para melhor ajudar as Forças Armadas; estabelecem-se piquetes, barragens, montam-se ligações telefónicas e organizam-se ou ajudam-se a defesa de pontos vitais do País. Para o fim da tarde, o nosso país é atravessado por uma onda de manifestação popular. A vontade e a vigilância populares opuseram uma firme barreira a quaisquer tentativas dos conspiradores.

«A composição do Governo reflecte o avanço das forças progressistas»

Adiante, Ângelo Veloso afirmou que o golpe de 11 de Março demonstrou que a correlação de forças no nosso país se altera de modo sensível, para concretizar: A frente da luta pela democracia aparece, por um lado, o MFA, por outro, o PC e o MDP, acompanhado pelo MES, a LCI e a FSP, a que se junta, inicialmente hesitante, o PS.

Referiu, depois, as medidas tomadas nos dias seguintes, que reflectem precisamente esta nova correlação de forças e consolidam um nítido avanço do processo democrático.

A criação do Conselho Superior da Revolução, a nacionalização da banca e dos seguros — são, objectivamente, marcos na história do nosso país, que abrem caminho a transformações estruturais na economia e sociedade portuguesa, isto é, a criação a curto prazo, duma sociedade democrática a caminho do socialismo.

A composição do novo Governo, quaisquer que sejam as reservas que possam ser feitas, reflecte também o avanço das forças progressistas.

As alterações mais notórias no novo Governo são as seguintes:

1.º — O MDP/CDE participa no novo Governo, com dois ministros, um deles ministro sem pasta.

Como sabeis, sempre o PCP defendeu a presença do MDP na coligação governamental. Como sabeis, após a crise Palma Carlos, o MDP

não entrou para o Governo apenas porque o PPD se opôs em termos de pressão difíceis de qualificar.

Em suma, apesar de todas as campanhas e calúnias que vem sofrendo, apesar da oposição sistemática sobretudo do PS e do PPD, o MDP vê reconhecida a sua força e preparação políticas. Aproveitamos para saudar daqui os nossos companheiros do MDP.

2.º — A entrada para o Governo dum outro militante destacado do PCP, o camarada Velga de Oliveira.

3.º — A saída do Governo de alguns ministros mais caracteristicamente de direita e a sua substituição por novos ministros.

Cremos que tudo isto — e apesar, repito, de reservas bem possíveis — o novo Governo reflecte também o aumento de prestígio e de influência das forças progressistas e o isolamento e o desprestígio crescente das forças de direita.

Recrudescimento da campanha anticomunista

Entretanto, a formação deste novo Governo caracteriza-se pelo recrudescimento de variados aspectos

que se impunha. As coisas estão a exceder as medidas admissíveis num estado que se quer democrático.

A construção dum Portugal novo não pode ser obra desta ou daquela força política isolada

A vigilância popular, a unidade de esforços, de vontade e de acção das forças progressistas saberá desarticular e derrotar a reacção e os provocadores qualquer que seja a demagogia de que se vistam — disse, para precisar em seguida: O processo revolucionário avança isolando cada vez mais estas forças da reacção e da exploração. Na ordem do dia das forças democráticas coloca-se a tarefa de criar as condições políticas para a realização da reforma agrária. Porque a reforma agrária que defendemos não tirará a terra senão aos grandes agrários para, em parte, a distribuir pelos pequenos e médios agricultores. A reforma agrária que defendemos não é só isto, é também desde já, uma nova poli-

das forças populares com o MFA joga neste processo um papel decisivo. E nesta aliança que tem estado e estará a chave e o motor, do desenvolvimento do processo democrático em Portugal. Romper esta aliança tem sido sempre, ao longo destes 11 meses, o objectivo número um de toda a reacção.

Mas esta aliança implica e exige esforços redobrados para unir na acção as forças válidas da sociedade portuguesa.

O PC reafirma que a construção dum Portugal novo não pode ser obra desta ou daquela força política isolada. Ela tem que ser obra da classe operária, dos pequenos e médios camponeses, dos pequenos comerciantes e artesãos, dos explorados e oprimidos, dos comunistas e dos socialistas, de todos os homens, mulheres e jovens progressistas do nosso país.

O camarada Ângelo Veloso, numa intervenção frequentemente interrompida por longos aplausos, disse a terminar, depois de saudar a recente tomada de posição do PS relativamente à Comissão Administrativa da Câmara:

As grandiosas tarefas com que depara o nosso povo, colocam aos



guos, o saneamento, as eleições, a situação económica e financeira e a necessidade do congelamento dos preços e actualização dos salários.

Presidiu à sessão a eng.ª Virginia Moura, candidata pelo círculo eleitoral do Porto, que, numa introdução breve, realçou a importância deste primeiro comício comunista após o 11 de Março.

Cinco candidatos comunistas foram chamados para a mesa: Ângelo Veloso, do Comité Central do PCP, Joaquim Pina Moura, da Comissão Central da UEC, eng.ª Oliveira Dias, director da Faculdade de Engenharia do Porto, Avelino Gonçalves e Felismina Ribeiro. Seguiram-se representantes de células comunistas de dezenas de empresas, da Rádio, TV, jornais, de freguesias, da UEC e da UJC.

Abertas novas perspectivas no campo económico e social

Abriu a sessão Avelino Gonçalves, candidato à Constituinte e ex-ministro do Trabalho, que, depois de analisar a situação económica do nosso País, durante os 48 anos do regime fascista e referindo-se à evolução portuguesa nos períodos até ao 28 de Setembro e 11 de Março, afirmou a dois pontos:

A situação está agora clarificada. O Movimento das Forças Armadas, através da resolução do Conselho Superior da Revolução, deu início à política antimonopolista. A identificação do poder económico com o poder político, através da subordinação da economia aos objectivos do processo democrático, foi iniciada. Para que seja levado avante o processo, para que a nacionalização da banca e o controlo, pelo Estado, das empresas que se lhe encontram associadas, represente um seguro passo em frente na recuperação económica, capaz de garantir a paz e a liberdade, a democracia e a independência nacional, torna-se necessário que a classe trabalhadora tome perfeita consciência do que significa, do que é e do que exige o caminho por que, a partir de agora, enveredamos.

A construção da democracia em Portugal está ligada ao desenvolvimento do movimento popular. O futuro da revolução portuguesa depende em última instância da unidade, da organização, da capacidade de luta dos trabalhadores.

As novas tarefas que temos pela frente, a partir da nacionalização da banca e dos seguros, impõe que ponhamos ao serviço da transformação democrática da economia portuguesa toda a capacidade criativa da classe trabalhadora, que reforcemos a nossa unidade de classe, que desenvolvamos a nossa organização sindical, que fortaleçamos a nossa organização política, que permanentemente reconstituamos uma ampla unidade que dê força, pelo lado da componente popular, à imprescindível, aliança POVO/MFA.

Só os trabalhadores cumprirão o papel que lhes cabe neste momento. É preciso que a nacionalização da banca represente o fim da sabotagem económica e das fugas de capitais, o fomento dos investimentos, a criação de novos postos de trabalho, o fomento da agricultura, a abertura de novas fábricas, a reconstrução da economia. A nacionalização veio abrir caminho à planificação económica, de acordo com objectivos sociais, de acordo com os interesses populares. Os critérios egoístas de meia dúzia de exploradores, sedentos de lucros, podem agora ser arredados da nossa economia.

É frisando bem, precisou:

É preciso, acima de tudo, defender sempre a unidade da classe trabalhadora. Os comunistas lutarão com audácia e confiança pela unidade da classe trabalhadora contra a reacção, pelo avanço do processo democrático, pelo socialismo.

Democratizar a instrução e a cultura

Oliveira Dias, candidato e director da Faculdade de Engenharia, referiu-se às medidas para se conseguir a democratização da instrução e da cultura, que constitui um dos objectivos fundamentais da revolução democrática nacional a caminho do socialismo. No seguimento da sua intervenção, afirmou a dado momento:

Para o Partido Comunista Portu-

A mesa que presidiu ao comício

dar-lhes-á a possibilidade de terem uma intervenção directa em todos os sectores da vida política, social e económica portuguesa e criará milhares de quadros intelectuais e técnicos vindos das classes trabalhadoras, devotados à defesa dos êxitos da revolução e capazes de impulsionar o rápido progresso do País.

A extinção do analfabetismo, a reforma geral do ensino, a criação de uma educação pré-escolar oficial, o aumento progressivo da escolaridade, o desenvolvimento da cultura e da arte nacional, o auxílio às colectividades e grupos culturais populares, o desenvolvimento da educação física e desporto, a reorganização da informação — colocando-a ao serviço da instrução e da cultura, de acordo com os ideais da revolução democrática e nacional —, o estímulo da in-

Joaquim Pina Moura abordou problemas da juventude e analisou a situação das universidades e alguns liceus.

A finalizar referiu-se às eleições para a Assembleia Constituinte, dizendo:

Ao ser reconhecido o direito de voto aos 18 anos, os jovens portugueses ganharam, por direito próprio, a possibilidade de intervir numa importante batalha política do processo revolucionário. Os jovens portugueses devem agora saber transformar o seu voto numa arma do povo, na arma de defesa e consolidação da liberdade da democracia e do progresso social e económico. A primeira e fundamental expressão dessa vontade será uma grande votação do Partido Comunista Português. Todos os jovens portugueses, sejam ou não militantes do



A presença da classe

investigação científica e o intercâmbio científico, cultural e técnico com os países socialistas são algumas das muitas medidas propostas no programa do Partido para a democratização da instrução e da cultura.

Para que sejam levadas a cabo, é necessário desenvolver também todos os restantes objectivos da revolução democrática e nacional, a caminho da construção de uma sociedade socialista.

Depois de se referir ao papel dos intelectuais comunistas, Oliveira Dias afirmou, ainda:

Para o Partido Comunista Português a ideologia e a cultura estão fortemente enraizadas na vida social que lhes dá origem. A solidariedade dos intelectuais com a classe operária e a integração harmoniosa do trabalho manual e intelectual são necessários ao aperfeiçoamento da vida social, estímulo para o desenvolvimento do espírito científico e criador.

Os milhares de intelectuais militantes do Partido Comunista Português ombreiam com a classe operária da cidade e dos campos na construção de uma sociedade democrática a caminho do socialismo.

Na unidade dos trabalhadores a sua vitória contra o capital

— Nesta hora difícil da nossa Pátria, temos de cerrar fileiras, temos de estar vigilantes para não deixarmos passar a reacção — começou por dizer a camarada Felismina Ribeiro, também candidata à Assembleia Constituinte pelo círculo do Porto.

Depois de se referir às calúnias que contra os comunistas são atiradas, passou a falar para todos os trabalhadores que sempre foram isolados da sociedade, dizendo:

O fascismo tudo fez para, no decorrer dos anos, nos amarrar à ignorância e nem nos deixar pensar. É a isso mesmo que temos de pôr fim. Amigas camaradas, temos que sair deste marasmo, juntemo-nos e lutemos sem desânimo a fim de reforcarmos a nossa vontade. Essa será a nossa força. Assim a razão vencerá. Temos que escolher o nosso Partido e este é aquele que sempre lutou e luta em defesa da classe operária e de todo o povo português explorado.

Qual era o Partido que a PIDE temia?

trabalhadora reflectiu-se através de numerosas delegações

partido, podem e devem votar nos candidatos comunistas, para que se defenda, prossigam e sejam alargadas as liberdades e para que cada vez mais esteja afastada da nossa Pátria a sombra negra do fascismo, da reacção e da exploração. No fim de contas, podem e devem votar nos comunistas aqueles que estão empenhados na construção de uma sociedade que corresponda aos interesses, às aspirações e aos objectivos dos trabalhadores e das massas populares de Portugal.

A agressão a Margarida Tengarrinha

Parante os recentes acontecimentos foi posta à votação a seguinte moção, que foi recebida com uma longa salva de palmas:

Atendendo à gravidade dos factos ocorridos em Ribeira de Pena, no dia 25/3/75, aquando da realização de uma sessão de esclarecimento do PCP, em que foram violentamente espancados MARGARIDA TENGARRINHA, membro suplente do Comité Central e candidata a deputado pelo círculo de Vila Real, e PEDRO RODRIGUES FILIPE, membro da Comissão Distrital do Partido, considerando que:

— Estes factos revelam uma cada vez maior agressividade das forças reacçãoárias, que coincidem com o aproximar da campanha eleitoral, pondo a claro não estarem criadas ainda, em certas regiões, as condições necessárias para que aí se realizem eleições verdadeiramente livres;

— Estes factos surgem normalmente precedidos de toda uma orquestração por parte de caciques locais, indivíduos saneados, ex-Pides, etc., e que agora se acoltem no PPD, como é o caso dos agressores de Ribeira de Pena, Póvoa do Varzim, Famalicão, São Mamede de Recezinhos (Penafiel), Chaves e ainda na recente tentativa de assalto à sede do PCP no Porto;

— Tais manifestações do selvajaria coincidem significativamente com acções preconizadas pela organização terrorista ELP (Exército de Libertação Português), como é do conhecimento público;

— O PCP sempre se bateu e baterá pelo cumprimento integral do Programa do MFA e das regras democráticas estabelecidas em 25 de Abril;

— Considerando ainda que o PCP

nacional? Que dizem, embora com outras palavras, os grupelhos es- queidistas? Eles querem fazer crer que o golpe não era tão importante como isso, que o ex-general Spínola foi enganado; alguns chegam ao ponto de afirmar que se tratou duma farsa para beneficiar os comunistas.

Quer dizer, pretendem servir-se do 11 de Março para a sua campanha contra o PC e contra o MFA.

Pelos elementos de que dispomos a realidade é bem outra. A realidade é que o golpe militar do 11 de Março foi cuidadosamente preparado devendo envolver além da pára-quedistas e comandos, um conjunto



Um aspecto da assistência que encheu o Palácio de Cristal



A camarada Virginia Moura no uso da palavra

da campanha anticomunista, que, ao contrário do que aconteceu com o 28 de Setembro, não diminuiu mas aumentou.

É um facto que a institucionalização do MFA e a nacionalização da banca e dos seguros foi um rude golpe no poder dos monopólios e toda a reacção foi tomada de desespero. Mas é importante salientar que este recrudescimento do anticomunismo está ligado à própria formação do novo Governo, à chantagem política de que neste período se serviram as forças direitistas.

A campanha internacional contra o MFA e contra as forças mais progressistas, designadamente o PC, aliase uma campanha interna. Procura-se minar a confiança no processo revolucionário e a confiança do povo português nas suas próprias forças e capacidades. Já há a teoria de que os EUA são um leão e que podemos ficar sem braços ou até ser engolidos por inteiro. Estranha teoria! No fundo, quer-se fazer depender o desenvolvimento da sociedade portuguesa não da vontade popular e da maturidade política do desenvolvimento das forças económicas e sociais portuguesas, mas da concórdia do imperialismo americano e da social-democracia europeia... E o absurdo de esperar que o imperialismo europeu ou americano concorde com a liquidação dos monopólios em Portugal.

Por outro lado, assiste-se a uma escalada de violências contra o PC. É preciso salientar que à cabeça de tal onda de violências aparece o PPD, politicamente isolado. Os activistas reacçãoários, os ex-legionários, os ex-ANP, os ex-caciques, os fascistas, ferocemente anticomunistas acotam-se agora sobretudo no PPD. Estranhamente, o PPD ainda não tomou a inequívoca posição pública

tica de crédito e de financiamento agrários, uma nova política de auxílio técnico, de preços, de comercialização de produtos, etc.

Uma tal reforma aniquilará definitivamente a influência reacçãoária no campesinato e trará definitivamente ao processo revolucionário o apoio dos campos.

Criar este Portugal democrático a caminho do socialismo é a tarefa empolgante que se coloca às forças progressistas e ao nosso povo. Para nós, comunistas, a aliança

comunistas pesadas responsabilidades.

O PC reafirma perante vós que não poupará esforços para unir, unir e unir ainda as forças válidas e os homens válidos do nosso país numa grande torrente popular pela democracia a caminho do socialismo.

Antes de encerrar este grandioso comício, foi guardado um minuto de silêncio em memória de Guilherme de Carvalho cuja morte ocorrera há dois anos, após a saída das masmorras fascistas.

CÂMARA DO PORTO É URGENTE PÔR EM PRÁTICA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A propósito dos recentes acontecimentos relacionados com a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, a Comissão Distrital do Porto do nosso Partido divulgou o seguinte comunicado:

1. Nos jornais do passado dia 25, a Federação Distrital do Porto do Partido Socialista veio declarar publicamente a sua disposição de discutir as razões da situação em que caiu a administração municipal e de aceitar um debate com vista à remodelação da Comissão Administrativa da Câmara do Porto. O Partido Comunista vem, des-

de Novembro, propondo esta discussão ao Partido Socialista. Saudamos, portanto, o facto de o Partido Socialista vir publicamente ao encontro dos nossos esforços.

2. A gestão da Câmara Municipal do Porto vem provocando um generalizado descontentamento na cidade. Isto deve-se ao facto de a Comissão Administrativa vir sendo dominada por uma aliança politicamente homogénea dos elementos do PPD com alguns dos representantes do PS que, em vez de procurarem resolver os problemas da cidade, procuram atingir objectivos políticos pessoais e sectários. É assim que, enquanto os problemas municipais se agravam de dia para dia, tem sido sistematicamente boicotada por tal aliança a discussão de propostas concretas apresentadas pelos representantes do PCP e do MDP/CDE, nomeadamente sobre o saneamento dos serviços, a reorganização interna, a política de solos, a política de ambiente, a política de habitação, o trânsito e os transportes, etc.

3. A população da cidade não poupa as suas críticas, justas no fundamental, à gestão da Câmara. As Juntas de Freguesia perderam a confiança na Comissão Administrativa e manifestaram-no publicamente. Os trabalhadores dos serviços municipalizados chegaram mesmo a travar, e continuam travando, importantes lutas contra atitudes antidemocráticas de alguns desses elementos da Comissão Administrativa.

4. A posição agora assumida pelo Partido Socialista abre o caminho para a resolução destes problemas. É na unidade das forças mais progressistas que se pode pôr em prática uma gestão municipal democrática, dinâmica, voltada para a satisfação dos interesses populares e assente na vontade e na participação das populações.

A Comissão Distrital do Porto do Partido Comunista Português, reafirmando, consequentemente, a vantagem de rapidamente se realizarem conversações entre as forças políticas, designadamente entre o PC e o PS.

UMA ESTRELA VERMELHA NA PLANÍCIE ALENTEJANA

CONT. DA PÁG. 11

transformou-se e ganhou colorido. Grupos numerosos, nas bermas da estrada, aproveitavam as sombras dos sobreiros para abrirem os fardes. Também as populações das pequenas localidades junto à estrada por onde as caravanas passavam manifestavam a sua alegria e o seu apoio. E de punhos erguidos saudavam a passagem da caravana que só em Setúbal reunira cerca de 500 automóveis e 70 autocarros, sem

gos de longa data. O copo que se estendia — *uma pinga lá da minha terra como não há outra* — era o suficiente para cimentar uma amizade.

Numa herdade onde anteriormente apenas tinham acesso os grandes latifundiários, beneficiando da exploração a que submetiam os trabalhadores agrícolas para manterem uma vida larga de ociosidade e que apenas se deslocavam às suas propriedades para caçarem nas cou-

cooperadores e que o indivíduo que participa com um tractor tem os mesmos direitos do que aquele que participa com a sua enxada. Simplesmente, à medida que a cooperativa vai realizando lucros, os artigos são pagos pelo valor que lhes foi atribuído no início.

Falta maquinaria

No respeitante à maquinaria, embora exista já alguma, faz-se sentir a falta de uma ceifeira-debulhadora, de um «bulldozer» e de uma retro-

tam com a ajuda técnica do Estado para que seja possível a grande arrancada.

Sobreiros bandeiras e pessoas

Cerca das 16 horas e depois dos milhares de pessoas terem visitado as instalações da herdade do Corona, realizou-se um comício num terreiro do «monte», com a participação de elementos da Comissão Administrativa da Cooperativa, de candidatos do nosso Partido pelo distri-

com o Movimento das Forças Armadas, nomeadamente as barreiras que de imediato se formaram no passado dia 11 de Março e que demonstraram que a população não está disposta a permitir que o processo revolucionário do nosso país volte para trás. Falando depois da luta que se desenvolve para uma democracia sem monopólios e sem latifúndios, apontou o exemplo que ali se estava a viver e acrescentou: *O exemplo da criação da Cooperati-*

va Agrícola Estrela Vermelha como da Cooperativa Agrícola de Casabres, com mais de 1000 hectares, como Padões em Canal Caveira, revela a firme determinação dos camponeses contra a sabotagem económica nos campos pela produtividade da terra em defesa da economia da terra em direcção à reforma agrária defendida pelo nosso Partido e que se traduz pelo fim dos monopólios e a terra a quem a trabalha.

No final e depois do camarada Álvaro Cunhal ter falado, foi-lhe oferecido uma insignia do PCP feita em madeira pelos trabalhadores da Cooperativa Agrícola que Álvaro Cunhal afirmou ser digna de figurar no museu do nosso Partido, como recordação do novo Alentejo que se constrói.

A reforma agrária é obra dos trabalhadores e como tal não pode parar. Novas cooperativas já foram criadas, outras estão em formação. A

terra para quem a trabalha é a palavra de ordem que ecoa no Alentejo.

Caía o Sol no horizonte quando os visitantes começaram a retirar-se da Cooperativa Agrícola Estrela Vermelha, onde decorreu uma confraternização popular sem igual. Mas o brilho da iniciativa daqueles trabalhadores agrícolas não esmoreceu por isso, antes se reforçou e se estendeu a outros locais onde os trabalhadores devem seguir o exemplo.



Milhares de visitantes, na sua maioria camponeses, estiveram na Estrela Vermelha

contar com os que ao longo do itinerário, respondendo ao apelo, se iam juntando ao cortejo automóvel, numa extensão de 10 quilómetros.

O brilho de uma estrela

Todos os transportes foram utilizados pelos milhares de pessoas que se deslocaram à Cooperativa Agrícola. Desde a tradicional camioneta de passageiros até ao atrelado puxado pelo tractor, desde a camioneta de carga até à bicicleta motorizada tudo contribuiu para a herdade do Corona.

Nas estradas de Santiago do Cacém para Ermidas, grandes estrelas vermelhas pintadas no asfalto indicavam a entrada para a Cooperativa Agrícola. Extensas filas de veículos aguardavam a vez de podermos ter acesso à herdade que ligava ao «monte».

Numas casas junto à estrada, uma mulher já idosa, de vestes pretas, chorava copiosamente. Como lhe tivessem perguntado qual a razão do seu pranto, se aquele era um dia de alegria respondeu:

«Choro porque tenho o meu filho lá longe e tenho pena que não possa ver o que se está a passar na sua terra».

Enquanto não paravam de passar carros para a herdade do Corona. Dois quilómetros mais adiante ficava o «monte», próximo de uma ribeira, que as pessoas tinham de atravessar fazendo equilíbrio em cima de umas tábuas colocadas para o efeito.

Impossível contar o número de carros que ali estavam estacionados. Impossível, também, descrever o movimento e a alegria que transparecia daqueles milhares de trabalhadores rurais reunidos no meio do campo. Estendiam-se toalhas em que os fardes se esparramavam logo rodeadas por grupos numerosos. Pessoas que nunca se tinham visto antes confraternizavam como se fossem ami-

tadas em que tinham transbordado os campos produtivos, o último domingo de Páscoa foi diferente. Pela primeira vez os trabalhadores puderam confraternizar num local que é seu e no qual o seu esforço não vai ser sugado por parasitas. Um brilho novo surge na planície alentejana e a «Cooperativa Agrícola Estrela Vermelha» indica o rumo que os trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo têm de seguir.

Trabalho igual para 80 famílias

A iniciativa de formar a cooperativa partiu de trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores de Abela, Ermidas e S. Domingos. Aproveitando a aplicação do decreto 660/74, que nacionalizou as herdades do Corona e do Pocinho os trabalhadores avançaram decididamente numa via socialista de produção. As herdades pertenciam à família Barreiros que só no Alentejo, segundo nos informaram, possui propriedades numa extensão de 200 mil hectares. As que agora foram nacionalizadas e que se encontravam num estado de completo abandono, com o gado a morrer por falta de alimento e de assistência veterinária e sem estarem cultivadas ocupam uma superfície próxima dos 3000 hectares.

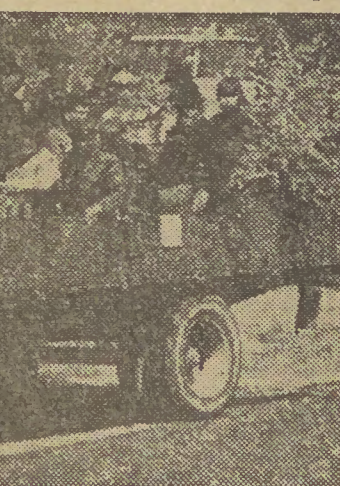
Oitenta famílias começaram já a assegurar os trabalhos da cooperativa agrícola e a tentar resolver os problemas enormes que a instalação de uma organização semelhante levanta. No entanto, os latifundiários que tinham aquelas propriedades abandonadas conseguiram ainda levar muitas coisas dali, inclusive rebanhos de carneiros e alfaías agrícolas.

«escavadora, instrumentos indispensáveis para assegurar alguns trabalhos na cooperativa, segundo nos declarou o camarada Zorro, da Comissão Administrativa.

Este mesmo camarada, no prosseguimento da conversa, dava-nos conta das intenções dos trabalhadores e dos problemas a resolver. Assim, as casas que presentemente existem no «monte» darão apenas para 30 famílias, e torna-se urgente criar casas para as restantes. Aumentar a barragem com mais três metros de altura é outro dos trabalhos a que é necessário meter ombros para que o aproveitamento da terra de regadio passe de 80 para 130 hectares, assim como se impõe a construção de silos para forragens, já que o esquema de exploração da cooperativa se vai integrar num regime silvo-pastoril. Nesse sentido foram já pedidas ao IRA 500 ovelhas e estão a ver qual o destino a dar às 140 vacas que existiam na herdade e que se encontram quase todas doentes.

Mas a produção de cortiça constituirá um dos pontos fortes da cooperativa. Nesse aspecto basta dizer que os latifundiários antigamente conseguiram tirar anualmente, sem qualquer esforço, cerca de 4 mil contos de cortiça daquelas propriedades. Além disso, existem boas matas de eucalipto. No respeitante, ainda, à cortiça, este ano foram retiradas 170 000 arrobas que o Estado prometeu dar à cooperativa. Este ano têm só 1000 quilos de trigo semeado, já que não houve oportunidade nem tempo para semear mais, contudo existe já terra preparada para um total próximo dos 200 hectares para ser semeada com trigo, aveia, cevada e tremocilha.

Depois de ter usado da pa-



Nem só para as faíscas agrícolas os tractores são utilizados

Os actuais cooperadores começaram por eleger três comissões, respectivamente, técnica, comercial e administrativa, com cinco elementos cada. Mas o trabalho é igual e ninguém se furta a fazer as tarefas do campo, que são muitas, até porque sabem que nesta fase de arranque se torna necessário o esforço de todos para que a cooperativa possa dentro em breve ser uma realidade e um exemplo para todo o Alentejo.

Segundo as informações que recolhemos, das 80 famílias que participam na cooperativa trabalham efectivamente perto de 120 pessoas. Com a ajuda do IRA (Instituto da Reforma Agrária) foram já concedidos empréstimos para pagamento de salários que são iguais para todos. Por outro lado a cooperação tem sido o total. Presentemente existem 11 tractores (dois faziam já parte da herdade) e os seus proprietários entregaram os tractores que foram avaliados e que mais tarde serão pagos pela cooperativa. Isto significa que não existe desigualdade entre os

Quando as culturas deste ano vão ser aproveitadas 40 hectares para arroz, 20 para tomate, 5 para pimentos e o resto para milho e forragens. Está também nas intenções da Comissão Administrativa o desenvolvimento de horticultura, a qual se destinará principalmente ao abastecimento dos cooperadores, bem como a engorda de porcos, tanto mais que no Pocinho existem já 17 porcos. Também há a intenção de plantar, dentro em breve, pomares de laranjeiras e pessegueiros.

Nas casa grande, onde os latifundiários passavam os seus momentos de lazer, tencionam agora os trabalhadores instalar, no chão grande, uma televisão para que ali se efectue o convívio. A escola, que já existia, é outro assunto sobre o qual a Comissão Administrativa pretende assegurar o seu funcionamento. Foram também nomeados dois administradores por parte do Estado, que, segundo se julga, serão provisórios. Paralelamente, os cooperadores da Estrela Vermelha con-

lavra José Luís Duarte Silva, membro do Secretariado da Célula da Setenave e natural daquela região, António Santos, operário metalúrgico e candidato do nosso Partido pelo distrito de Setúbal, acentuou a unidade dos operários com os camponeses, único caminho para se poder construir uma sociedade comunista e frisou a necessidade de se acabar definitivamente com os grandes monopólios e os latifúndios, que são o grande entrave para a edificação de uma sociedade justa e livre onde a exploração não poderá ter lugar.

Antes do camarada Américo Leal, membro do Comité Central e candidato pelo distrito de Setúbal, ter usado da palavra, Manuel João Alves da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santiago do Cacém prometeu todo o auxílio possível por parte desta entidade à nova cooperativa.

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

com a ajuda técnica do Estado para que seja possível a grande arrancada.

«escavadora, instrumentos indispensáveis para assegurar alguns trabalhos na cooperativa, segundo nos declarou o camarada Zorro, da Comissão Administrativa.

Este mesmo camarada, no prosseguimento da conversa, dava-nos conta das intenções dos trabalhadores e dos problemas a resolver. Assim, as casas que presentemente existem no «monte» darão apenas para 30 famílias, e torna-se urgente criar casas para as restantes. Aumentar a barragem com mais três metros de altura é outro dos trabalhos a que é necessário meter ombros para que o aproveitamento da terra de regadio passe de 80 para 130 hectares, assim como se impõe a construção de silos para forragens, já que o esquema de exploração da cooperativa se vai integrar num regime silvo-pastoril. Nesse sentido foram já pedidas ao IRA 500 ovelhas e estão a ver qual o destino a dar às 140 vacas que existiam na herdade e que se encontram quase todas doentes.

Mas a produção de cortiça constituirá um dos pontos fortes da cooperativa. Nesse aspecto basta dizer que os latifundiários antigamente conseguiram tirar anualmente, sem qualquer esforço, cerca de 4 mil contos de cortiça daquelas propriedades. Além disso, existem boas matas de eucalipto. No respeitante, ainda, à cortiça, este ano foram retiradas 170 000 arrobas que o Estado prometeu dar à cooperativa. Este ano têm só 1000 quilos de trigo semeado, já que não houve oportunidade nem tempo para semear mais, contudo existe já terra preparada para um total próximo dos 200 hectares para ser semeada com trigo, aveia, cevada e tremocilha.

Depois de ter usado da pa-

Quando as culturas deste ano vão ser aproveitadas 40 hectares para arroz, 20 para tomate, 5 para pimentos e o resto para milho e forragens. Está também nas intenções da Comissão Administrativa o desenvolvimento de horticultura, a qual se destinará principalmente ao abastecimento dos cooperadores, bem como a engorda de porcos, tanto mais que no Pocinho existem já 17 porcos. Também há a intenção de plantar, dentro em breve, pomares de laranjeiras e pessegueiros.

Nas casa grande, onde os latifundiários passavam os seus momentos de lazer, tencionam agora os trabalhadores instalar, no chão grande, uma televisão para que ali se efectue o convívio. A escola, que já existia, é outro assunto sobre o qual a Comissão Administrativa pretende assegurar o seu funcionamento. Foram também nomeados dois administradores por parte do Estado, que, segundo se julga, serão provisórios. Paralelamente, os cooperadores da Estrela Vermelha con-

lavra José Luís Duarte Silva, membro do Secretariado da Célula da Setenave e natural daquela região, António Santos, operário metalúrgico e candidato do nosso Partido pelo distrito de Setúbal, acentuou a unidade dos operários com os camponeses, único caminho para se poder construir uma sociedade comunista e frisou a necessidade de se acabar definitivamente com os grandes monopólios e os latifúndios, que são o grande entrave para a edificação de uma sociedade justa e livre onde a exploração não poderá ter lugar.

Antes do camarada Américo Leal, membro do Comité Central e candidato pelo distrito de Setúbal, ter usado da palavra, Manuel João Alves da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santiago do Cacém prometeu todo o auxílio possível por parte desta entidade à nova cooperativa.

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

com a ajuda técnica do Estado para que seja possível a grande arrancada.

«escavadora, instrumentos indispensáveis para assegurar alguns trabalhos na cooperativa, segundo nos declarou o camarada Zorro, da Comissão Administrativa.

Este mesmo camarada, no prosseguimento da conversa, dava-nos conta das intenções dos trabalhadores e dos problemas a resolver. Assim, as casas que presentemente existem no «monte» darão apenas para 30 famílias, e torna-se urgente criar casas para as restantes. Aumentar a barragem com mais três metros de altura é outro dos trabalhos a que é necessário meter ombros para que o aproveitamento da terra de regadio passe de 80 para 130 hectares, assim como se impõe a construção de silos para forragens, já que o esquema de exploração da cooperativa se vai integrar num regime silvo-pastoril. Nesse sentido foram já pedidas ao IRA 500 ovelhas e estão a ver qual o destino a dar às 140 vacas que existiam na herdade e que se encontram quase todas doentes.

Depois de ter usado da pa-

Quando as culturas deste ano vão ser aproveitadas 40 hectares para arroz, 20 para tomate, 5 para pimentos e o resto para milho e forragens. Está também nas intenções da Comissão Administrativa o desenvolvimento de horticultura, a qual se destinará principalmente ao abastecimento dos cooperadores, bem como a engorda de porcos, tanto mais que no Pocinho existem já 17 porcos. Também há a intenção de plantar, dentro em breve, pomares de laranjeiras e pessegueiros.

Nas casa grande, onde os latifundiários passavam os seus momentos de lazer, tencionam agora os trabalhadores instalar, no chão grande, uma televisão para que ali se efectue o convívio. A escola, que já existia, é outro assunto sobre o qual a Comissão Administrativa pretende assegurar o seu funcionamento. Foram também nomeados dois administradores por parte do Estado, que, segundo se julga, serão provisórios. Paralelamente, os cooperadores da Estrela Vermelha con-

lavra José Luís Duarte Silva, membro do Secretariado da Célula da Setenave e natural daquela região, António Santos, operário metalúrgico e candidato do nosso Partido pelo distrito de Setúbal, acentuou a unidade dos operários com os camponeses, único caminho para se poder construir uma sociedade comunista e frisou a necessidade de se acabar definitivamente com os grandes monopólios e os latifúndios, que são o grande entrave para a edificação de uma sociedade justa e livre onde a exploração não poderá ter lugar.

Antes do camarada Américo Leal, membro do Comité Central e candidato pelo distrito de Setúbal, ter usado da palavra, Manuel João Alves da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santiago do Cacém prometeu todo o auxílio possível por parte desta entidade à nova cooperativa.

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

com a ajuda técnica do Estado para que seja possível a grande arrancada.

«escavadora, instrumentos indispensáveis para assegurar alguns trabalhos na cooperativa, segundo nos declarou o camarada Zorro, da Comissão Administrativa.

Este mesmo camarada, no prosseguimento da conversa, dava-nos conta das intenções dos trabalhadores e dos problemas a resolver. Assim, as casas que presentemente existem no «monte» darão apenas para 30 famílias, e torna-se urgente criar casas para as restantes. Aumentar a barragem com mais três metros de altura é outro dos trabalhos a que é necessário meter ombros para que o aproveitamento da terra de regadio passe de 80 para 130 hectares, assim como se impõe a construção de silos para forragens, já que o esquema de exploração da cooperativa se vai integrar num regime silvo-pastoril. Nesse sentido foram já pedidas ao IRA 500 ovelhas e estão a ver qual o destino a dar às 140 vacas que existiam na herdade e que se encontram quase todas doentes.

Depois de ter usado da pa-

Quando as culturas deste ano vão ser aproveitadas 40 hectares para arroz, 20 para tomate, 5 para pimentos e o resto para milho e forragens. Está também nas intenções da Comissão Administrativa o desenvolvimento de horticultura, a qual se destinará principalmente ao abastecimento dos cooperadores, bem como a engorda de porcos, tanto mais que no Pocinho existem já 17 porcos. Também há a intenção de plantar, dentro em breve, pomares de laranjeiras e pessegueiros.

Nas casa grande, onde os latifundiários passavam os seus momentos de lazer, tencionam agora os trabalhadores instalar, no chão grande, uma televisão para que ali se efectue o convívio. A escola, que já existia, é outro assunto sobre o qual a Comissão Administrativa pretende assegurar o seu funcionamento. Foram também nomeados dois administradores por parte do Estado, que, segundo se julga, serão provisórios. Paralelamente, os cooperadores da Estrela Vermelha con-

lavra José Luís Duarte Silva, membro do Secretariado da Célula da Setenave e natural daquela região, António Santos, operário metalúrgico e candidato do nosso Partido pelo distrito de Setúbal, acentuou a unidade dos operários com os camponeses, único caminho para se poder construir uma sociedade comunista e frisou a necessidade de se acabar definitivamente com os grandes monopólios e os latifúndios, que são o grande entrave para a edificação de uma sociedade justa e livre onde a exploração não poderá ter lugar.

Antes do camarada Américo Leal, membro do Comité Central e candidato pelo distrito de Setúbal, ter usado da palavra, Manuel João Alves da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santiago do Cacém prometeu todo o auxílio possível por parte desta entidade à nova cooperativa.

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

com a ajuda técnica do Estado para que seja possível a grande arrancada.

«escavadora, instrumentos indispensáveis para assegurar alguns trabalhos na cooperativa, segundo nos declarou o camarada Zorro, da Comissão Administrativa.

Este mesmo camarada, no prosseguimento da conversa, dava-nos conta das intenções dos trabalhadores e dos problemas a resolver. Assim, as casas que presentemente existem no «monte» darão apenas para 30 famílias, e torna-se urgente criar casas para as restantes. Aumentar a barragem com mais três metros de altura é outro dos trabalhos a que é necessário meter ombros para que o aproveitamento da terra de regadio passe de 80 para 130 hectares, assim como se impõe a construção de silos para forragens, já que o esquema de exploração da cooperativa se vai integrar num regime silvo-pastoril. Nesse sentido foram já pedidas ao IRA 500 ovelhas e estão a ver qual o destino a dar às 140 vacas que existiam na herdade e que se encontram quase todas doentes.

Depois de ter usado da pa-

Quando as culturas deste ano vão ser aproveitadas 40 hectares para arroz, 20 para tomate, 5 para pimentos e o resto para milho e forragens. Está também nas intenções da Comissão Administrativa o desenvolvimento de horticultura, a qual se destinará principalmente ao abastecimento dos cooperadores, bem como a engorda de porcos, tanto mais que no Pocinho existem já 17 porcos. Também há a intenção de plantar, dentro em breve, pomares de laranjeiras e pessegueiros.

Nas casa grande, onde os latifundiários passavam os seus momentos de lazer, tencionam agora os trabalhadores instalar, no chão grande, uma televisão para que ali se efectue o convívio. A escola, que já existia, é outro assunto sobre o qual a Comissão Administrativa pretende assegurar o seu funcionamento. Foram também nomeados dois administradores por parte do Estado, que, segundo se julga, serão provisórios. Paralelamente, os cooperadores da Estrela Vermelha con-

lavra José Luís Duarte Silva, membro do Secretariado da Célula da Setenave e natural daquela região, António Santos, operário metalúrgico e candidato do nosso Partido pelo distrito de Setúbal, acentuou a unidade dos operários com os camponeses, único caminho para se poder construir uma sociedade comunista e frisou a necessidade de se acabar definitivamente com os grandes monopólios e os latifúndios, que são o grande entrave para a edificação de uma sociedade justa e livre onde a exploração não poderá ter lugar.

Antes do camarada Américo Leal, membro do Comité Central e candidato pelo distrito de Setúbal, ter usado da palavra, Manuel João Alves da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santiago do Cacém prometeu todo o auxílio possível por parte desta entidade à nova cooperativa.

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

O camarada Américo Leal começou por referir as acções concretas que reforçaram a aliança das massas populares

FAISÕES PARA MATAR

A Quinta do Corona, assim chamada porque é atravessada pelo rio do mesmo nome, o que lhe permite ter água durante todo o ano, há muitos anos que se encontrava abandonada. O próprio gado morria de fome e não era tratado. Quando os trabalhadores agrícolas ocuparam a herdade encontraram algumas vacas que nem levantar se podiam. Culturas era coisa que praticamente não existia. No entanto, a família Barreiros, que não se preocupava com a sorte dos trabalhadores agrícolas e preferia ver a terra abandonada a cedê-la aos mais necessitados, não poupava esforços na sua criação particular de faisões.

Numerosas capoeiras, cobertas com rede metálica, foram construídas junto ao «monte». Ali se podem ainda ver dezenas de faisões, gordos e vistosos, que nunca passaram privados.

Uma utilidade daquelas aves, cujo preço é elevado, destinava-se unicamente às actividades «eventuais» dos grandes latifundiários. E como estes senhores não se podiam cansar a correr por montes e vales atrás de uma lebre ou de uma perdiz sentavam-se repositivamente no terreiro e ordenavam a um criado que soltasse um dos faisões. Depois, era só levar a espedeira à cara e desfechar o tiro. A propósito, a quantidade de cartuchos vazios que ali se encontram,

As cooperativas não se podem impor a ninguém

As cooperativas não se podem impor a ninguém

As cooperativas não se podem impor a ninguém

As cooperativas não se podem impor a ninguém

As cooperativas não se podem impor a ninguém

As cooperativas não se podem impor a ninguém

ENTUSIASMO E VIBRAÇÃO EM SETÚBAL

Em ambiente de verdadeira festa popular e de vibrante entusiasmo, mais de quinze mil pessoas participaram no comício, em que estiveram presentes os candidatos pelo distrito de Setúbal, realizado nesta cidade, na Praça de Touro Carlos Relvas.

No comício, no qual também esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, saudado com emoção e alegria, viam-se bandeiras dos centros de trabalho dos treze concelhos do distrito, de freguesias e de empresas da região, cuja massa trabalhadora ocorreu à cidade de Setúbal para tomar parte nesta jornada em que mais uma vez se afirmou a profunda penetração do nosso Partido entre as massas populares.

Apresentados pela camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central do nosso Partido, usaram da palavra os camaradas candidatos pelo distrito: António Branco dos Santos (operário metalúrgico), Hermenegilda Rosa Pereira (operária têxtil), Américo Leal (operário corticeiro) e António Dias Lourenço (operário metalúrgico), director do «Avante!».

Constituíram tema comum das diversas intervenções a análise do 11 de Março, com as lições políticas que envolve e o esclarecimento sobre o alto significado das primeiras eleições livres, nas quais o Povo português é chamado a participar, a força do nosso Partido como factor mobilizador da população empenhada na construção da democracia e do socialismo, a constituição das listas dos candidatos como reflexo da constituição do nosso Partido, vanguarda da classe operária, ao qual aderem, cada vez mais, outros trabalhadores progressistas da cidade e do campo. A candidata Hermenegilda Pereira abordaria ainda a necessidade de chamar as mulheres à luta comum por um país novo e verdadeiramente democrático.

Falam por nós os trabalhadores, os camponeses, a juventude, os intelectuais progressistas!

O camarada Américo Leal, após ter denunciado as manobras da reacção no distrito, e a sua derrota face à poderosa muralha da vigilância popular em aliança com o MFA, disse, a certa altura:

Camaradas! Amigos!

Como é já do vosso conhecimento, o PCP deu já a conhecer a sua lista de candidatos a apresentar pelo círculo de Setúbal. Trabalhadores e filhos de trabalhadores, nós apresentamos-nos ao eleitorado com a nossa verdadeira cara. Somos comunistas, deputados do povo para servir o povo, como prova a luta durante toda a existência do PCP.

Não dizemos o que não somos. Falamos claro e nunca deixamos de o fazer mesmo perante as situações mais difíceis.

Vivemos numa luta de classes. De um lado, os monopólios e latifúndios, os exploradores e senhores da alavanca governativa que durante uma geração sougo e expulso o nosso povo. Contra estes, sempre lutamos e defendemos a necessidade da destruição completa do seu poder, para dar lugar a uma democracia assente na liberdade, com a participação dos trabalhadores.

Do outro lado, estamos nós, os trabalhadores, e igualmente os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, também eles vítimas do poder de rapina dos monopólios, dos senhores da banca e dos latifúndios.

Não fazemos jogo duplo, não utilizamos «slogans» demagógicos nem carecemos de falsas bandeiras. Falam por nós os trabalhadores, os camponeses, a juventude e os intelectuais progressistas. Fala por nós a dura e longa batalha travada nas empresas e nos sindicatos contra a exploração desenfreada, pelo pão e trabalho; e falam as inúmeras grandes e pequenas lutas desencadeadas no campo económico e político, os milhares de greves e paralisações em defesa de melhores remunerações; as grandes acções de massas nas ruas contra as burlas eleitorais fascistas, contra a guerra aos povos e às nações das colónias, contra o fascismo e pela democracia. Fala toda a acção revolucionária do Povo português no período fascista, em que os comunistas sempre estiveram na primeira linha de combate, criando as condições objectivas e subjectivas para o 25 de Abril.

Se alguém perguntar onde estiveram os comunistas durante o longo reinado fascista, que responda o próprio fascismo que durante a sua existência perseguiu e atirou para os cárceres dezenas e dezenas de milhares de camaradas nossos, e que torturou e assassinou milhares de comunistas, dos melhores filhos do nosso povo.

Amigos! Camaradas: Nós, comunistas, como partido dos trabalhadores, conhecedores da enorme disposição de luta das massas populares e da sua participação activa contra a reacção em aliança com o MFA, temos redobrada confiança na luta que travamos pela consolidação da democracia e em direcção ao socialismo.

O Estado só será do povo com o socialismo

Antes de o camarada Álvaro Cunhal se ter dirigido ao povo de Setúbal (reproduzimos, integralmente, o seu discurso noutro local), falou o camarada Dias Lourenço. Na sequência de um minuto de silêncio guardado por toda a assistência em homenagem aos resistentes caídos no combate antifascista, o camarada Dias Lourenço, evocou, emocionadamente, o operário militante comunista Alfredo Dinis, «Alex», do qual passava o 58.º aniversário do nascimento.

Após uma profunda análise da tentativa do golpe reaccionário do 11 de Março, e de ter saudado o povo e o glorioso MFA, unidos na mesma vigilância revolucionária, o camarada Dias Lourenço, por diversas vezes interrompido com gritos de «O Povo está com o MFA», e «Soldado amigo, o Povo está contigo», abordou, em seguida, as importantes decisões do Conselho da Revolução, afirmando a determinação actual:

O Estado só será do Povo com o socialismo; é então que, sim, a banca e todas as riquezas do nosso país serão do povo. Mas, camaradas, a fase que estamos a viver é outra; a fase que estamos a viver é uma fase de transição exactamente para essa situação que nós todos queremos criar. Queremos dar ao nosso povo uma outra vida, uma vida feliz, mas para isso é preciso resolver as tarefas actuais do Estado democrático e a nacionalização da banca e dos seguros são um importante instrumento para avançar adiante.

Camaradas, nas mãos dos grandes banqueiros e dos grandes seguradores estavam concentradas a maior parte dos capitais de todas as actividades económicas portuguesas e principalmente das sociedades anónimas; na mão dos bancos e dos seguros estavam concentradas cerca de 3 partes de todos os capitais das sociedades anónimas de Portugal; e isto mostra a que ponto tinha chegado o capitalismo monopolista do Estado sobre o fascismo e, portanto, camaradas, hoje este sector está na posse do Estado, está aberto à participação do nosso povo, e é preciso que o nosso povo exija uma participação cada vez maior neste sector, porque é muito importante para exactamente focar certas chaves da nossa economia, pontos-chaves da nossa economia, pontos básicos da nossa economia, e a nacionalização pode realmente fazer avançar muito nesse processo que levará amanhã num dia, camaradas, que não vem tão longe como muitos pensam, aquilo que é o sonho dos trabalhadores, da classe operária, de todos os portugueses progressistas que querem ver o seu país livre, independente e democrático num socialismo.

Abordando depois os problemas da população trabalhadora do distrito de Setúbal, o camarada Dias Lourenço terminou afirmando que o nosso Partido continuará a luta para que a legalidade democrática seja uma norma de vida no nosso país. Os presentes receberam, com grandes aplausos, saudações lidas aos microfones de representantes do numeroso grupo de democratas espanhóis que assistiu ao comício — o qual encerraria no mesmo ambiente de entusiasmo com que começara.



«HÁ QUE FAZER RESPEITAR A ORDEM DEMOCRÁTICA»

Na sua intervenção, durante o comício de Setúbal, o camarada Álvaro Cunhal, depois de ter referido a tentativa de golpe de 11 de Março e a participação popular ao lado do MFA na luta contra a reacção, salientou:

A luta contra a reacção continua

A reacção perdeu uma nova batalha e o desmascaramento de Spínola e seus seguidores é favorável ao prosseguimento da revolução.

Spínola foi no processo revolucionário o representante dos interesses de sectores da burguesia monopolista que, antes do 25 de Abril, imaginava que, com o fim da guerra e a liberalização do regime, poderia melhor assegurar o desenvolvimento do capitalismo e a defesa das posições coloniais.

Spínola procurou sempre torpedear o processo revolucionário, procurou a liberalização e não a democratização, procurou soluções neocolonialistas e não descolonização. Na luta que travou contra as forças progressistas, foi-se aliando cada vez mais à direita fascista e contra-revolucionária, à qual apareceu já abertamente associada no 28 de Setembro.

O 28 de Setembro, com o afastamento de Spínola, marcou a vitória das forças democráticas contra as forças conservadoras e reacçãoárias e o carácter democrático e progressista da revolução portuguesa.

O 11 de Março esclareceu definitivamente que Spínola e os seus homens se haviam tornado um instrumento consciente da contra-revolução.

É necessário que este ponto capital fique definitivamente esclarecido, porque alguns sectores democráticos tiveram ligações com conspiradores spinolistas (hoje no Brasil ou na cadeia) e afirmavam (tal como Spínola o fazia) serem esses conspiradores os defensores da «pureza» dos objectivos do MFA.

As manobras divisionistas sofreram sério revés, e esse revés é um aviso para quem quer que procure de novo introduzir os germes da intriga e da divisão, onde é essencial a unidade, a lealdade e a confiança recíproca.

A situação clarificou-se. O MFA é o MFA, é o movimento dos heróicos capitais do 25 de Abril, é esse movimento democrático e revolucionário das Forças Armadas, que chamou a si a tarefa histórica de derubar o governo fascista, que ligou a sua sorte à sorte do povo, que confiou no povo e ganhou a confiança do povo, que se voltou contra os opressores e parasitas, e que hoje marcha ombro com ombro com os trabalhadores e as massas populares para a construção de um Portugal democrático.

Seria um grave erro pensar que, com a derrota de 11 de Março, a reacção se dará por definitivamente vencida. A reacção continua a ter força, a ter posições, a contar com aliados oportunistas e pseudo-revolucionários, a ter imensos recursos materiais e a dispor de poderosos apoios estrangeiros.

Com o reforço do Estado democrático e a realização de reformas que põem directamente em causa as estruturas sociais, a reacção não abandonará, antes redobrá-las as suas actividades. É necessário estar particularmente atento aos métodos de acção das forças reacçãoárias.

No Portugal de hoje, a contra-revolução raras vezes ousa revelar a sua verdadeira plataforma política.

Fô-lo, é certo, na campanha anticomunista onde utilizou, à maneira nazi, mentiras forjadas de ponta a ponta e as calúnias mais odiosas. Aparecem, de quando em quando, panfletos defendendo o regresso ao passado fascista, panfletos destinados a dar ânimo às camadas exploradoras, aos homens de mão, aos provocadores pidescos, às brigadas de rufias e mercenários. Mas, na acção política, no combate político à democracia, ao MFA, às forças democráticas, o lobo da contra-revolução veste quase sempre a pele de cordeiro.

A propaganda contra-revolucionária retoma quase palavra por palavra, contra o curso democrático actual, a argumentação de partidos e organizações que se dizem democráticos e até de grupos ultra-revolucionários. Spínola deu o exemplo dizendo-se pelo «socialismo em liberdade». A reacção continua seguindo tal exemplo. A batalha ideológica tem de prosseguir firmemente, desmascarando a falsidade e a demagogia da propaganda reacçãoária e defendendo firmemente o curso progressista da revolução portuguesa.

É também necessário estarmos particularmente atentos às formas de agir da contra-revolução.

O 11 de Março, tal como o 28 de Setembro, mostrou que as ofensivas reacçãoárias se desenvolvem numa larga frente, que a contra-revolução conjuga a sabotagem económica, a demagogia, a agudização artificial de conflitos sociais, o fomento de greves extemporâneas e ruinosas para a economia, a promoção de desordens, golpes de mão e actos de violência, as campanhas anticomunistas, as provocações esquerdistas, a criação nas ruas de um clima de anarquia e caos, para preparar as condições para um golpe de força que liquide as liberdades e instaure uma nova ditadura.

Assim foi no 28 de Setembro, assim foi no 11 de Março. E muito provavelmente assim continuará a ser.

O povo de Setúbal tem bem presente os trágicos acontecimentos do dia 7 de Março, que logo se inseriram na ofensiva reacçãoária e que hoje, à luz do golpe fascista do dia 11, mais parecem a montagem de uma monstruosa provocação que deveria precedê-lo e justificá-lo.

A consciência política e a sensibilidade dos trabalhadores têm cada vez mais de discernir a complexidade do processo revolucionário. Saber distinguir as acções e as iniciativas, saber escolher as formas de luta apropriadas. Saber coordenar a luta pelos interesses imediatos e a luta para assegurar o desenvolvimento do processo revolucionário no seu conjunto.

A descoberta dessa organização de provocadores profissionais intitulada ELP, montada a partir do estrangeiro por especialistas da exportação da contra-revolução, constitui um aviso de que, desapercebada pelas suas sucessivas derrotas, a reacção pode passar à prática de actos criminosos de sabotagem e terrorismo.

Dá a necessidade de que o povo se mantenha sempre vigilante, acompanhe na medida do possível as actividades dos fascistas ou elementos suspeitos, observe atentamente reuniões e deslocações e comunique com prontidão ao MFA e aos partidos democráticos tudo quanto lhe parecer estranho.

Numerosas vezes, desde o 25 de Abril, se mostrou o altíssimo valor da acção popular para descobrir, dificultar, desarticular e bater os manobras do inimigo da democracia. Estamos certos de que essa acção, ligada à acção do MFA, continuará a cortar o passo a quaisquer tentativa contra-revolucionárias.

A acção popular não visa porém apenas fazer frente à reacção. A acção popular é um elemento essencial do processo revolucionário, da realização das tarefas da construção de um regime democrático e de uma sociedade democrática.

A vitória da revolução portuguesa nas duas grandes e complexas batalhas que se estão travando no actual momento — a

batalha política e a batalha económica — só poderá ser alcançada com a intervenção viva, vigorosa e confiante da classe operária e das massas trabalhadoras.

A BATALHA POLÍTICA consiste fundamentalmente na consolidação do poder democrático ao serviço do povo, na defesa da ordem democrática e na construção de um Estado democrático.

A institucionalização do MFA com a constituição do Conselho da Revolução e a remodelação do Governo Provisório representaram passos de transcendente importância e projecção para a consolidação do poder democrático ao serviço do povo.

A composição do Governo Provisório não é completamente satisfatória. Sabe-se que o PCP fez fortes reservas à entrada do PPD, que, por toda a sua orientação e actividade, aparece como um partido de oposição que, enxertado no próprio Governo e com importantes sectores do Estado, será um travão (se não for mais) a uma política democrática e progressista.

Sabe-se também da inquietação que provocam no nosso povo, e mesmo em numerosos socialistas, a linha direita, as hesitações, o anticomunismo, as campanhas internas e externas do Partido Socialista, causando alarme e denegando a revolução portuguesa e a alevada contribuição da revolução portuguesa para a luta dos povos da Europa.

Entretanto, com a justa entrada do MDP/CDE (partido que nas horas difíceis do 11 de Março, como já aconteceu no 28 de Setembro, mostrou pela acção o seu empenho na defesa da liberdade, a sua cooperação leal e corajosa com o MFA e a sua influência de massas) com a justa entrada do MDP/CDE e a reorganização e mudança de equipas do sector económico, o novo Governo estará em melhores condições de formular e aplicar a política progressista, dinâmica e inovadora, que se impõe após as medidas de alcance histórico decididas pelo Conselho da Revolução: a nacionalização da banca e dos seguros.

O novo Governo (esperamos) poderá encerrar com mais determinação o problema agudo e pródigo da ordem democrática. Urge tomar medidas apropriadas para fazer frente à degradação da situação social, a actos anárquicos que podem formar bola de neve, à vaga de violências e agressões que estão encubando atentados mais graves, à prática de golpes de mão e de actos de força para resolver diferentes políticos, a todo um desrespeito ostensivo das leis e das decisões das autoridades democráticas, que, a não ser contido e reprimido, pode conduzir a uma degradação da situação política preparando terreno para novas aventuras contra-revolucionárias.

É tempo e mais que tempo de fazer respeitar a ordem democrática e de dar às populações a segurança da vida em liberdade.

O reforço do Estado democrático, com a reorganização das forças militarizadas e a criação de novas orgânicas, novo espírito, nova eficiência no funcionalismo, com a criação de serviços de investigação e com a criação de uma justiça donde tenham desaparecido hábitos e preconceitos da classe exploradora, é uma condição para a defesa da ordem democrática e o reforço do poder democrático ao serviço do povo.

Aproximam-se as eleições.

Nem em toda a parte se irão realizar em condições verdadeiramente democráticas. Há regiões onde não chegou ainda o 25 de Abril. Há regiões onde os fascistas e outros elementos reacçãoários, mesmo elementos de partidos da coligação, organizam grupos de provocadores para impedirem pela força o exercício pelo PCP da liberdade de reunião. Foi o que sucedeu em Trás-os-Montes, onde a candidatura do nosso Partido, a camarada Margarida Tengarrinha e outros camaradas foram violentamente agredidos e impedidos de fazer uma sessão de esclarecimento. Mas os comunistas voltaram e voltaram em força, asseguraram que fosse respeitado o direito de reunião e de expressão de pensamento, convidaram a população a comparecer, o recinto encheu-se e a sessão de esclarecimento do PCP foi feita e o povo da terra ouviu e aplaudiu.

Até às eleições tudo faremos para que sejam asseguradas as melhores condições de tranquilidade, de liberdade e seriedade do acto eleitoral.

Estamos convencidos de que uma grande votação no PCP confirmará a sua força e influência e será um novo grande passo para a consolidação da democracia e a marcha para uma sociedade melhor e mais justa.

A BATALHA ECONÓMICA não é menos decisiva que a batalha política.

Por um lado, é necessário lutar insistentemente pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e para que paguem as actuais dificuldades da economia nacional, não os trabalhadores, mas aqueles que pela sabotagem económica são os grandes responsáveis por essas dificuldades.

Por outro lado, é necessário lutar pelo melhoramento da situação económica.

É necessário que o nosso povo ganhe consciência de que, embora ainda sem reflexos imediatos no nível de vida, se deu uma alteração de alcance histórico na economia nacional: o capitalismo monopolista de Estado deixou de existir. O capitalismo monopolista está em plena decomposição.

Agora que foram nacionalizados os bancos e os seguros, agora que uma parte considerável da economia está sob controlo do Estado, agora que se abrem possibilidades reais de liquidar o poder dos monopólios e dos latifúndios, agora que se abre a possibilidade real de caminhar para a reforma agrária e para outras transformações democráticas profundas da sociedade portuguesa — a actividade das massas trabalhadoras é completamente decisiva.

À luta política, à reclamação, à exigência, à reivindicação, junta-se como forma de luta revolucionária, da luta para transformação da sociedade, o trabalho esforçado, generoso e criador das massas populares.

Quero aqui prestar homenagem àqueles operários e operárias, empregados e empregadas, que, em numerosas empresas do distrito de Setúbal (empresas em dificuldades, empresas arrastadas para a ruína pela ganância e sabotagem económica dos empresários, empresas em vias de falência e de encerramento), encaram a sobrevivência e a reanimação das empresas como tarefa sua, souberam aceitar novos sacrifícios e novos trabalhos, para manter os postos de trabalho e a produção.

Para esses trabalhadores, vão as nossas ardentes saudações. No quadro da revolução portuguesa, eles são verdadeiros pioneiros na luta pela estabilidade económica e o desenvolvimento económico, para servir o povo trabalhador e os interesses da economia nacional.

Quero aqui também prestar homenagem àqueles trabalhadores e trabalhadoras rurais, assalariados e pequenos agricultores que, em várias herdades do distrito de Setúbal (como na Corona e Pochinho, nessa admirável experiência da Cooperativa Estrela Vermelha) se lançaram ao trabalho heróico de arrotear e cultivar herdades abandonadas e sabotadas pelos grandes agrários, dando alimento a gado que morrera abandonado, desbravando terras duras, passando dificuldades e trabalhando sem descanso, para criar riqueza onde os agrários haviam lançado o abandono e a morte.

Para esses trabalhadores do campo vão as nossas ardentes saudações. No quadro da revolução portuguesa, eles são verdadeiros pioneiros da Reforma Agrária, verdadeiros pioneiros da luta por uma agricultura florescente, ao serviço do povo e do País.

É uma nova fase da revolução portuguesa que se abre diante de nós.

É a democracia tal como a quer, tal como a deseja, tal como

necessita o povo trabalhador de Portugal. Essa democracia está ao nosso alcance.

A democracia portuguesa: liberdade e reformas sociais

Com estas duas características, a nossa democracia será muito diferente da democracia dos países ocidentais, designadamente dos países capitalistas da Europa onde existe uma democracia conhecida pelo nome de democracia burguesa e que merece inteiramente esse nome. Nesses países existem liberdades democráticas (sobre as quais aliás há muito que dizer) mas existe também o poder económico dominante dos monopólios. No fim de contas, nesses países, o regime democrático encobre e serve a exploração do povo trabalhador pelo capital monopolista.

Não é essa a democracia que queremos em Portugal. Queremos que a democracia a construir seja para benefício do povo, seja uma democracia, não apenas política mas económica e social.

O nosso objectivo está facilitado pelas características específicas da situação portuguesa para as quais chamamos há muito a atenção. Como temos repetido, o desenvolvimento do processo revolucionário tornou evidente que, em Portugal, as liberdades se tornaram incompatíveis com o poder económico dos monopólios.

O poder económico dos monopólios e uma política de desenvolvimento económico a partir do capitalismo monopolista só seriam hoje possíveis com a descida dos salários mínimos para metade do que são hoje e com um radical agravamento da situação dos trabalhadores. Um tal poder e uma tal política só pela força poderiam ser impostos, só poderiam manter-se com a instauração de um regime de repressão violenta, com uma nova ditadura fascista.

Gozando das liberdades, tendo forte organização partidária e sindical, dispondo de uma imprensa, podendo livremente reclamar e lutar, os trabalhadores portugueses jamais se sujeitaram à exploração do capital monopolista como nos tempos do fascismo. Em Portugal depois do 25 de Abril o poder económico dos monopólios só poderia manter-se se estes recuperassem o poder político e impusessem uma nova ditadura.

Inversamente, a defesa das liberdades e a construção e a sobrevivência de um regime democrático só serão possíveis com a liquidação do poder económico dos monopólios e latifúndios.

Estão pois claras as razões por que, há dias, numa entrevista à agência noticiosa argelina afirmou que, nas condições portuguesas um regime democrático é incompatível com o poder dos monopólios e dos latifúndios e que, portanto, em Portugal não haverá uma democracia burguesa.

Os burgueses estrangeiros parece não estarem satisfeitos com esta afirmação. Mas os trabalhadores portugueses estão certamente de acordo com ela. Estão de acordo certamente em que a democracia pela qual lutam os comunistas — liberdade política não com um compromisso com os monopólios mas com a liquidação do poder dos monopólios e dos latifúndios, é aquela que corresponde aos interesses da classe dos trabalhadores, às suas aspirações mais profundas, aos objectivos da sua luta abnegada e heróica através dos anos.

Uma tal afirmação mereceu um comunicado especial do Secretariado do Partido Socialista que, nos jornais do dia 25, veio dizer que a democracia não é europeia, nem burguesa, nem ocidental, mas simplesmente democracia e portanto que não está nada de acordo em que se afirme que não se quer uma democracia burguesa em Portugal, não está de acordo em que diga que as liberdades são incompatíveis com o poder dos monopólios.

Que significa isto? Isto só pode significar que o Partido Socialista quereria uma democracia burguesa, quereria uma democracia que, como na França, na Inglaterra, na Itália, mantivesse o poder dos monopólios e a exploração dos trabalhadores por multimilionários de vida parasitária.

O PCP solenemente proclama: a democracia portuguesa não será assim. Pela luta do povo trabalhador, pela luta das massas populares, pelo impulso da aliança Povo-Forças Armadas, a democracia portuguesa será a conjugação das mais amplas liberdades com uma economia libertada do jugo dos monopólios e dos latifúndios.

O Portugal democrático pelo qual lutam os trabalhadores é um Portugal a caminho do socialismo, a caminho de uma sociedade em que será posto fim para sempre à exploração do homem pelo homem.

Camaradas:

Nunca como hoje foi necessária e decisiva a organização dos trabalhadores e de todas as forças democráticas.

A força potencial das massas é imensa mas só se torna revolucionária quando organizada e inspirada e orientada por uma aspiração e uma linha revolucionárias.

É necessário estarmos atentos às manobras desagregadoras e divisionistas da reacção e dos seus agentes pseudo-revolucionários que procurem desorganizar a classe operária e as massas trabalhadoras. É necessário isolar os desagregadores e divisionistas e fortalecer dia a dia e hora a hora a organização, instrumento indispensável para defender os interesses populares e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

A organização nas empresas, nos sindicatos, nos portos, nos barcos, em todos os locais de trabalho, nos bairros, nas aldeias, e a organização no Partido da classe operária, na vanguarda revolucionária dos trabalhadores (o Partido Comunista Português) é condição essencial da vitória.

Além da organização, a unidade. A unidade da classe operária, a unidade do povo, a aliança do proletariado com o campesinato, a cooperação das forças democráticas, a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, são também condições indispensáveis para a vitória.

O PCP sempre fez, faz e fará todos os possíveis (e mesmo os impossíveis) para conseguir unir na acção todas as forças sociais e políticas interessadas no processo democrático, interessados em levar ao seu termo as tarefas da revolução portuguesa.

Vivemos um momento único e exaltante na história do nosso povo.

Brilha já no horizonte a imagem de uma nova sociedade de liberdade, de bem-estar e de justiça social.

Não é a representantes de interesses estrangeiros nem a arautos do democratismo que cabe traçar o nosso futuro. É ao povo português que cabe decidir do seu destino e certamente o decidirá.

Viva Portugal democrático a caminho do socialismo!

Viva a unidade popular e democrática!

Viva a aliança do Povo-MFA!

Viva o Partido Comunista Português!

SEARA NOVA

EDITORIAL

Sobre o Programa de Política Económica e Social por F. Martins

A Reforma Agrária: Entrevista com Blaise H. Fernandes

Crise Agrícola e Reforma Agrária por Eugénio Rosa

O PCP e a Questão das Alianças nos Anos 30 por F. Guimarães

A Contradição Principal do Capitalismo Moderno Lénine Tal como Foi por G. Cogniot

A Banca e a Sabotagem Económica

Pela Saúde das Classes Trabalhadoras por Alexandre Ribeiro

GRANDE COMÍCIO NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Vozes que não tiveram a coragem para denunciar os crimes da ditadura fascista de Salazar e Cactano apare-

Desportos, em Lisboa, no passado dia 27 de Março. Presentes milhares de pessoas, entre as quais a classe ope-

gro, membro do CC, presidiu à sessão, apresentando os oradores, todos eles candida-

que enviaram à mesa uma mensagem de solidariedade do povo espanhol com o povo português na sua luta contra o fascismo e pela democracia, tendo estes camaradas oferecido ao nosso Partido cinco mil e duzentas pesetas recolhidas através de uma colecta feita entre si.

Opor à reacção a ordem democrática

A camarada Eugénio Domingos, a partir da experiência revolucionária dos trabalhadores da Carris, debruçou-se sobre a organização nas empresas, a militância sindical, a vigilância revolucionária, a defesa dos nossos justos interesses, insistindo que só organizados e unidos em sindicatos poderemos continuar a dar pronta e eficaz resposta à reacção, opondo à sua astúcia, aos seus processos contra-revolucionários, às suas intrigas, a nossa ordem democrática, a nossa capacidade criadora nas respostas, a nossa análise de trabalhadores organizados, e apelando para que cada trabalhador seja, ao mesmo tempo, um vigilante atento, descobrindo a reacção onde quer que ela esteja! Não há que descansar, teremos de ser nós os vigilantes cuidadosos, os defensores intrínsecos da nossa jovem democracia!

Também o camarada Joaquim Ramos abordaria a organização dos trabalhadores, condição essencial para a eficácia da luta democrática, prevenindo contra as tendências divisionistas que se inspiram na política fascista de enfraquecimento do poder

Participando, também, no comício, encontravam-se mais de mil democratas espanhóis,

sindical. A organização dos trabalhadores está nos seus sindicatos, nas comissões sindicais, nas comissões de trabalhadores, etc. Temos que dar mais confiança a estas organizações, maior participação e acompanhar mais de perto os camaradas que estão na vanguarda da luta, afirmou, a certa altura, o camarada Ramos.

Há que reflectir bem nos perigos de deixar aberto o caminho

Abordando o problema da legalidade revolucionária, o camarada Lopes de Almeida disse: Nós, comunistas, queremos a instauração de uma ordem jurídica democrática. As leis têm de reflectir os interesses do povo — não os interesses dos monopolistas e dos latifundiários. Se as leis não acompanham as realidades objectivas do desenvolvimento social, ficam ultrapassadas; deixam de ser um instrumento de progresso, para constituírem apenas um foco de atraso e reacção.

E, a terminar, o camarada Lopes de Almeida sublinhou: Só com a construção do socialismo poderá nascer e desenvolver-se a verdadeira liberdade. Só então serão criadas as bases sociais que permitem um pleno desenvolvimento da personalidade individual, da capacidade criadora dos homens. O socialismo libertará os trabalhadores de todas as formas de exploração; estabelecerá condições plenas para o acesso de todos à instrução e à cultura; em

termos de provocar — como se acentua no Programa do Partido — «um impetuoso progresso da ciência, da técnica, da literatura e da arte».

Há quem jogue, equivocadamente, com as palavras socialismo e liberdade.

Para nós, comunistas, o socialismo é a liberdade.

Os intelectuais comunistas têm um papel a desempenhar dentro do seu Partido e junto do seu povo. Como militantes revolucionários, ligados às massas, ligados à classe operária e a todos os trabalhadores em geral: no combate ideológico; na criação artística; na democratização da cultura e do ensino.

E esse papel que queremos assumir, prestando o nosso modesto contributo para a construção de uma sociedade mais justa, com os nossos camaradas do Partido, e em estreita unidade com as demais forças progressistas do País.

A camarada Mariana Rafael, dirigindo-se, particularmente, às mulheres, referiu:

Como parte integrante do povo, as mulheres têm um papel decisivo a desempenhar. Sem a participação activa das mulheres na luta não conseguiremos defender a democracia, alcançar novas vitórias e prosseguir no caminho para a construção do socialismo. Por isso, as mulheres, tal como todo o povo, têm de estar vigilantes, bem conscientes das razões por que certos problemas ainda não foram resolvidos. As mulheres sentem particularmente o problema do aumento do custo de vida, o problema

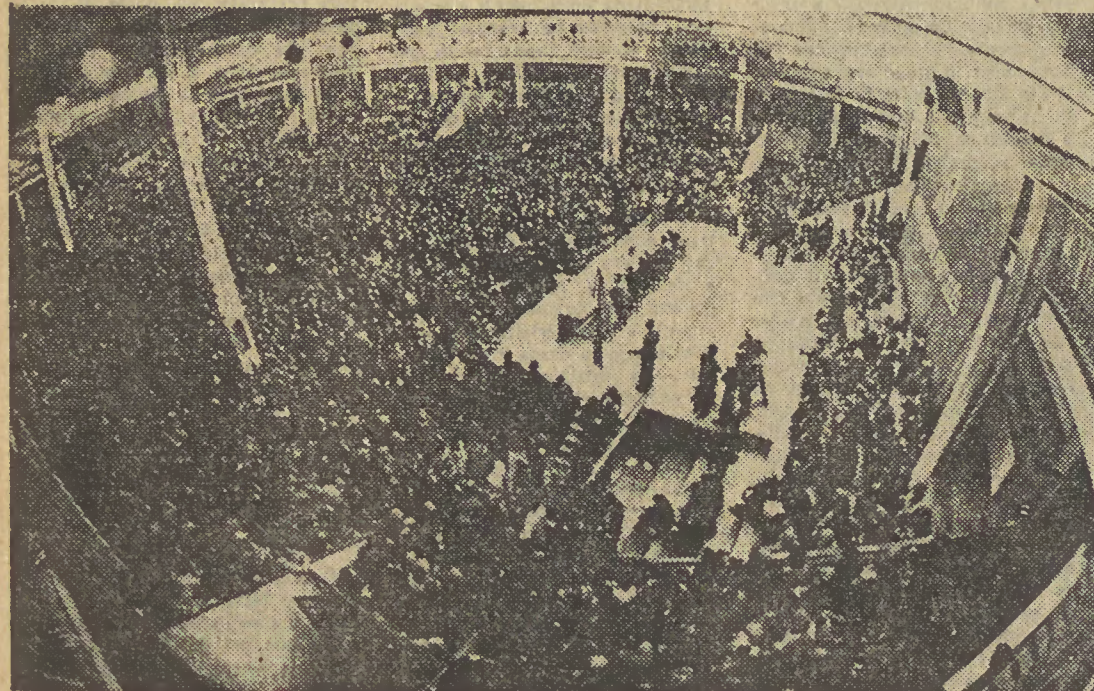
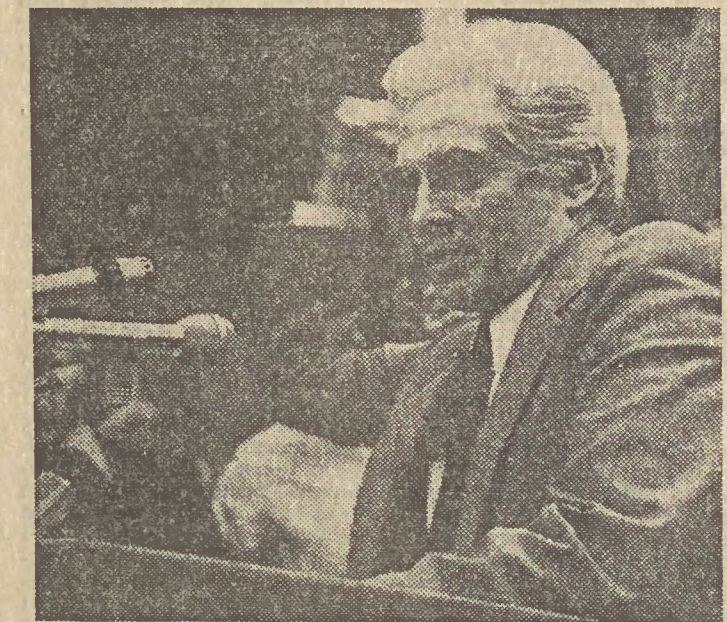
da falta de habitação. Por isso, devem procurar conhecer as suas causas e lutar para que as soluções correctas para estes e outros problemas sejam encontradas. As razões por que o nível de vida tem piorado são, no nosso entender, as seguintes: por um lado, um aumento de preços vertiginoso, por outro lado, os salários têm aumentado mas não o correspondente ao aumento dos preços. As classes trabalhadoras continuam a pagar o preço da revolução. Nesta situação, a posição que defendemos é não desistir de lutar para controlar a inflação, por um lado, por outro, batemo-nos pelo aumento possível dos salários dos trabalhadores.

Por outro lado, o aumento possível de salários não cor-

responderá por certo ao que necessitamos para viver melhor.

E que, realmente, nesta altura, não se trata de viver melhor, do ponto de vista de conforto. Trata-se de construir um novo regime que, esse sim, nos facultará tal bem-estar.

A encerrar o comício, o camarada Alvaro Cunhal (cuja intervenção reproduzimos noutra local), recebeu, mais uma vez, através do caloroso entusiasmo da assistência gritando «Avante, rumo à vitória e outros «slogans» revolucionários, o testemunho vibrante de que, cada vez mais, o nosso partido mobiliza vastas camadas da população que nele vêem a força política que concretizará as profundas aspirações do povo português.



Aspecto surpreendente do Pavilhão dos Desportos durante o comício do nosso Partido

com agora como «defensores» da democracia em Portugal. As suas preocupações não são, todavia, pelo futuro da democracia no nosso país, mas sim pelo domínio do grande capital.

Esta uma afirmação do camarada Jaime Serra, membro do Secretariado do Comité Central do nosso Partido, na sua intervenção, a primeira da noite, no grande comício realizado no Pavilhão dos

rária estava amplamente representada através das células do nosso Partido em diversas empresas: RTP, Rádio Clube Português, Sociedade Nacional de Tipografia, Hotel Ritz, Sacor, Cometa, Bancários, Misericórdia de Lisboa, Caixa Geral de Depósitos, Sotel, Standard Elétrica, Mabbor, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, UEMOL, UNOR, Umer, Icesa e muitas outras. O camarada José Ma-

que constituíam a mesa: os camaradas Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, Jaime Serra, membro do Secretariado do CC, Joaquim Ramos e Mariana Rafael, ambos do «comité» local de Lisboa, Lopes de Almeida, advogado, e Eugénio Domingos, serrallheiro mecânico da Carris.

Participando, também, no comício, encontravam-se mais de mil democratas espanhóis,

«Dizemos aos trabalhadores: o futuro está nas vossas mãos»

Camaradas:

As consequências políticas da derrota da tentativa de golpe militar contra-revolucionário de 11 de Março fazem entrar a revolução portuguesa numa nova fase.

Até 11 de Março, avançara-se no domínio político, mas muito pouco no domínio económico. Agora não só se deram novos passos na consolidação do Estado democrático como a nacionalização da banca e dos seguros decidida na hora apropriada pelo Conselho da Revolução marca o início de transformações democráticas profundas na economia portuguesa.

Pela primeira vez se pode afirmar com segurança: está ao alcance do Povo Português, dentro de um prazo relativamente curto a instauração de um regime democrático a caminho do socialismo.

O 11 de Março trouxe ensinamentos que é necessário ter bem presentes.

A aliança Povo-MFA base da vitória do 11 de Março

Como todos estamos lembrados, sempre que o PCP alertava contra os perigos de um golpe

reacção, certos partidos logo gritavam que não existia qualquer perigo da direita, ao mesmo tempo que concentravam os seus ataques contra o PCP, contra outras forças democráticas, contra o MFA, como se viesse daí o perigo para as liberdades.

Porque não fazem agora a sua autocritica, se de engano se tratava? Porque não confessam que o perigo de direita existia de facto, que o PCP previu e preveniu com razão e que eles próprios, no fim de contas, com a sua acção política, facilitaram a preparação das condições políticas para o golpe?

Do 11 de Março, enquanto a orientação de alguns partidos sai clamorosamente desmentida e contrariada pelo próprio processo revolucionário, a orientação política do PCP sai reforçada e confirmada pela vida.

Em segundo lugar, o 11 de Março comprovou o elevado grau de consciência política e de combatividade do Povo Português, a unidade do povo, a unidade das Forças Armadas e a solidez da aliança Povo-MFA.

A resposta ao golpe militar reacção foi tão rápida e segura ao nível das massas populares e ao nível das Forças Armadas que dá redobrada confiança na capacidade de se dominar uma eventual nova tentativa de um golpe contra-revolucionário.

Ao apelo do PCP e de outras organizações democráticas, uma a duas horas depois de ter começado o ataque ao RAL 1, estava em marcha uma gigantesca mobilização popular de norte a sul do País. Trabalhadores paralisaram o trabalho, concentraram-se diante das unidades militares, formaram milhares de brigadas, ocuparam aeródromos e estações, vigiaram fronteiras, cortaram o País de barregas, dificultando ligações e preparando a resistência contra possíveis deslocamentos de forças contra-revolucionárias.

Em numerosos quartéis, oficiais, sargentos e praças tomaram medidas imediatas, colocando logo na defensiva quaisquer elementos comprometidos.

Criticando a execução técnica do golpe, a que chamou «salvoia», e general Galvão de Melo afirmou que seria capaz de fazer melhor. Não se iludam, porém, nossos conspiradores com a esperança de que poderão vencer num golpe com melhor preparação. Se repetirem a tentativa, voltarão a pagar a aventura e pagarão ainda mais caro do que no 11 de Março.

responsáveis de actos de violência e golpes de mão que se podem considerar de gangsterismo político.

A batalha económica

Os factos estão dia a dia comprovando a tese do PCP segundo a qual, nas condições portuguesas, existe uma incompatibilidade e uma impossibilidade de construir um regime democrático sem liquidar o poder dos monopolistas. Para a instauração de um regime democrático enquanto alguns defenderem uma plataforma e um compromisso com os monopolistas, o PCP defendeu uma

aliança antimonopolista e antilatifundista. A vida está mostrando que é esta aliança a força política social da revolução.

A revolução democrática, no seu desenvolvimento, conduz a transformações democráticas profundas da sociedade portuguesa. A nacionalização da banca e dos seguros, decidida pelo Conselho da Revolução, marca uma nova etapa no desenvolvimento do processo revolucionário, na construção de um regime democrático e de uma sociedade democrática.

Os trabalhadores portugueses têm ante si a oportunidade histórica de empreender a construção de uma sociedade nova em que os recursos portugueses sejam postos ao serviço do Povo Português, em que se ponha fim ao parasitismo e à exploração do homem pelo homem, em que o fruto do trabalho deixe de uma vez para sempre de ser apropriado por pequenas minorias parasitárias e passe a beneficiar a grande massa da população portuguesa; a população trabalhadora.

Com toda a noção da responsabilidade dizemos à classe operária e ao povo trabalhador: existe a possibilidade real de construir num prazo relativamente curto de tempo tal sociedade. Existe a possibilidade, desde hoje, de dar passos e sérios passos nessa direcção.

Se os trabalhadores quiserem e souberem, estamos no limiar de transformações democráticas profundas da sociedade portuguesa, a caminho do socialismo.

Duas condições são essenciais para que esse objectivo seja alcançado. Uma é a construção de um Estado democrático, outra é o trabalho esforçado, abnegado e criador da classe operária e das massas populares.

Muitas vezes os trabalhadores portugueses disseram: «Não trabalharemos obrigados um minuto mais para encher os bolsos dos capitalistas, mas trabalharemos mais horas voluntariamente se for para benefício do povo e do País».

Pois bem, camaradas. Está chegando a hora em que esse esforço se torna necessário.

Se queremos, a partir de agora, construir uma nova sociedade; se queremos eliminar definitivamente os monopólios e os latifúndios; se queremos eliminar o parasitismo e a exploração, temos que desde hoje compreender que é do interesse vital da classe operária e das massas trabalhadoras chamarem a si em larga medida a responsabilidade de repor a estabilidade da economia nacional, de equilibrar as empresas quando nacionalizadas, de aumentar a sua produção.

Com a nacionalização da banca, dos seguros e de sectores importantes da indústria e dos transportes, assim como o início da reforma agrária, começa uma nova grande tarefa: a luta dos trabalhadores pela estabilidade económica e pelo desenvolvimento.

O capitalismo monopolista de Estado está moribundo. Estando o poder dos monopolistas a caminho da liquidação, só os trabalhadores em conjunto com o Estado democrático estão em condições participantes se entendam em alguns pontos essenciais. E um dos pontos essenciais é a disposição em se unir a outros participantes na coligação para a realização de uma política comum.

Ora o PPD, apesar de estar na coligação, ainda não mostrou que a sua orientação é a cooperação com as forças democráticas contra a reacção e não a cooperação com a reacção contra as forças democráticas.

Quando ao Partido Socialista realizaram-se recentemente encontros entre delegações dos nossos dois partidos. Mas é de lamentar que o Partido Socialista continue um pouco por toda a parte, na imprensa portuguesa e na imprensa estrangeira, a sua propaganda contra o PCP e não defina com suficiente clareza a sua posição em relação à situação presente e às perspectivas da revolução democrática. Entretanto, o Partido Socialista diz-se disposto a cooperar com o PCP antes e depois das eleições. Essa vontade de cooperação manifesta-se também em organizações e quadros do Partido Socialista e da Juventude Socialista em diversas regiões e sectores.

É positiva esta evolução, que pode ter resultados favoráveis ao processo democrático.

Feitas estas reservas, consideramos que o novo Governo Provisório tem melhor composição e melhores condições que o anterior para levar por diante a política democrática e progressista que a situação exige.

A formação do Conselho da Revolução e a remodelação do Governo devem ser saudadas como um novo passo adiante no complexo caminho para o triunfo final da democracia.

O SEGUNDO OBJECTIVO DA BATALHA POLITICA NA ACTUALIDADE É A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO.

Sem um Estado democrático não poderá haver uma revolução democrática. Há ainda muitos sectores do aparelho do Estado (que foi concebido e organizado para servir uma política antidemocrática e antinacional, um aparelho onde enxameiam inimigos da nova situação democrática), onde não foi feito o saneamento necessário onde subsistem estruturas, esquemas de trabalho, hábitos e vícios vindos do tempo do fascismo e que impedem que o aparelho do Estado tenha a orientação, a intervenção e a eficiência que o processo democrático torna indispensáveis.

Cada vez se faz mais sentir, também, a lentidão da reorganização das forças militarizadas e a falta de um organismo de investigação, que esteja em condições de detectar e descobrir actividades e redes de conspiração contra-revolucionária. Cada vez é mais imperiosa e urgente a construção de um aparelho de Estado que assegure a defesa da situação e a aplicação da política democrática.

As eleições para a Assembleia Constituinte têm a este respeito um importante papel a desempenhar. O objectivo das eleições é preciso e limitado, relacionado com a construção do novo Estado e do novo regime. Não se trata de eleições para determinar a constituição do novo Governo. Até à entrada em vigor da nova Constituição é de continuar um governo de coligação. Entretanto, cabe à Assembleia elaborar a nova Constituição e a elaboração da nova Constituição significa definir os poderes do Estado e os direitos e liberdades dos cidadãos. É uma grande tarefa de significado e repercussões históricas.

É de desejar que antes das eleições os partidos democráticos e o MFA cheguem a acordo acerca das grandes linhas do Estado e do regime a definir na nova Constituição. Estamos convencidos de que se chegará a um tal acordo.

O PCP tem insistentemente chamado a atenção para a situação antidemocrática existente em algumas regiões e para as limitações que tal situação significa para a genuinidade democrática das eleições.

Há, porém, partidos que criticam estas nossas advertências porque (segundo dizem) o PCP desacredita assim as eleições, que (segundo dizem também) são livres e democráticas.

O mais curioso é que estas críticas do PCP são feitas em nome da defesa dos princípios democráticos.

Mas não percipamos:

Quem são os democratas?

Os comunistas que chamam a atenção para a efectiva falta de liberdade, um clima de intolerância, coacção e violências fascistas, existente em algumas regiões, ou aqueles que consideram normal, satisfatória e até favorável a falsificações eleitorais essa falta de liberdade?

Poderão ser livres e democráticas as eleições em concelhos e freguesias onde grupos de fascistas organizam agressões violentas contra os comunistas que desejam fazer sessões de esclarecimento, a fim de impedirem que o povo conheça realmente quem são e o que querem os comunistas?

Como democratas que somos, faremos tudo quanto estiver ao nosso alcance para que seja ainda modificada a situação nessas regiões, para que a campanha eleitoral se possa realizar num ambiente de liberdade e tranquilidade.

De qualquer forma, impõe-se travar com energia, coragem e confiança a batalha eleitoral e alcançar uma votação que confirme o amplo apoio do Partido Comunista Português. Porque também assim se vê a força do PCP.

O TERCEIRO OBJECTIVO DA BATALHA POLITICA NA ACTUALIDADE É A DEFESA DA ORDEM DEMOCRÁTICA.

É indispensável que o novo Estado democrático se saiba defender e não ceda às pressões que em nome da democracia pretendem que a democracia abdique da própria defesa.

Sempre lutámos e continuamos lutando pelas mais amplas liberdades. Mas para que essas liberdades possam radicar-se definitivamente na vida portuguesa é indispensável que a democracia seja defendida. Não se pode admitir que partidos ou grupos pretendam impedir a outros o exercício das liberdades. Não se pode admitir o uso da violência e da chantagem. Partidos que conspiram contra as liberdades, que se sirvam das liberdades para criarem condições

para golpes que mergulhem o País no terror fascista, tais partidos devem ser proibidos e os seus dirigentes justamente castigados. Só quem não queira o triunfo da democracia pode querer que a democracia se não defenda.

A reacção foi batida, mas não vencida. Tem ainda muita força, aliados e capacidade de recuperação. Seriamos felizes se as forças reacçãoárias se limitassem a Spínola e àqueles que apareceram ligados ao golpe de 11 de Março. Spínola era o pólo de atracção, e o mais tenaz inspirador das conspirações desde o 25 de Abril. Mas a reacção encontrará novos pólos e novos chefes. Temos de contar com novas ofensivas e temos de nos preparar para elas.

Adquire particular relevo no momento presente a luta contra práticas anárquicas.

Na situação instável e contraditória que se vive, a tolerância para com actos anárquicos, os estímulos à indisciplina e à violência, os distúrbios, as depredações, os golpes de mão, podem conduzir a uma grave deterioração da situação democrática.

É lamentável que partidos da coligação, nos seus comícios, apoiem, estimulem e vitoreiem agrupamentos que se declaram frontalmente como inimigos do MFA e da ordem democrática, que declaram que o PCP é o inimigo principal e que levam a cabo diariamente acções de provocação e de violência.

É urgente fazer respeitar a ordem democrática, pondo fim à vaga de actos anárquicos e tomando medidas severas contra os

A cooperação entre o povo e as Forças Armadas foi fraterna, estreita e eficiente. Cometem um erro profundo aqueles que persistirem em ignorar as forças motoras e a dinâmica da revolução portuguesa. Se soubermos manter e reforçar a aliança Povo-MFA, a revolução portuguesa será irreversível e invencível.

A derrota dos conspiradores contra-revolucionários e a vitória das forças progressistas tiveram como imediata consequência rápidos passos em frente no processo revolucionário. Foi institucionalizado o MFA, com o reforço das suas estruturas e quadros revolucionários, de que é expressão a formação do Conselho da Revolução. Foi remodelado o Governo de forma a melhor corresponder à nova situação. Foram nacionalizadas a banca e os seguros. Foi alargado o acentramento do Estado na vida económica. Abrem-se novas condições para a reforma agrária.

Entra-se numa nova fase da revolução, que coloca diante da classe operária, das massas trabalhadoras, das forças democráticas novas e grandes tarefas. Uma vez mais a reacção quis interromper o processo democrático. E uma vez mais a vitória sobre a reacção acelerou o processo democrático.

Dois grandes batalhas estão na nossa frente: a batalha política para a construção de um Estado democrático e a batalha económica pela estabilidade e pelo desenvolvimento numa perspectiva socialista.

Está o Povo Português em condições de vencer estas duas batalhas? No nosso entender, está.

A batalha política tem, no momento actual, diversos objectivos particularmente importantes.

A batalha política

O PRIMEIRO É A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM PODER DEMOCRÁTICO AO SERVIÇO DO POVO.

A criação do Conselho da Revolução e a remodelação do Governo Provisório com a entrada do MD/CDE constituem sérios êxitos e um reforço do poder das

forças da democracia e do progresso social. Verificam-se, é certo, factores negativos, que o nosso Partido referiu no momento oportuno, designadamente em relação à participação do PPD.

Dificilmente se compreende que um partido que desenvolve uma actividade manifestamente contra o processo revolucionário em curso seja considerado um aliado e não só fique na coligação como fique com posições reforçadas.

Poderá considerar-se como aliado um partido que tem conduzido uma sistemática campanha contra o MFA, contra outras forças democráticas, que tem contrariado, passo a passo, todas as medidas progressistas?

Poderá considerar-se como aliado um partido que toma como alvo central dos seus ataques o Partido Comunista? Que, já depois do 11 de Março, sai dos seus comícios para ir apedrejar e tentar assaltar os centros de trabalho do PCP, como recentemente fez no Porto? Que em certas zonas do País organiza diariamente provocações e agressões contra militantes do PCP, como acaba de suceder com a camarada Margarida Tengarrinha, candidata do PCP pelo distrito de Vila Real, e outros camaradas barbaramente agredidos por um grupo de rufias que se diziam do PPD?

Que vai fazer um tal partido na coligação? Entravar o processo progressista que as actuais condições exigem? Beneficiar de todas as vantagens da participação no Governo sem cumprir as obrigações que decorrem dessa participação?

Para que um governo de coligação governe é necessário que os de assegurar a realização destas tarefas.

A batalha pelo aumento da produtividade e da produção entra na ordem do dia das empresas nacionalizadas. Trata-se de uma nova fase que pode ser decisiva da revolução portuguesa. Se os trabalhadores, junto com o Estado democrático, têm força, coragem e determinação para melhorar as gestões deficitárias, para melhorar a rentabilidade das empresas, para aumentar a produção, a batalha económica será também vencida. Se o for, o caminho para o socialismo ficará extremamente facilitado.

O PCP diz aos trabalhadores: o futuro está nas vossas mãos. Dentro de um tempo relativamente curto poderéis ter reorganizada a economia portuguesa em bases novas, libertando-a progressivamente da exploração capitalista.

Mas para isso é necessário que os trabalhadores encarem as empresas nacionalizadas da forma nova e diferente. Agir hoje da mesma forma como se agia antes de entrarmos na via das nacionalizações será destruir a real possibilidade de um caminho de libertação social. Exigir neste momento em empresas nacionalizadas grandes aumentos salariais e diminuição de horas de trabalho semanal seria conduzir à catástrofe a nova economia liberta do poder dos monopolistas.

Os trabalhadores, junto com o Estado, têm de tomar nas suas mãos o destino dos sectores nacionalizados, têm de assegurar maior produtividade, têm de resolver os problemas de abastecimentos, de preços, de mercados. É o único caminho para se vir a pôr fim à exploração, para se garantir o caminho para o futuro melhoramento radical das condições de vida dos trabalhadores, libertados da exploração.

Cabe ao povo português decidir o seu destino

Os comunistas, na frente económica, como na batalha política têm particulares deveres a cumprir. Estamos certos de que os membros do Partido em toda a parte darão o exemplo do esforço, do trabalho voluntário se preciso for, para ganhar a nova batalha que entra agora na ordem do dia, a batalha pela estabilidade e para o posterior desenvolvimento económico em benefício do povo trabalhador.

Hoje fala-se em todo o mundo da revolução portuguesa. É um facto positivo, que mostra o profundo e legítimo interesse que provocam nos outros povos a luta e os êxitos do nosso povo. As provas de solidariedade internacional para com a nossa luta, são imensas, e estamos certos de que serão tanto mais fortes quanto mais delas necessitamos.

Entretanto não são só os povos a preocupar-se com a revolução portuguesa. A reacção mundial também manifesta um grande interesse. E o mesmo se pode dizer de certo tipo de políticos que se calam quando em Portugal, no tempo do fascismo, eram proibidos quaisquer partidos e os democratas eram perseguidos, torturados, assassinados e condenados a pesadas penas e protestam agora porque o poder democrático português toma medidas contra conspiradores para defender as liberdades alcançadas.

Assim, em volta da suspensão das actividades do Partido Democrático Cristão e de dois agrupamentos provocatórios, há estranheiras que afirmam que essa suspensão é uma ameaça para as liberdades.

Isto significa, camaradas, que há quem ponha a verdade de pernas para o ar. Não fomos nós, comunistas, que tomámos essas medidas, mas não defendemos certamente as liberdades aqueles que se colocam em defensores de quem conspira para destruí-las.

Nós, portugueses, sabemos bem quem em Portugal ameaça as liberdades e quem as defende.

Quem ameaça as liberdades? São os que defendem partidos que se pronunciam abertamente contra a democracia, que desrespeitam as liberdades, que praticam diariamente actos de violência, que atacam em termos criminosos a situação democrática, as forças democráticas e o MFA, ou aqueles que exigem desses ou de quaisquer outros partidos o respeito pelas liberdades?

Quem ameaça as liberdades? Partidos que usam as liberdades para conspirarem para a sua destruição, ou aqueles que entendem que se deve impedir a conspiração tomando as medidas adequadas?

Nós queremos que o Povo Português viva em liberdade e não seja vítima de um golpe traiçoeiro como o de 11 de Março, que, se fosse vitorioso, liquidaria as liberdades e mergulharia o País numa vaga de prisões e assassinatos.

Por isso entendemos ser necessário defender as liberdades, tomando severas medidas contra aqueles que preparam golpes contra-revolucionários.

É preferível que certos democratas estrangeiros chorem hoje por partidos suspensos em virtude de actividades contra-revolucionárias, do que venham amanhã a chorar pelas vítimas de massacres, de golpes que esses partidos preparam.

Embora compreendendo as razões conjunturais internas que levam alguns camaradas nossos de certos países a pronunciarem-se em relação a medidas de defesa tomadas pela jovem democracia portuguesa, consideramos menos oportunos tais pronunciamentos e ingerências na nossa política interna e sublinhamos que tal ingerência não constitui uma ajuda às forças da democracia e do progresso em Portugal, antes constituem um estímulo objectivamente considerado às forças conservadoras e reacçãoárias.

Não é essa a solidariedade de que necessita o Povo Português quando trava uma luta de vida ou de morte em defesa das liberdades, para a sobrevivência e o triunfo final da democracia.

Certas opiniões que se formam no estrangeiro resultam em larga medida de uma má informação e de um imperfeito conhecimento da situação portuguesa. Nisso têm grande responsabilidade certas forças políticas portuguesas.

Não podemos deixar de criticar aqueles que alimentam a campanha internacional contra a situação democrática em que vivemos e provocam pressões estrangeiras nas questões internas portuguesas e depois argumentam com estas pressões para reforçar a oposição interna ao curso democrático e procuram entravar o processo revolucionário.

Ninguém fora do nosso país tem o direito de nos querer impor tal ou tal regime, tal ou tal solução para tal ou tal problema da nossa vida económica, social e política.

Portugal é um país soberano e a soberania tem como uma das suas características essenciais o direito de cada povo orientar livremente a própria política nacional.

Cabe ao Povo Português e a ninguém mais decidir do seu próprio destino.

Por muito que pese à reacção, será o Povo Português que o decidirá.

Camaradas:

O processo da nossa revolução é extremamente complexo. Temos de defrontar a reacção interna e a pressão económica e diplomática da reacção internacional e dificuldades resultantes do processo de descolonização em que o novo Portugal democrático honrosamente se empenhou.

Mas o Povo Português, que conheceu meio século de terror fascista, que conheceu a exploração desenfreada de grupos monopolistas protegidos pela PIDE e por todas as forças repressivas, está firmemente decidido a defender e a consolidar as amplas liberdades alcançadas, a realizar profundas transformações da vida económica e social.

Nenhuma classe só por si, nenhum partido só por si, pode realizar uma tal tarefa histórica.

Para realizá-la, é necessária a unidade da classe operária e a aliança da classe operária com o campesinato, a pequena burguesia urbana, os intelectuais e mesmo sectores da média burguesia. É necessária a unidade na acção das massas populares e a cooperação entre os partidos democráticos verdadeiramente interessados na revolução portuguesa. É necessária a aliança, forjada em quase um ano de lutas e vitórias entre o movimento popular e o Movimento das Forças Armadas.

Um Portugal democrático a caminho do socialismo está ao nosso alcance.

O MAPA e as suas actividades

O SEPARATISMO AÇORIANO FAVORECE A REACÇÃO E OS INTERESSES AMERICANOS

Após uma manifestação popular realizada em Ponta Delgada, no passado dia 13 de Março, para comemorar a vitória contra a tentativa de golpe fascista, manifestantes ocuparam a sede do MAPA (Movimento para a Autodeterminação dos Açores), que foi entregue à vigilância das Forças Armadas. A partir dessa data as instalações daquele movimento separatista ficaram encerradas.

Entretanto, no dia 19 do mesmo mês, durante uma manifestação de apoio às nacionalizações da banca e dos seguros, promovida pelo MDP/CDE, PCP, PS e MES, cerca de 3000 pessoas aprovaram e entregaram ao governador militar uma declaração pedindo a ilegalização imediata do MAPA. A mesma declaração foi enviada ao Conselho da Revolução e ao Governo Provisório.

Por diversas vezes a Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes do nosso Partido tem denunciado as actividades de certos movimentos separatistas que actuam e que denotam interesses estrangeiros a controlar os seus movimentos.

O que é o MAPA

Sob a capa da autodeterminação o MAPA pretende afinal a independência dos Açores para que deste modo aquelas ilhas possam servir melhor os interesses dos imperialistas norte-americanos. Para isso basta recordar o papel importante que a base das Lajes desempenhou no conflito israelo-árabe, servindo de trampolim para a ponte aérea que abasteceu o Exército israelita, enquanto todos os outros países europeus onde existem bases norte-americanas se recusam a facilitar tal serviço.

Pode dizer-se que o MAPA não passa afinal de uma criação artificial dos interesses norte-americanos que através daquele movimento pretendem manter uma presença soberana no arquipélago dos Açores. Aliás, uma análise mais atenta permite descobrir as suas ligações com o imperialismo americano, bem como com o extinto «Partido do Progresso» e ainda relações com partidos políticos de extrema-direita envolvidos na recente tentativa de golpe

contra-revolucionário de 11 de Março.

São frequentes os casos de aliciamento de açorianos para o MAPA levados a cabo por cidadãos americanos. Entre outros é de registar o facto de professores da escola da base americana das Lajes (Terceira) fazerem propaganda do MAPA junto de trabalhadores portugueses daquela base. Por outro lado, a revista americana «Newsweek», num dos seus últimos números de 1974, publicou um artigo em que afirmava que o MAPA tinha pedido auxílio político e financeiro aos Estados Unidos. Até agora, que se saiba, nem o MAPA nem o Governo americano desmentiram o teor da notícia.

Mas não fica por aqui a ingerência americana nos assuntos internos do nosso país. A pretexto do «correio diplomático» são frequentemente desembarcados de aviões militares norte-americanos, no aeroporto de Ponta Delgada, numerosos volumes que escapam por completo à fiscalização da Guarda Fiscal, a conveniência de funcionários da Alfândega que são, simultaneamente, membros destacados do MAPA.

Vejam os dois exemplos. Em meados de Fevereiro último aterrou um avião militar americano que em vez de se dirigir para o parque de estacionamento ficou no fim da pista até que uma carinha do consulado americano o abordou. Esta recebeu vários volumes que transportou até ao terminal do aeroporto onde a Guarda Fiscal ordenou que aqueles volumes fossem abertos para fiscalização. Os transportadores recusaram, alegando tratar-se de simples correio diplomático e o impasse foi superado pela chegada de Carlos Pacheco, responsável da Alfândega e sogro de Gomes Meneses, membro destacado do MAPA, que de imediato após os carimbos da Alfândega nos volumes. A carinha abandona o aeroporto e executa várias voltas e desvios para despistar alguns funcionários em quem haviam ficado fortes suspeitas sobre o carácter «diplomático» de tão numerosa e volumosa correspondência. Cerca de uma hora depois a carinha estaciona fora do consulado ali-

viada da sua carga. O «correio diplomático», que nessa qualidade se devia destinar logicamente ao consulado, onde ficou? Na casa de quem?

Poucos dias depois os acontecimentos repetem-se e desta vez a carinha que foi esperar o avião vem a abarrotar. A Guarda Fiscal vê novamente bandidos os seus esforços para fiscalizar os volumes.

Entretanto, junto às pinturas de parede que o MAPA efectuou em várias zonas da ilha são encontrados recipientes de «spray» de fabrico americano que unicamente estão à venda na base das Lajes.

Relações do MAPA com a extrema-direita

Os destacados fascistas e reaccionários que em S. Miguel integravam o extinto «Partido do Progresso» são quase todos membros notórios do MAPA. Um deles, João Manuel Raposo, radioamador conhecido e possuidor de um emissor de alta potência, participou antes do 28 de Setembro, juntamente com outros apauados, na produção de filmes anticomunistas grosseiros em várias zonas rurais. Esses filmes mostravam execuções sumárias por enforcamento, degolações, assassinatos de crianças e de mulheres que eram atribuídos aos comunistas.

Por outro lado, antes da estruturação do CDS na ilha de S. Miguel, toda a correspondência daquele partido era dirigida para a sede do MAPA, em Ponta Delgada. Assim como alguns dos candidatos da coligação CDS/PCP são membros conhecidos do MAPA.

Mas a reacção continua à solta nos Açores. Na primeira sessão do CDS em Ponta Delgada foi efectuada uma defesa intransigente do MAPA, assim como as primeiras pinturas de parede do CDS coincidem com as pinturas da FRIA (Frente Revolucionária de Independência dos Açores) considerado a ramificação armada do MAPA.

E mais, um dos candidatos da coligação CDS/PCP, o professor liceal Manuel Barbosa chega a afirmar publicamente que *agora é que no Chile se está a construir a verdadeira democracia*.

Mas exemplos destes são numerosos nos Açores.

Um alemão em Cascais

Recentemente, um diário suíço-alemão, o «Tages-Anzeiger», publicava uma extensa reportagem sobre os movimentos separatistas nos Açores. O repórter descrevia ter encontrado em Cascais um alemão, negociante de armas antigas, que desempenhava funções directivas nos movimentos separatistas e que se dedicava a criar um refúgio nos Açores, onde teria comprado terrenos e casas para assim abandonar a sua residência de Cascais. Presentemente, colocava as suas relações em toda a Europa ao serviço de uma causa que considerava mais promissora — a independência dos Açores.

Fácil se torna concluir que um negociante de armas antigas rapidamente se pode transformar num negociante de armas modernas, se é que não fazia já o seu biscoito. Por outro lado, convém não esquecer que poucos dias antes da tentativa de 11 de Março, quando a entrevista foi publicada, o referido alemão que o repórter tem o cuidado de não identificar fazia declarações do seguinte teor:

Os Açores podem acolher um governo no exílio. Acontecerá alguma coisa com certeza.

O súbdito alemão que reside em Cascais afirmava, mais adiante que existem quatro organizações separatistas uma das quais sem nome mas que era a mais importante, porque *irá instaurar o futuro governo dos Açores independente*. E acrescentava que a única coisa que se podia saber a seu respeito *são afirmações de que as organizações secretas dispõem de estações fixas, emissores de rádio e de armas vindas de Espanha*.

Era este o panorama antes do 11 de Março.

A extinção do MAPA

Na manifestação de 19 de Março, que congregou cerca de 3000 habitantes de S. Miguel, foi pedida, num documento entregue ao governador Militar dos Açores, general Pinto Magalhães, a extinção da organização separatista MAPA e a necessidade de imediatamente ser aberto um inquérito pelas autoridades às actividades daquele movimento, dos seus dirigentes mais responsáveis e às suas obscuras ligações com a CIA e com os partidos de extrema-direita recentemente envolvidos na tentativa de golpe do 11 de Março.

o general Pinto Magalhães, que agradeceu o apoio dos manifestantes, revelou que nesse mesmo dia tinha sido ordenado um inquérito às actividades daquele movimento.

UMA ARTE TEATRAL AO SERVIÇO DO POVO

O passado dia 27 de Março foi comemorado, internacionalmente, como o Dia Mundial do Teatro. Todos os anos, o Instituto Internacional de Teatro divulga uma mensagem que é, usualmente, lição dos nossos tempos. Em Portugal, antes do 25 de Abril, essa comemoração nunca podia assumir uma atitude aberta de combate antifascista, devido à acção pronta da mão repressiva dos censores da ditadura salazarista-cetista. Mas os homens de teatro portugueses sempre conseguiram transformar a comemoração desta data numa jornada de divulgação do teatro, o que, para o fascismo era, já de si, uma atitude abertamente subversiva, pelo ódio visceral que nutria por todas as manifestações culturais.

Hoje, nas novas condições de liberdade, bem podemos dizer que o teatro português renasce. Libertado da tutela fascista, a arte teatral pode, enfim, encaminhar os seus passos para servir cada vez mais amplas camadas do povo português e, deste modo, acompanhar combativamente a luta dos trabalhadores do nosso país na construção de um Portugal livre, democrático e independente.

Foi neste clima de uma progressiva acção dos grupos de teatro portugueses junto das massas trabalhadoras que este ano se comemorou o Dia Mundial do Teatro. Foi, igualmente, neste espírito que o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos divulgou uma mensagem, na qual se afirma, a determinação passo:

Este dia 27 de Março de 1975 é um dia de festa por consagrar o contacto livre com o público e com os trabalhadores entre si, mas é também dia de tomada de consciência, de autocrítica, de interrogação, com as quais todos devem procurar a forma de, realizando os vocacionados, fazerem um teatro português autêntico, por consequência um teatro popular, vivo, actual, que sirva a revolução em curso dos trabalhadores.

LIÇÕES QUE NÃO DEVEMOS ESQUECER

O «Avante!» tem lembrado repetidamente que a análise dos trágicos acontecimentos verificados na Bolívia em 1971 e no Chile em 1973 não se esgota com a solidariedade calorosa aos povos chileno e boliviano. É importante ter presente muitas lições esquecidas, muitos e graves erros cometidos ao longo desses dois processos revolucionários. Se é verdade que o imperialismo e a reacção latino-americana mobilizaram em ambos os casos todas as suas forças e recursos para preparar a contra-revolução, é também verdade que durante algum tempo, tanto na Bolívia como no Chile, a correlação de forças foi desfavorável aos inimigos da democracia. Quando o general Torres e Salvador Allende entraram como presidentes no Palácio Quemado e em La Moneda a reacção não teve condições, numa primeira fase, para impedir que governos progressistas, com amplo apoio popular, usassem o poder político para golpear duramente os monopólios e o latifúndio, tomando medidas que iam ao encontro das aspirações dos trabalhadores e representaram também um desafio ao imperialismo. Mas nos dois casos a euforia das conquistas revolucionárias impediu durante muito tempo forças e partidos com responsabilidades governativas de compreender todas as consequências negativas da excessiva complacência do Estado em face de manobras e actos que, sendo «revolucionários» segundo os seus autores, favoreciam objectivamente a reacção, uma vez que contribuíam para mudar a seu favor a correlação de forças existente, desorganizavam a produção e paralisavam o funcionamento de serviços públicos essenciais.

Logo após o 7 de Outubro de 1970, os grupos esquerdistas bolivianos, que não haviam desempenhado papel algum na greve geral e na maciça mobilização popular que tinham tornado possível a derrota dos golpistas, não só desencadearam uma interminável série de acções pseudo-revolucionárias como começaram a hostilizar abertamente o governo do general Juan José Torres. Ocuparam edifícios públicos, invadiram conventos e casas, intimidaram pequenos proprietários e comerciantes. Criticavam como «burguesas e inúteis» medidas tão positivas como a nacionalização de minas e empresas imperialistas e alardeavam o carácter «revolucionário» de ocupações anárquicas que diziam visar à instalação de

serviços de interesse social como escolas, creches, clínicas para o povo, etc. O governo Torres sustentou a significação de iniciativas que foram assumindo uma amplitude cada vez maior. Certas seitas políticas passaram a exigir a dissolução das unidades militares inteiras. No Departamento de Santa Cruz, o grupo «moaísta» de Oscar Zamora resolveu fazer, por conta própria, a «reforma agrária» e instalou bandos armados em herdades ocupadas. Os seus partidários chegaram então ao cúmulo de exigir na Assembleia Popular de La Paz plenas garantias para a actividade de Zamora que proclamava publicamente a sua disposição de derrubar um governo sem cujo apoio a Assembleia Popular não teria sido instalada. Criou-se, assim, uma situação de anarquia que levou sectores vacilantes do Exército a mudarem de posição. Simultaneamente, amplas camadas da pequena burguesia, alarmadas com as ocupações ilegais, tornaram-se permeáveis à propaganda da reacção que explorava habilmente o vácuo de autoridades. Os avanços revolucionários do povo boliviano eram reais, mas os grupos esquerdistas, cegos à realidade, ajudaram a criar condições indesejáveis ao êxito do golpe fascista de Hugo Banzer e à destruição das conquistas populares. Basta lembrar que os seqüestros, assaltos e vinganças praticados pelo chamado Exército de Libertação Nacional ficaram quase sempre impunes.

No Chile, a actuação dos agrupamentos pseudo-revolucionários não foi tão ostensiva e profunda. Mas a reacção soube explorar sempre a seu favor as iniciativas «esquerdistas» que violavam a legalidade democrática. Essa legalidade foi violada diariamente pela direita desde a eleição de Allende, mas cada acção anárquica de elementos, partidos ou forças que se diziam «revolucionárias» foi sempre utilizada pela Democracia Cristã e pelos seus aliados do Partido Nacional para lançar campanhas de descrédito contra a Unidade Popular.

O terrorismo foi desencadeado no Chile pela CIA e pelos fascistas de «Patria y Libertad». O governo não soube controlá-lo com a necessária firmeza. E quando os provocadores da VOP assassinaram o fascista Zujovic a reacção tratou de criar a imagem falsa de que a violência era sobretudo da responsabilidade das forças que conduziam o processo revolucionário.

Quando pequenas e médias propriedades e empresas foram ilegalmente ocupadas pelo MIR e outros grupos esquerdistas, o PDC e os seus aliados tiraram dividendos dessas iniciativas aventureiras. Também no Chile, não o esqueçamos, os actos de anarquia alarmaram e média burguesia, também no Chile a violação da legalidade democrática por grupos pseudo-revolucionários — e até pelo próprio Partido Socialista — facilitou a tarefa da direita.

O Governo do Peru soube extrair ensinamentos fundamentais das terríveis experiências do Cnue e da Bolívia. Não teria podido golpear tão duramente a reacção interna e o imperialismo se não tivesse exigido desde 1968 o respeito da legalidade democrática e revolucionária por parte de todos os grupos que pretendiam colocar-se acima do Estado, das organizações de massa e dos partidos. Velasco Alvarado não permitiu que a anarquia se implantasse nas escolas, puniu os autores de incêndios, de assaltos a edifícios públicos, opôs-se a que pseudo-revolucionários da capital fossem dar lições sobre a reforma agrária e manejo de armas aos camponeses, denunciou como criminosos os provocadores (esquerdistas e direitistas) que queimaram em 1973 os arquivos da reforma agrária no Cuzco, não admitiu que os órgãos de Informação oficiais divulgassem os apelos vociferantes de todas as seitas anarquistas, que, sob os mais diversos nomes, funcionam no Peru.

As condições existentes em Portugal são muito diferentes das que se verificavam no Chile e na Bolívia e das que caracterizam a Revolução Portuguesa. A Revolução Portuguesa desenvolveu-se em condições incomparavelmente mais favoráveis, tendo como forças motoras as duas componentes do processo: o movimento popular de massas e o MFA. A aliança entre o povo e as Forças Armadas é uma firme garantia de novas conquistas, de novos avanços da Revolução Democrática e Nacional.

A reacção, aqui, quebrou os dentes sempre que passou à ofensiva. Foi batida em Junho, não passou em Setembro, sofreu a sua maior derrota no 11 de Março. Mas nem por isso as lições do Chile e da Bolívia — como as do Peru — perderam actualidade para nós. Em Portugal a violação da legalidade democrática por grupos pretensamente revolucionários

constitui igualmente uma ameaça à Revolução. Terá de ser enfrentada e combatida sem vacilações. Também aqui há hoje ocupações ilegais de casas, invasões de escolas, actos de violência irracional praticados em nome de supostos fins revolucionários, mas que são objectivamente contra-revolucionários. É verdade que o povo necessita de hospitais, de casas, de assistência. Mas esses instrumentos de progresso social não podem resultar de iniciativas de grupos, de palhaçadas pseudo-revolucionárias. Uma clínica não nasce de uma bandeira colocada numa janela. Há dias, na sede de uma dessas prometidas instalações sociais, discutiu-se tudo na primeira reunião de trabalho — desde marcas de automóveis à compra de uma «roulotte» — excepto a montagem do serviço anuício. Foi-se tão longe na demagogia «revolucionária» que bandos de marginais estão realizando ocupações de casas já habitadas, seguindo na esteira dos grupelhos esquerdistas. Provocadores continuam a injuriar o MFA.

O presidente da República tem razão ao lembrar que «a tranquilidade e a serenidade são indispensáveis aos grandes momentos da vida nacional». Tem razão ao afirmar «o desejo imediato de maior autoridade democrática com menos extremismos autocráticos». A violação da legalidade democrática acentuou-se de modo alarmante nas últimas semanas. Actos que apenas favoreceram a criação de um clima de desordem e anarquia só servem a reacção por mais «revolucionários» que proclamem ser os grupelhos que os praticam. É tempo de estabelecer uma clara fronteira entre o que é revolucionário e o que é anárquico.

Devemos ter presentes as lições do Chile e da Bolívia. E extrair delas as conclusões lógicas. A Revolução Portuguesa não é um brinquedo, um jogo para divertimento de irresponsáveis e provocadores. É uma tarefa séria, científica, que exige responsabilidade. Os trabalhadores portugueses têm hoje a oportunidade histórica de construir uma sociedade nova em que os recursos do país sejam postos ao serviço do povo. «Se os trabalhadores quiserem e souberem — como disse o camarada Álvaro Cunhal no grande comício do Pavilhão dos Desportos — estemos no limiar de transformações democráticas profundas da sociedade portuguesa, a caminho do socialismo.»

DIA DA JUVENTUDE

OS JOVENS QUEREM PARTICIPAR NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

que todo o povo trabalhador Comemorado em diversos pontos do País, o 28 de Março, Dia da Juventude, constituiu uma vibrante jornada

de unidade das forças democráticas. O mesmo movimento unitário que caracterizou as fileiras da resistência das organizações juvenis na luta contra o fascismo afirma-se, agora, na construção do processo democrático, na qual os jovens concentram todo o seu entusiasmo revolucionário e capacidade de trabalho político.

Unidos no mesmo esforço, compartilhando a mesma alegria pelas comemorações da juventude, pela primeira vez realizadas em liberdade, solidários nas mesmas tarefas de consolidação e avanço da democracia, elementos da UEC, da UJC, do MIT, bases estudantis do MDP/CDE, elementos da Juventude do MES e da FSP e da JS demonstraram, mais uma vez, que a esmagadora maioria da juventude portuguesa está disposta a lutar por uma vida melhor e a mobilizar para essa luta os jovens que ainda hesitam em inserir-se no gigantesco trabalho político é chamado a desenvolver pela vitória da revolução portuguesa.

Realizado na mesma sala, na Voz do Operário, onde há 28 anos, no 28 de Março de 1947, o MUD juvenil se afirmou como uma força política a nível nacional, com 20 000 filiados, o comício de Lisboa comemorativo do Dia da Juventude revestiu-se, por isso mesmo, de particular significado. Se do 28 de Março de 1974 saiu reforçado o movimento da juventude e «nas oficinas, nos campos, nas escolas, a juventude portuguesa lançou-se audaciosamente à conquista de uma vida melhor, à conquista do pão, do lar, do amor, da instrução, da liberdade». (Informe ao CC feito em Junho de 1947 pelo camarada Álvaro Cunhal), no 28 de Março de 1975 a juventude democrática continua a honrar as suas tradições de luta numa inequívoca afirmação de compromisso no processo revolucionário.

O camarada Carlos Abolín Inglês, membro do Comité Central do nosso Partido e antigo dirigente do MUD juvenil, presente no comício da Voz do Operário, salientou a

importância da unidade das forças juvenis, sublinhando: «...*pelo que se refere à juventude e à sua contribuição para o avanço do processo democrático, a caminho do socialismo, deveis esforçar-vos por conseguir unidade, unidade e unidade o mais ampla possível. E unidade quer dizer trabalho de massas e para tanto isolas os divisionistas e provocadores de toda a espécie. Unidade que deve hoje tomar as formas adequadas às novas condições, nos movimentos unitários, nas iniciativas comuns das várias forças juvenis, num espírito unitário que contrarie todo o sectarismo*».

Podemos dizer que as comemorações do 28 de Março, Dia da Juventude, foram marcadas em quase todo o País por este espírito unitário. Cabe às organizações juvenis darem a prova da sua já experimentada maturidade política, não permitindo que este espírito unitário se quebre mas, antes, se reforce e amplie, porque deste modo estarão servindo, de facto, a causa do povo português.

Ministro do Trabalho na URSS

RESULTADOS ALTAMENTE POSITIVOS

No termo da visita oficial mais demorada que até hoje um membro do Governo Provisório fez à União Soviética, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, declarou aos jornalistas, no aeroporto da Portela, que os resultados da viagem foram altamente positivos. No encontro com o primeiro-ministro, Alexei Kossyguine, chegámos à conclusão de que se torna necessária uma maior intensificação da ajuda da União Soviética ao nosso País, dentro de um espírito de cooperação e execução, de respeito mútuo e de não ingerência nos assuntos internos dos dois países em prol do progresso, da paz e do desenvolvimento dos povos, disse ainda o major Costa Martins, que chefiou uma importante delegação de elementos civis e militares, incluindo entre outras personalidades o dr. Barros Moura, director-geral das Relações Colectivas de Trabalho, quatro ele-

mentos das Forças Armadas, todos representantes do MFA e um alto funcionário do Ministério da Educação e Cultura.

Como os órgãos da Imprensa diária já amplamente informaram, a delegação portuguesa teve contactos muito proveitosos com altas personalidades civis e militares na União Soviética, tendo sido abordados assuntos da máxima importância para o nosso país, nomeadamente em matéria de salários e relações de trabalho.

O desenvolvimento das relações luso-soviéticas foi o tema principal do encontro do major Costa Martins com o presidente do Conselho de Ministros da URSS, que se prolongou por três horas. Na troca de impressões com o ministro português, o camarada Kossyguine mostrou o mais vivo interesse pelos vários aspectos da situação em Portugal, designadamente no que res-

peita nos aspectos económicos, do trabalho e da intensificação da ajuda soviética nesses domínios. O major Costa Martins informou o chefe do Governo soviético acerca das medidas do Conselho da Revolução e do Governo, no sentido da defesa e da consolidação das conquistas democráticas e do progresso do País.

Além das visitas a locais de interesse histórico e cultural, entre eles alguns que bem denotam o esforço do povo soviético na defesa da paz e na construção do comunismo, a delegação governamental portuguesa teve importantes reuniões no Comité de Estado para o Trabalho e Salários do Conselho de Ministros da URSS, onde foram ventilados problemas de organização e legislação do trabalho, formação de dirigentes para a indústria e outros assuntos que interessam sobremaneira aos povos dos dois países.

4 DE ABRIL: 30.º ANIVERSÁRIO DA LIBERTAÇÃO DO POVO HÚNGARO

O 4 de Abril de 1945 representa para o povo húngaro a libertação do jugo nazi que submeteu o país ao terror e aos sofrimentos de uma guer-

ra criminosa desencadeada contra grande parte dos países da Europa pelo imperialismo alemão. A libertação de um povo não constitui uma vitória isolada no caminho do progresso e democracia no mundo. Daí que o fascismo vedasse ao povo português todas as informações sobre as vitórias dos outros povos contra os regimes repressivos, procurando denegri-las através de uma propaganda terrorista de obscurantismo. Pela primeira vez o povo português goza do acesso às experiências revolucionárias dos outros povos, as quais constituem um capital político extremamente importante para o processo de democratização português. No caso presente, pela primeira vez, o povo português assiste às comemorações do 4 de Abril, dia da Festa Nacional da Hungria, data da libertação do povo húngaro, da qual passa este ano o 30.º Aniversário. Também pela primeira vez, os representantes da República Popular da Hungria se reuniram com os órgãos de Informação portugueses numa conferência de Imprensa realizada no passado dia 31 de Março. Presentes os camaradas embaixador da RPH, Ferenc Csaba, conselheiro da embaixada, Lajos Schiff, e adido cultural, Attila Geese.

No passado dia 29, inaugurou-se, na sede da Associação de Amizade Portugal-URSS, na Avenida Boavista, 1015, uma importante exposição do livro soviético. Ao acto inaugural estiveram presentes, para além de outras individualidades, Carlos Costa, da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e o dr. Óscar Lopes, presidente da Associação.

Da grande quantidade de obras patentes é de salientar largas dezenas de livros de marxismo-leninismo, bem como sobre os mais variados aspectos da sociedade socialista. Integram a exposição numerosas edições de literatura, obras técnicas e científicas, revistas e jornais. Os livros e revistas são em espanhol, francês e inglês e é de frisar o baixo preço a que são vendidos. Constituem ainda a exposição colecções de selos, postais, e «posters».

A exposição que se manterá patente ao público até ao próximo dia 13, funciona das 16 às 20 e das 21 e 30 às 24 horas.

ASSINA O "AVANTE!"

UNIDADE E FORÇA SINDICAL PARA A MELHORIA DO TRABALHO

Os pastores do concelho de Avis dispõem até 30 de Junho do ano corrente de uma convenção colectiva de trabalho mediante a qual receberão 160\$00 diários e, entre outras regalias, gozarão um dia de férias por cada mês de serviço. Os pastores contratados à percentagem, além do salário, terão direito, no final de Junho deste ano, a 40 borregos, 40 velos e ao leite correspondente a 40 ovelhas. Os pastores sem percentagem e sem povilhal receberão 250\$00 por dia.

Resultado da luta dos trabalhadores e do dinamismo da Comissão Pró-Sindicato, esta convenção, a primeira de que se tem notícia para este sector do trabalho, foi negociada directamente com o patronato e assinada na presença de representantes das Forças Armadas e do Ministério do Trabalho.

Entretanto, era publicada, para vigorar por ano e meio a partir de 1 de Janeiro findo, uma regulamentação colectiva de trabalho para tratadores de gado do distrito de Setúbal. Negociada com vários suinicultores pelo Sindicato dos Operários da Indústria de Chacinaria daquele distrito, a convenção inclui várias regalias significativas e que nunca existiram para os trabalhadores do ramo, como sejam férias anuais, subsídio de Natal, restrição aos despedimentos, definição da justa causa e subsídio de férias. As retribuições mínimas mensais oscilam entre 3000\$00 (tratadora afilhadora ou criadora de gado) e 8000\$00 (casal).

Outras formas de luta

De um acordo concluído pelos trabalhadores com a administração, na Tribuna Industrial de Borracha, SARL (Braga), destacamos:

A empresa compromete-se a não despedir sem motivo de justa causa nenhum trabalhador grevista no período de cinco anos, a contar da data da assinatura deste acordo. A justa causa terá de ser comprovada através de um inquérito a realizar por elementos da Comissão Sindical Operária, Sindicato e Ministério do Trabalho.

Pondo termo à greve com que apoiavam algumas reivindicações que a administração se recusava a satisfazer, os trabalhadores da TRIBOR receberam todos os salários correspondentes do período de paralisação, sendo satisfeito imediatamente o pagamento de 50 por cento dessa importância e o restante no dia 15 de Abril de 1975.

Como prova de unidade na luta pelo direito ao trabalho e por uma mais firme garan-

tia de emprego, é também de salientar, entre muitas outras, a dos trabalhadores da Lavandaria Matroil que, ameaçados de desemprego, conseguiram, com o apoio técnico da Secretaria de Estado do Trabalho, que a entidade patronal se compromettesse a não efectuar qualquer despedimento sem justa causa, sob pena de nulidade. Segundo o acordo, a apreciação da justa causa será da competência de uma comissão composta por um representante do Grémio, um representante do Sindicato e um representante do Ministério do Trabalho.

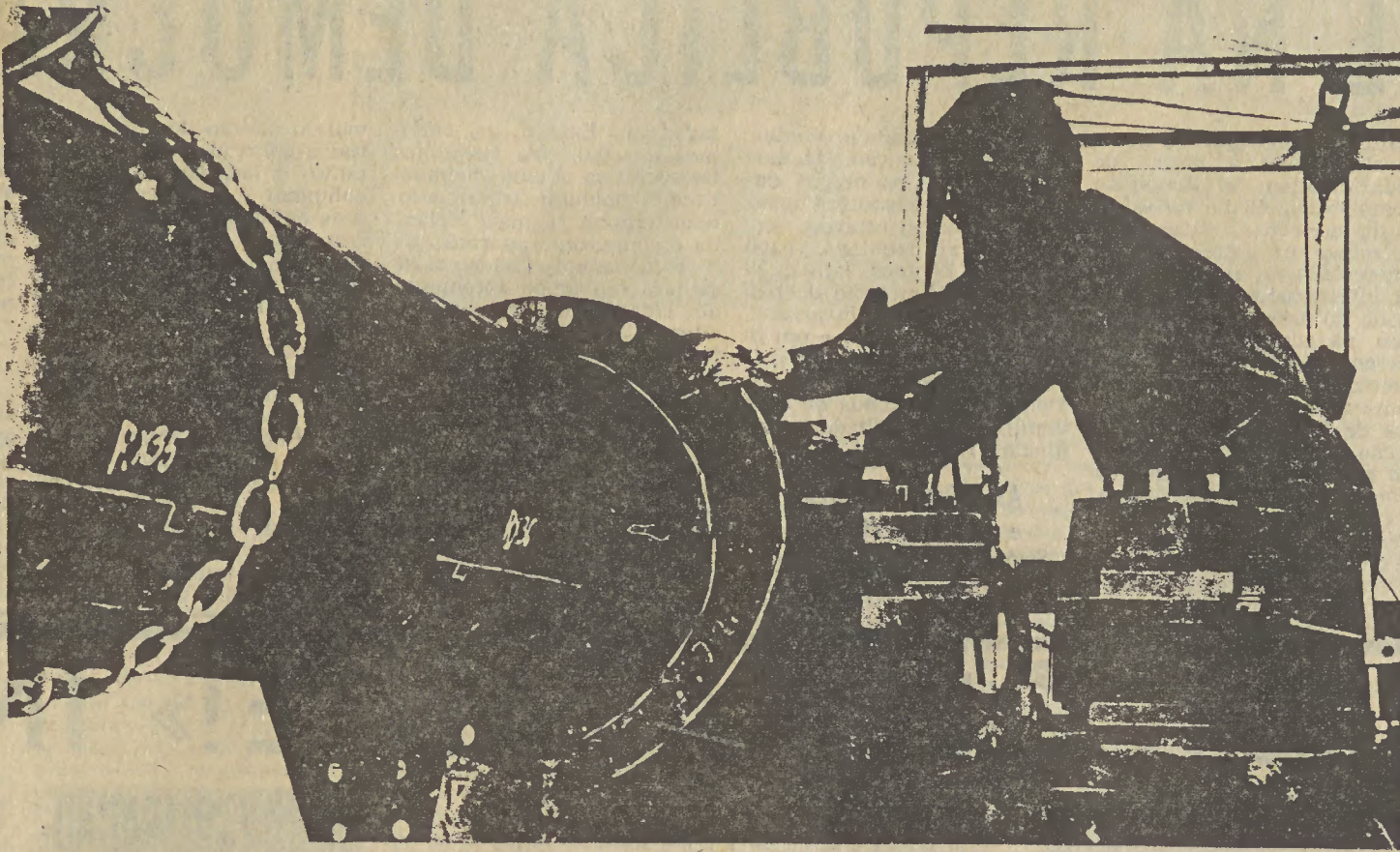
NA «CIFA» AGUARDA-SE A INTERVENÇÃO DO GOVERNO

Os 1700 trabalhadores da empresa Cifa — Companhia Industrial de Fibras Artificiais, com sede em Sobrado-Valongo, reuniram-se no sábado, nas instalações da empresa, e durante o plenário a que estiveram presentes delegados sindicais e Comissão de Trabalhadores, foi aprovada uma moção em que os trabalhadores decidiram aguardar a intervenção do Governo na empresa para depois voltarem a discutir e analisar os problemas referentes ao estado financeiro da firma, reivindicações salariais e gratificações.

Durante a reunião, a Comissão de Trabalhadores fez referência à necessidade de vigilância e de uma forte unidade, condição essencial para a vitória dos trabalhadores da Cifa que, desde há meses, desenvolvem uma luta pelo direito ao trabalho, esperando o resultado dos inquéritos levados a efeito à administração da Cifa, por elementos nomeados pelo Governo.

Denunciando a manobra de boicote económico, tentada pelas entidades patronais, os 1700 trabalhadores da Cifa, empresa detentora do monopólio da fabricação de fio de «nylon», petita celulósica e que se monopoliza no fabrico de seda artificial e fornecedora de matéria-prima para a indústria têxtil nacional, mostraram claramente a sua forte vigilância sindical, impedindo o encerramento da empresa, bem como de numerosas pequenas empresas que, por dependem directamente da Cifa, estariam à beira da falência.

No final do plenário, os trabalhadores aprovaram ainda o envio de um telegrama ao Conselho da Revolução e ao MFA, mostrando a sua solidariedade e confiança na Comissão de Trabalhadores e pedindo a tomada de medidas urgentes para a resolução dos graves problemas que afectam cerca de 1700 trabalhadores.



Contratos Colectivos Verticais

ANTEPROJECTO DOS METALÚRGICOS CONTRA O DIVISIONISMO E A FAVOR DUMA CAMPANHA SINDICAL DE MASSAS

A Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, o Sindicato dos Técnicos de Desenho, o Sindicato dos Electricistas do Sul e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório (Norte e Sul), submeteram em conjunto à discussão dos seus filiados um anteprojecto de Contrato Colectivo Vertical Nacional para todas as empresas de metalurgia e metalomecânica. Abrangendo cerca de 250 mil trabalhadores de muitas dezenas de profissões, o anteprojecto resultou de grande número de reuniões com trabalhadores nas fábricas, nos escritórios e nos sindicatos.

«Houve que reformular todo o clausurado dos contratos existentes, todos eles ainda do tempo do fascismo. Gastou-se mais tempo do que todos esperávamos e desejávamos, mas elaborou-se, atra-

vés de um amplo e mobilizado trabalho colectivo, um anteprojecto inteiramente novo, que tem em conta interesses fundamentais dos trabalhadores da metalurgia nesta fase da luta», afirmam as federações e sindicatos responsáveis pela elaboração daquele documento, que conta 101 cláusulas e «pretende ser apenas uma base de trabalho e discussão».

«Vão ser criadas equipas de dirigentes e activistas sindicais que, por todo o País, darão o seu contributo à discussão viva do anteprojecto e das questões a ele ligadas», pois «compete agora aos trabalhadores da metalurgia em todo o País discutir de forma criadora, corrigir, elaborar e apresentar ao patronato», acrescentam aqueles cinco sindicatos e federações.

De âmbito nacional, o anteprojecto prevê a aplicação do futuro contrato (válido por um ano a partir de 1 de Janeiro de 1975), também «aos trabalhadores metalúrgicos que prestem serviço em empresas de outros ramos de actividade» e «não impede que os sindicatos mais representativos por ele abrangidos negociem durante o seu período de vigência, retribuições mínimas mais favoráveis aos seus associados».

O anteprojecto, que prevê duas revisões anuais das retribuições mínimas (em Junho e Dezembro) de acordo com o aumento do custo de vida, reduz muito significativamente as diferenças de salários entre os vários níveis e classes das categorias profissionais. Chamando a atenção para a complexidade do problema salarial e lembrando o facto de os salários não podem «alinhar-se» pelo das empresas mais poderosas, sob pena de se lançarem no desemprego milhares de companheiros das empresas economicamente mais débeis», o anteprojecto acrescenta que «as tabelas salariais propostas pretendem ser realistas» sem deixarem de ter em conta a subida do custo de vida.

Defender melhor a garantia de emprego

Motivo para uma ampla campanha sindical de massas, a discussão do anteprojecto vai atender a assuntos decisivos como admissão e carreira profissional, direitos sindicais, incluindo o tempo para o exercício das respectivas funções, férias, subsídios, descansos, reuniões nos locais de trabalho, horário, retribuições, férias subsídios, descansos, proibição dos despedimentos sem justa causa, trabalho de mulheres e de menores e muitos outros temas de reflexão e debate que os trabalhadores levantarão em amplas assembleias distritais e em reuniões mais restritas nas empresas e nos sindicatos.

Para melhor defender a garantia de emprego, o anteprojecto proíbe os despedimentos sem justa causa e estabelece «condições especiais por despedimento abusivo», elevando as indemnizações por do dobro, designadamente quando os trabalhadores atingidos exerçam funções de dirigentes ou delegados sindicais, façam parte de grupos de trabalho de sindicatos, sejam dirigentes ou representantes em caixas de previdência, FNAT, câmaras municipais e juntas de freguesia, ou tenham exercido qualquer dessas funções

há menos de 10 anos. O despedimento terá ainda carácter abusivo, nomeadamente quando os trabalhadores tiverem 40 ou mais anos de idade, e tiverem apurados para o serviço militar, ou tenham prestado informações sobre a vida interna das empresas aos sindicatos, à inspecção do trabalho ou a quaisquer outros organismos com funções de vigilância ou fiscalização do cumprimento das leis de trabalho.

Menção especial mereciam ainda muitas outras cláusulas do anteprojecto que, após o amplo debate a que vai ser submetido, servirá certamente de modelo para outros contratos colectivos verticais. Mas, como se trata de um anteprojecto, convirá aguardar a ampla discussão prevista, pois dela resultará certamente um enriquecimento ainda maior dessa regulamentação de trabalho para 250 mil operários e empregados.

«As direcções e delegados sindicais compete a importante tarefa de desenvolver um amplo e profundo trabalho sindical de massas, chamar os trabalhadores da metalurgia à discussão do seu contrato e dos problemas que lhe estão intimamente ligados: a importância de que se revestem os sindicatos como órgãos de classe ao serviço dos explorados, a necessidade de se avançar para grandes e fortes sindicatos verticais, o papel dos trabalhadores e dos sindicatos no processo revolucionário em curso, etc.», afirmam aqueles sindicatos e federações.

«Vamos, todos juntos — acrescentam —, fazer da discussão do anteprojecto do contrato colectivo um amplo e profundo trabalho de mobilização e organização, andar para a frente no caminho da unidade dos explorados contra os exploradores, caminho que aprendemos a trilhar com êxito nos tempos do fascismo e em que há que estugar o passo rumo à vitória final».

Mas tanto os trabalhadores como os dirigentes sindicais interessados nessa vitória sabem que o Contrato, por muitas vantagens que se conquistem, não basta. É necessário que os trabalhadores tenham possibilidade efectiva de vigiar e fiscalizarem as gerências das empresas, de modo a evitar desvios e prevenir contra surpresas anti-económicas», como lembra oportunamente um dirigente sindical dos metalúrgicos do Porto, acrescentando que «a nacionalização da banca e das indústrias básicas é decisiva para as nossas perspectivas», as quais implicam a participação directa dos sindicatos no planeamento económico nacional e na vida das empresas, de modo a que toda a actividade económica passe a estar de facto ao serviço do povo trabalhador.

Avante

pela verticalização!

Grande passo para a formação acelerada de um maior número de sindicatos verticais (a exemplo do que sucede já com o Sindicato dos Transportes Rodoviários, o das Indústrias Alimentares, o da Indústria Farmacêutica e o dos Trabalhadores do Comércio), os Contratos Colectivos Verticais servirão para reforçar a unidade, que

tenderá a tornar-se indelével com o desaparecimento da divisão por profissões, que só servia o fascismo e os seus poderosos sustentáculos internos e externos.

Entretanto, estão a decorrer as negociações no sector hoteleiro para a aprovação do Contrato Colectivo Vertical que abrangerá 120 mil trabalhadores daquela indústria em todo o País. Além das vantagens já apontadas para os metalúrgicos, o «vertical» da hotelaria consagrará o princípio, já legalizado, segundo o qual a alimentação dos trabalhadores hoteleiros nunca poderá ser descontada nos ordenados.

Segundo informação recente do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa, também os trabalhadores das instituições de Previdência vão ter o seu primeiro Acordo Colectivo de Trabalho Vertical, cujo anteprojecto está a ser discutido pelos sindicatos interessados.

O mesmo sucede com outros sectores da indústria, comércio e serviços, onde se luta por sindicatos fortes e por melhores e mais justas condições de vida e de trabalho.

A empresa Grão-Pará, cuja Comissão Administrativa por parte do Estado foi nomeada em 19 de Fevereiro último, tem deparado com alguns problemas, tanto internos como externos, que prejudicam o seu funcionamento de acordo com os objectivos que se pretende satisfazer os interesses dos trabalhadores.

Assim, segundo nos informou a Comissão de Trabalhadores, a primeira investida verificou-se na Madeira por parte das forças reaccionárias com o apoio tácito do Sindicato da Indústria Hoteleira daquela ilha, nomeadamente o presidente da direcção, Ernesto, ex-elemento da ANP. Por outro lado, também em Lisboa, na frente de trabalho que engloba os trabalhadores técnicos e administrativos, têm existido situações pouco claras por parte de alguns grupos e que constituem um entrave ao bom funcionamento da Grão-Pará.

A Comissão Administrativa, que foi nomeada pelo último Governo Provisório, por proposta da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, da Secretaria de Estado do Comércio Exterior e Turismo e da Secretaria de Estado do Tesouro, é constituída pelo engenheiro Humberto Belo e os drs. José Vasconcelos Abreu e Manuel Joaquim Gonçalves Real. Nos últimos dias foi eleito um representante dos trabalhadores para a referida Comissão Administrativa.

O passado da Grão-Pará e o que a administração de Fernando Pires da Silva, que fugiu para o Brasil, fez de por mais conhecido, já que os órgãos de Informação lhe deram o relevo merecido. Mas sucede que a empresa possuía dois edifícios, um na Rua Castilho e outro na Avenida Marquês de Tomar que a anterior administração pretendia vender. Com esse intuito já tinham sido efectuadas negociações para que o prédio da Rua Castilho fosse comprado pela empresa dos EUA pelo preço de 150 000 contos. Quando a administração fugiu do País os trabalhadores acharam por bem encerrar as negociações porque, para além de outras considerações, tinham o perigo de o pagamento vir a ser efectuado no Brasil ou nos Estados Unidos. Entretanto, o MFA sugeriu a ocupação do edifício da Rua Castilho o que foi bem aceite pelos trabalhadores, tanto mais que existia por parte da empresa uma dívida ao Estado na ordem dos 600 000 contos. O outro edifício está por seu turno a ser negociada a sua venda com os Serviços Sociais das Forças Armadas.

Estranhas negociações

Por tanto, não se punha já a hipótese de se voltar a negociar com a empresa dos EUA. E foi com esse espírito que a Comissão de Trabalhadores teve conhecimento que o administrador dr. Vasconcelos Abreu, assistente da Faculdade de Direito escolhido pelos alunos que acumulam com a sua profissão liberal de advogado e administrador por parte do Estado na Grão-Pará onde sofreu 25 000\$00 mensais, se tinha deslocado ao local de trabalho do embaixador Carlucci a fim de reatar as negociações.

Esta atitude é tanto mais estranha quando se sabe que o prédio da Rua Castilho se encontra presentemente todo ocupado pelos mais diferentes serviços do MFA. Por outro lado, como é que um professor escolhido pelos alunos da Faculdade de Lisboa, conhecida pela sua oposi-

ção radical em relação ao Imperialismo norte-americano (pelo menos são as declarações públicas que surgem naquela escola onde o MRPP faz lei) se sente capaz de entabular negociações com o referido embaixador sem receio de atrelar a confiança que os estudantes depositaram nele?

Mas não ficou por aqui a acção do administrador Vasconcelos Abreu que pouco tempo depois foi nomeado para o cargo convidado do dr. Pinto Ribeiro, também assistente da Faculdade de Direito, para advogado da empresa em regime de «part-time» e beneficiando de uma avença de 15 000\$00 mensais. Em contrapartida os últimos ordenados dos trabalhadores da Grão-Pará têm sido pagos à custa de empréstimos do Estado, portanto com a participação de todo o Povo e todos conhecemos a vaga de desemprego existente, não fazendo sentido que neste momento se dê opção de trabalho a quem o vai acumular.

No entanto, o primeiro assunto ficou já esclarecido e neste momento, na Grão-Pará, onde existem várias frentes de trabalho os interesses das classes trabalhadoras viram-se para objectivos que possam ajudar o País na reconstrução nacional. Nesta sentença um dos pontos a atingir é que a Comissão de Trabalhadores estuda a diminuição do leque salarial com o estabelecimento de um ordenado máximo a fixar.

Também a construção social, existindo já um terreno urbanizado em Odivelas, é um dos projectos de diversificação da actividade da Grão-Pará, que até agora unicamente se dedicou à indústria do turismo.

Mas mesmo neste ramo — o turismo — a Comissão de Trabalhadores tem uma palavra a dizer.

Assim, foram já entabuladas negociações com a FNAT no sentido de este organismo promover um turismo de massas aproveitando as instalações que a Grão-Pará possui na Madeira. Os trabalhadores da Grão-Pará, reconhecendo que a anterior administração procurava promover um turismo para as camadas mais ricas da população e que se revestia de um prejuízo permanente para além de não se enquadrar com o novo panorama político do País decidiram tornar acessível, dentro das suas máximas possibilidades, as instalações que possuem de molde a que pela primeira vez também as classes trabalhadoras tenham direito a um tipo de turismo que até agora estavam impossibilitadas de praticar.

Neste sentido, a Comissão de Trabalhadores da Grão-Pará conta pedir a ajuda da Interindustrial e de vários sindicatos para que as enormes instalações que possuem não fiquem praticamente desertas, mesmo cumprindo os contratos estabelecidos com as agências estrangeiras.

A este respeito convém frisar que uma das campanhas internacionais contra o nosso país se processa ao nível do turismo e ultimamente utilizam a notícia, já desmentida pelo Governo Português, de que uma base de abastecimento soviética para navios pesqueiros iria ser instalada na Madeira. Isto foi o suficiente para que, na Bélgica, conforme informou o agente da Grão-Pará em Bruxelas, levasse ao cancelamento de numerosas marcações. E noutros países, desde que não haja um esclarecimento eficaz, a reacção pode ser idêntica. Esta é também uma das espectos em que os trabalhadores da Grão-Pará têm de lutar — contra a reacção internacional.

PORTO PROBLEMAS E LUTAS DOS TRABALHADORES

Gráficos do Porto contra despedimentos sem justa causa

Convocados pelo seu Sindicato, os gráficos do Porto reuniram-se no salão da FNAT para apreciar as alterações ao contrato colectivo de trabalho da classe. Os pontos aprovados foram: proibição dos despedimentos sem justa causa e do trabalho extraordinário, a menos que consentido em plenário de trabalhadores; pagamento do 13.º mês e uniformização da tabela salarial; abolição das diferenças entre salários da cidade e da província e, no caso da Imprensa diária, entre assalariados dos jornais de pequena e grande expansão. Os trabalhadores gráficos aprovaram ainda que as entidades patronais recrutem o pessoal entre os inscritos nas listas de desempregados dos sindicatos a que pertenciam.

Pedido do saneamento da Câmara do Porto...

Considerando que a falta de saneamento é um dos principais entraves à democratização, os trabalhadores da Câmara Municipal do Porto, pela primeira vez reunidos em plenário, aprovaram por esmagadora maioria uma proposta de saneamento dos lugares directivos, preenchidos por pessoas nomeadas e da inteira confiança dos ex-ministros do Interior do governo fascista, bem como dos lugares de chefia acétes e propostos pelos directores de serviço (repartição e divisão) e ainda de todos aqueles que após o 25 de Abril tenham manifestamente demonstrado e continuem a demonstrar espírito de discórdia às ideologias progressistas.

...e dos Serviços Municipalizados do Gás e Electricidade

Também os trabalhadores dos Serviços Municipalizados do Gás e Electricidade do Porto, durante um plenário, consideraram a acção de alguns elementos do Conselho de Administração um tra-

vão, não só no desenvolver do processo reivindicativo dos trabalhadores mas também na dinamização da empresa. Assim, aprovaram uma proposta em que pedem o afastamento imediato do arquitecto Artur Andrade e do dr. Araújo Correia, membros do Conselho de Administração.

Metalúrgicos discutem contrato vertical

A discussão do anteprojecto do contrato colectivo de trabalho dos trabalhadores metalúrgicos do Porto iniciou-se há dias numa reunião convocada pela direcção do respectivo sindicato que mobilizou para o Pavilhão do Académico milhares de trabalhadores daquele ramo de actividade. O contrato, que pela primeira vez se apresenta vertical, abrangerá todos os trabalhadores independentemente da sua categoria profissional, devendo iniciar-se em breve a sua discussão em todos os locais de trabalho.

Conserveiros de Matosinhos não recebem salários

Mais de meia centena de operários conserveiros da fábrica de conservas Unitas, de Leça, Matosinhos, ocuparam as instalações da empresa onde trabalham até que lhes sejam pagos os salários em atraso. A empresa encontra-se paralisada desde Agosto. As trabalhadores iniciaram já contactos com o Ministério do Trabalho, por intermédio do seu Sindicato, tendo em vista a recuperação da empresa e garantir o seu direito ao trabalho.

Revisão de vencimentos pedem os funcionários dos liceus do Norte

Reclamar uma revisão geral de vencimentos simultaneamente com

reclassificação do pessoal docente, exigir a promulgação da lei sobre diuturnidades, com retroactividade a partir de Janeiro de 1975, pugnar pela inserção dos trabalhadores da Função Pública na mesma lei sindical aplicada à actividade privada e reiterar ao Conselho da Revolução e ao MFA o firme e incondicional apoio aos princípios do Programa do MFA foram os pontos de uma moção aprovada por algumas centenas de trabalhadores administrativos e auxiliares dos estabelecimentos de ensino primário, preparatório, médio e secundário reunidos em plenário no Liceu Rodrigues de Freitas, do Porto, que tinha sido convocada pela Comissão Pró-Sindicato da Zona Norte.

Electricistas do Norte têm novo contrato

Por portaria do Ministério do Trabalho foi alargada a todas as empresas dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real o Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre o Grémio Concelhio dos Comerciantes de Material, Máquinas e Aparelhagem Eléctrica do Porto e o Sindicato Nacional dos Electricistas do Distrito do Porto. Essa medida visou a conveniente uniformização mínima de condições de trabalho dos profissionais electricistas dispersos pelos mais variados sectores de actividade, nos distritos abrangidos.

A portaria agora publicada aplica-se a todas as entidades patronais dos distritos referidos que tenham ao seu serviço profissionais das categorias previstas, representados pelo Sindicato dos Electricistas do Distrito do Porto, bem como a estes profissionais, com ressalva da regulamentação convencional específica a que estejam ou venham a estar dependentes, e às empresas do distrito de Viana do Castelo que aderiram ao Contrato Colectivo de Trabalho para os electricistas do comércio de material eléctrico do Porto.

Uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores rurais, posteriores ao 25 de Abril, foi a criação de comissões pró-sindicato por iniciativa dos próprios assalariados. Entre as actividades desenvolvidas por essas comissões livremente eleitas, destaca-se a negociação de numerosas convenções colectivas de trabalho rural, sobretudo no Ribatejo e no Alto e no Baixo Alentejo. Primeiras manifestações de contratação colectiva que o fascismo sempre negara aos trabalhadores rurais, as convenções incluem algumas conquistas significativas nas tabelas de salários, na melhoria das condições de trabalho e na garantia de emprego. Embora o integral cumprimento dos acordos por parte dos agrários seja muito irregular — obriga a intervenção do Governo e dos próprios trabalhadores —, essas convenções significam um grande passo, não só na defesa dos interesses colectivos das massas camponesas mas também um avanço no trabalho organizativo e na consensualização política dos trabalhadores.

Algumas dessas comissões pró-sindicais já elaboraram os estatutos dos seus sindicatos e alguns deles já foram aprovados e publicados oficialmente. Por despachos recentes do secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, foram constituídos os Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura dos distritos de Portalegre, Évora, Lisboa e Santarém. Dos respectivos estatutos, destacamos os pontos que dizem respeito às atribuições dessas novas associações sindicais:

a) Celebrar convenções colectivas de trabalho;

b) Prestar serviços de carácter económico e social ou outros;

c) Colaborar com a direcção do Sindicato no estudo e negociação das convenções colectivas;

d) Colaborar com o Sindicato e com os serviços oficiais na prevenção e fiscalização do cumprimento das normas regulamentadoras das relações laborais;

e) Fomentar a consciencialização sindical de todos os trabalhadores representados pelo Sindicato;

f) Exercer as demais atribuições que lhes forem atribuídas pela direcção.

Os delegados sindicais, que exercem a sua actividade em todos os locais onde existam trabalhadores representados pelo Sindicato, são eleitos pelos associados, seus camaradas de trabalho, em cada freguesia ou local e o seu mandato não termina necessariamente com o termo do exercício dos corpos gerentes. Haverá ainda delegados sindicais de concelho que serão eleitos pelos delegados das freguesias.

g) Organizar e manter iniciativas destinadas à promoção cultural e formação profissional dos sócios e seus familiares;

h) Criar linhas de articulação com os centros regionais de emprego, com vista à protecção permanente da oferta de emprego para os associados;

O articulado dos estatutos contém ainda outros pontos de interesse como sejam os respeitantes aos delegados sindicais, cujas atribuições são:

a) Estabelecer, manter, e desenvolver contacto permanente entre os trabalhadores e o Sindicato e esclarecê-los sobre as actividades do Sindicato;

b) Informar a direcção do Sindicato sobre os problemas de interesse sindical relativos aos profissionais representados;

c) Promover a defesa de direitos relativamente a factos que causem prejuízos directos ou indirectos ao interesse colectivo dos trabalhadores que representa;

d) Prestar assistência jurídica aos associados em questões de ordem profissional;

f) Fomentar a organização e desenvolvimento de obras sociais;

g) Organizar e manter iniciativas destinadas à promoção cultural e formação profissional dos sócios e seus familiares;

h) Criar linhas de articulação com os centros regionais de emprego, com vista à protecção permanente da oferta de emprego para os associados;

O articulado dos estatutos contém ainda outros pontos de interesse como sejam os respeitantes aos delegados sindicais, cujas atribuições são:

a) Estabelecer, manter, e desenvolver contacto permanente entre os trabalhadores e o Sindicato e esclarecê-los sobre as actividades do Sindicato;

b) Informar a direcção do Sindicato sobre os problemas de interesse sindical relativos aos profissionais representados;

Na edição de 30 de Março do «Avante!», foi feita ao semanário «Témoignage Chrétien» uma referência que mereceu reparos em meios católicos franceses. Na realidade, aquele órgão de Informação adoptou sempre uma posição de solidariedade com a luta do povo português durante o fascismo e após o 25 de Abril, tem sido objectivo nas análises dedicadas à Revolução Portuguesa.

«TÉMOIGNAGE CHRÉTIEN»

ASSIM SE VIVE NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

O nível de vida de um país compreende muitos aspectos: o direito ao trabalho e a um emprego permanente, preços e salários estáveis, assim como igualdade de direitos da mulher em relação ao homem, concretização dos direitos fundamentais da jovem geração, uma boa formação, ampla protecção à saúde e a garantia de uma velhice tranquila. A tudo isto deve-se acrescentar, também, a participação na vida cultural e social de um país.

A característica da vida dos trabalhadores na República Democrática Alemã é o elevado grau de segurança social que, através da política do partido dirigente da classe operária e do Estado socialista, foi concretizada de modo contínuo. Na República Democrática Alemã, como país socialista, todas as riquezas pertencem ao povo e os seus frutos beneficiam directamente os trabalhadores.

Não há inflação nem desemprego

Os cidadãos da República Democrática Alemã não conhecem qualquer tipo de desemprego. O direito a um posto de trabalho não é um simples dispositivo constitucional: a planificação económica socialista garante na prática, ocupação absolutamente completa para todos. Para exemplificar, podemos dizer que, hoje 84 por cento de todas as mulheres entre os 16 e 60 anos encontram-se profissionalmente activas, tendo garantido o seu direito ao trabalho. Nenhum trabalhador nutre temor diante do dia de amanhã, face à possibilidade de uma demissão ou, ainda, em decorrência de medidas de racionalização visando economizar postos de trabalho. As leis, que foram elaboradas e aprovadas com o concurso de cada um, protegem a todos. E o caso por exemplo, de um trabalhador cuja função passará a ser desempenhada por uma máquina. E-lhe oferecida uma nova função correspondente, sem qualquer prejuízo salarial, segundo a sua capacidade e interesse.

Na República Democrática Alemã não há crises financeiras ou qualquer sintoma inflacionário que arruine o valor da moeda afectando as economias familiares. As economias dos cidadãos da República Democrática Alemã aumentam incessantemente. Actualmente, a média é de 3500 marcos por habitante.

Casas para todos

Todos esses factos não significam a inexistência de qualquer problema ou nenhuma tarefa por solucionar, requerendo grande esforço comum.

Mas na República Democrática Alemã acontece o seguinte: o que nós produzimos é correctamente distribuído. A justiça social é igualmente, uma característica das relações socialistas, como a segurança social. Por exemplo, apesar de todos os esforços do pessoal da construção civil, especialmente nos últimos 3 anos, o número de habitações ainda é inferior às necessidades. Mas, verdadeiramente ninguém dispõe da possibilidade de levar a efeito especulações imobiliárias, realizando negócios lucrativos. É impossível imaginar habitações vazias, aqui, em consequência do alto preço dos alugueres. A distribuição de residências novas ou modernizadas, processa-se na base da colaboração voluntária das comissões habitacionais, dando-se primazia aos que trabalham em turnos, às mães solteiras ou viúvas às famílias de prole numerosa.

Participação nas decisões

A participação da grande maioria da população na actividade direcção do Estado é uma característica geral, ajudando a decidir e solucionar importantes problemas que abarcam todas as esferas da vida. Uma em cada 4 pessoas adultas desempenha uma função directiva na RDA, favorecendo a todos, seja como deputado à Câmara do Povo ou nas representações populares das cidades e aldeias, seja nos sindicatos ou nas demais organizações sociais, como membros dos conselhos de pais nas escolas, como jurados nos tribunais socialistas ou como integrantes das juntas ligadas ao comércio e outras.

Elevado nível de vida

Os cidadãos de um país socialista dispõem do suficiente para uma vida digna. Todos vivem com tranquilidade, com segurança, isentos de angústias. O VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), realizado há 3 anos, em consonância com a política posta em prática até então aprovou todo um programa sociopolítico, procurando elevar continuamente o nível de vida

material e cultural do povo, constatando-se a marca de cada cidadão da República Democrática Alemã no esforço de sua concretização. Isto reflecte-se na entrega de 125 mil residências reconstruídas ou inteiramente novas efectuadas no passado ano e, também, na concessão de créditos aos casais jovens para a montagem do seu lar, bem como no aumento dos períodos de férias anuais, na redução das jornadas de trabalho para as mães de muitos filhos ou do aumento dos valores das pensões e salários e a oferta de grande variedade de mercadorias e produtos diversos nos supermercados e lojas. O aumento de preços

é terminantemente proibido e passível de punição. Há muitos anos que os preços das tarifas de transportes urbanos se mantêm estáveis sendo igual ao montante pago há 10 ou 20 anos, isto é 20 «pfennige». Um quilo de pão de centeio custa invariavelmente 52 «pfennige» e um litro de leite, 70 «pfennige». O aluguer consome em média 4 por cento da renda de uma família de trabalhadores ou funcionários.

Assistência médica e ensino gratuitos

Segurança social para todos — isto está patenteado principalmente na atenção res-

tada pelo Estado aos enfermos e velhos. Na República Democrática Alemã, nenhum exame, nenhum tratamento, nem mesmo a mais delicada e complicada operação ou o medicamento mais caro, custam um único «pfennige» aos cidadãos que deles necessitem. Cada médico todos os hospitais e institutos estão à disposição dos habitantes. Foram aprovadas e estão em plena execução numerosas medidas de reabilitação possibilitando que muitas pessoas fisicamente lesionadas passem sem a exercer funções profissionais e sociais de importância no nosso país.

A tarefa fundamental é a que preconiza elevar mais e

mais o padrão de vida material e cultural do povo. Para tanto, é decisivo que todos apliquem e desenvolvam as suas aptidões e talentos. Por isto mesmo, ao nível de vida pertence a qualidade do ensino a garantia de possibilidades igualitárias, a participação de trabalhadores e funcionários na vida espiritual e cultural em geral dando a devida medida de seu trabalho criador.

Na República Democrática Alemã, os privilégios educacionais foram eradicados para todo o sempre. Não é o volume da riqueza dos pais que decide sobre a carreira profissional que cada um deve seguir mas a aptidão, a

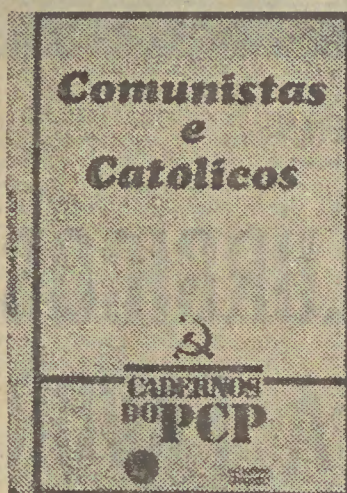
capacidade e o saber. Cada jovem tem o direito e a possibilidade de formar-se com alto nível gratuitamente. Cerca de 99 por cento dos jovens aprendem uma profissão, 50 por cento dos estudantes são filhos de trabalhadores e camponeses.

Cultura para todos

A arte e a cultura são acessíveis a todos. Os preços das entradas de teatro, museus, salões de concertos e cinemas são muito baixos. Excelentes livros e discos estão ao alcance de todos. Cada um pode participar e ter uma intensa vida cultural. Os órgãos estatais e as organizações sociais,

nomeadamente os sindicatos, tudo fazem no sentido de satisfazer as necessidades culturais e artísticas gerais. Assim, pertence à nova vida na República Democrática Alemã — conforme uma pesquisa feita em duas províncias operárias, Halle e Leipzig — o seguinte e significativo exemplo: 54 por cento das famílias operárias possuem mais de 100 livros. Citando mais um exemplo, podemos dizer que a VII Exposição Artística da República Democrática Alemã, em Dresden, foi visitada por 665 mil pessoas, entre as quais muitos membros das brigadas existentes nas empresas industriais e cooperativas de produção agrícola.

EDIÇÕES «AVANTE!» INFORMAM



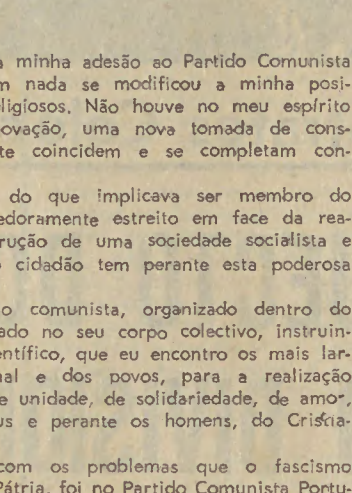
Código 03.05 Preço 20\$00
COMUNISTAS E CATÓLICOS

O PCP já advertiu o povo português do que se está a passar na ilha da Madeira. Na maior parte da ilha, a situação política é a mesma que existia no tempo do fascismo. Usando a coacção e a violência, a reacção impede a vida democrática, a actividade e mesmo a presença dos partidos democráticos. Há sindicatos que continuam nas mãos dos fascistas e sem qualquer vida democrática. A perseguição e as agressões são correntes.

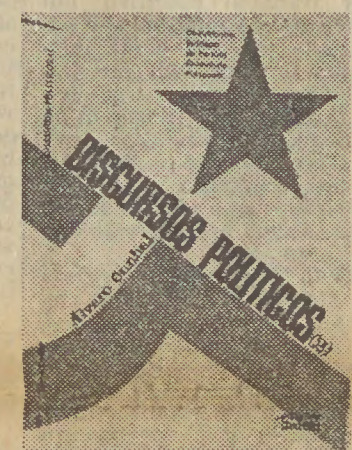
Devemos ainda fazer um esforço sério para modificar a situação, mas duvidamos de que nas condições actuais isso possa ser alcançado num curto prazo. E, sendo assim, teremos de chegar à conclusão de que na ilha da Madeira não existem as condições mínimas para a realização de eleições livres e democráticas. E, se for assim, não deverá ser autorizada, consagrada e reconhecida na ilha uma possível farsa eleitoral digna de tempos de Salazar ou do Caetano, mas indigna do Portugal democrático que estamos construindo.

A mesma posição deve ser tomada em relação a qualquer região onde não forem asseguradas as liberdades e direitos democráticos.

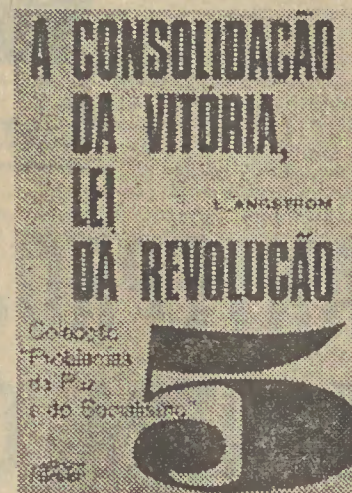
É necessário que todas as organizações do Partido mobilizem as forças necessárias para levarem a voz do Partido a todos os recantos do País, vencendo todas as dificuldades, todos os obstáculos, todas as resistências e confiando em que, como a experiência mostra cada dia, falando a verdade, expondo o que são e o que querem os comunistas, o que é e o que quer o Partido, massas populares cada vez mais amplas aceitam, recebem, seguem e apoiam o nosso glorioso Partido, o nosso grande Partido, que brilha pelo seu passado glorioso do tempo do fascismo e que cumpre com honra o seu dever através da sua acção política desde o 25 de Abril, acção política da qual são inseparáveis os grandes progressos do processo da democratização e descolonização.



Código 32.05 Preço \$500
A CONSOLIDAÇÃO DA VITÓRIA, LEI DA REVOLUÇÃO
Autor: L. Angstrom



Código 01.06 Preço 40\$00
DISCURSOS POLITICOS (2)
Autor: Álvaro Cunhal



Código 41.02 Preço 30\$00
CARTAS DA PRISÃO (1 — VIDA PRISIONAL)
Autor: José Magro

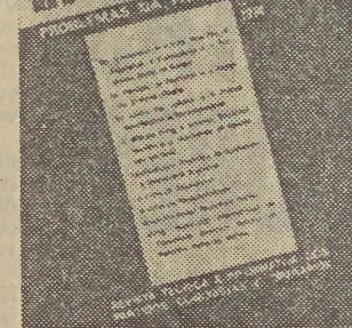
«A prisão não é só a lenta e fria tortura da jaula. É também a reacção viril do homem, a sua infinita capacidade de sacrifício, de resistência, de superação. Não se afoga um homem como se afoga um gato, a glosar a imagem feliz do grande poeta turco. O homem tem a possibilidade de ganhar experiência. De reforçar a própria consciência ante as dificuldades, os perigos, as torturas. Pode-se manter o equilíbrio, a firmeza essencial, a coerência entre o pensamento e a vida mesmo no interior de uma jaula.

O segredo está em grande parte no trabalho. No trabalho que faz, refaz, reforça, revigora. No trabalho intenso, cultural, político e ideológico, individual colectivo.»

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

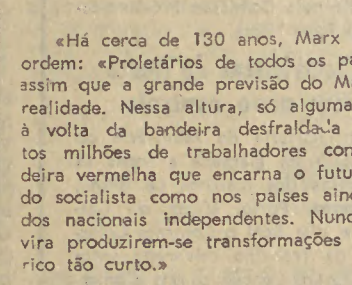


Código 31.05.6/74 Preço 30\$00

«Há cerca de 130 anos, Marx e Engels formularam a palavra de ordem: «Proletários de todos os países, uni-vos!», e de facto, foi assim que a grande previsão do Manifesto Comunista se pôde tornar realidade. Nessa altura, só algumas centenas de pessoas se uniram à volta da bandeira desfraldada por Marx e Engels. Hoje, muitos milhões de trabalhadores concentram-se em torno dessa bandeira vermelha que encarna o futuro da humanidade, tanto no mundo socialista como nos países ainda capitalistas e nos jovens Estados nacionais independentes. Nunca na história da humanidade se vira produzir-se transformações tão importantes num prazo histórico tão curto.»

«A vida, a existência, a actividade, os progressos do PCP estão assentes nos sacrifícios e no esforço tenaz de milhares de membros do Partido, no apoio e na ajuda da classe operária, dos trabalhadores, da juventude, dos homens mais esclarecidos da intelectualidade do Portugal.

A sua existência é, porém, inseparável das vitórias e experiências do proletariado internacional. Não só a Revolução de Outubro e as experiências dos bolcheviques constituíram um factor determinante da criação do PCP como, através dos anos, o PCP beneficiou directamente, para o seu prestígio e influência, das vitórias e realizações históricas da URSS: da liquidação da exploração do homem pelo homem, da construção do socialismo, da resolução da questão nacional, do triunfo na guerra contra o fascismo hitleriano e o militarismo japonês, das realizações económicas, sociais, políticas, culturais e científicas do grande país dos soviets. O PCP beneficiou também, para o seu prestígio e influência, das outras revoluções socialistas vitoriosas e das realizações dos outros países socialistas, assim como dos progressos e êxitos dos partidos irmãos nos países capitalistas. A solidariedade fraternal dos trabalhadores e dos partidos irmãos dos outros países e, em primeiro plano, do povo soviético e do PCUS, foi também uma importante contribuição para a nossa luta.»



Código 32.04 Preço \$500
ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE 50 ANOS DE LUTA DO PCP
Autor: Álvaro Cunhal

«Sou católico e desejo dar a minha adesão ao Partido Comunista Português. Com esta decisão em nada se modificou a minha posição no plano dos princípios religiosos. Não houve o meu espírito uma «inovação», mas uma renovação, uma nova tomada de consciência em que harmonicamente coincidem e se completam convicções religiosas e políticas.

O conceito que eu tinha do que implicava ser membro do Partido surge-me hoje confrangidamente estreito em face da realidade objectiva que é a construção de uma sociedade socialista e da responsabilidade que todo o cidadão tem perante esta poderosa realidade.

No plano político, é como comunista, organizado dentro do Partido, profundamente mergulhado no seu corpo colectivo, instruído-me nas leis do socialismo científico, que eu encontro os mais largos horizontes à escala nacional e dos povos, para a realização da mensagem de fraternidade, de unidade, de solidariedade, de amor, de responsabilidade perante Deus e perante os homens, do Cristianismo.

Interessado e preocupado com os problemas que o fascismo coloca ao nosso povo e à nossa Pátria, foi no Partido Comunista Português que eu reconheci o único caminho para a sua justa solução.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

«A cooperação do sistema socialista mundial com o movimento da libertação nacional é um processo objectivo que reúne numa corrente única a actividade revolucionária transformadora dos Estados socialistas e das forças de libertação nacional, que enriquece e aperfeiçoa as formas da sua cooperação. A aliança destas duas correntes da revolução mundial conserva a sua importância em todas as fases da luta de libertação. Apoiando-se nesta aliança, os povos desferem golpes esmagadores nos colonialistas e neocolonialistas, consolidam a independência política e económica dos seus Estados, avançam com passo seguro na via do progresso social. Os comunistas, todos os revolucionários consideram-se, dever preservar esta aliança contra as maquinções imperialistas contra o trabalho de sapa da reacção, dos círculos de direita e dos oportunistas.

Preparamo-nos para entrar no último quarto do século XX sob o signo do confronto e da competição entre os dois sistemas mundiais: socialismo e capitalismo. O sistema socialista fornece a prova ao mesmo tempo da sua estabilidade e do seu dinamismo, enquanto que o sistema capitalista, se prossegue ainda a sua expansão sob a forma de uma acumulação de capital, torna-se cada vez mais instável.

A competição entre os dois mundos desenrola-se enquanto que desde há algum tempo a guerra fria dá progressivamente lugar ao desarmamento. Neste novo contexto, desenvolve-se a cooperação entre os países socialistas e os países capitalistas, cooperação esta em que os interesses económicos estão longe de ter o papel preponderante e cuja evolução ulterior dependerá, em grande escala, das vicissitudes da evolução do capitalismo mundial.

Para adquirir uma perspectiva clara e não se perder nas vias sinuosas, ricas em contradições e conflitos, do capitalismo monopolista, a classe operária e todas as forças progressistas dos países capitalistas devem submeter a uma análise marxista-leninista as tendências que apareceram nestes últimos tempos no seio do capitalismo monopolista, que na hora actual atravessa uma crise cíclica e uma crise geral, crises estas cada vez mais profundas.»

Uma estranha defesa

Em Outubro, durante o Dia do Trabalho Voluntário, o povo português lavou e limpou os monumentos nacionais. Apagou as inscrições que os políam, arrancou os cartazes que neles haviam sido colados por grupelhos para os quais a Revolução é aventureirismo, anarquia, tema para provocações.

O apoio a essa iniciativa foi unânime. A partir de então, os monumentos, salvo raríssimas excepções, foram respeitados até pelos pseudo-revolucionários. Agora, colocado fora da lei, o MRPP, recordista em matéria de provocações, voltou a sujar os monumentos. Sem qualquer audiência junto do povo trabalhador, condenado pelas massas como um grupelho reacçãoário, incapaz de fazer ouvir a sua voz, o MRPP, pintando paredes, imagina-se numa heróica clandestinidade. Escolheu um «slogan» ridículo que é o retrato do seu isolamento, da megalomania pequeno-burguesa dos seus dirigentes e adeptos: «Ninguém há-de calar a voz da classe operária.» Sujou com ele Lisboa.

O MRPP especializou-se em agressões a jovens indefesos, em insultos ao MFA, tornou-se conhecido pelo seu fanático anticomunismo. Mas ninguém o leva a sério, as suas pinturas desaparecem com água e sabão.

A «República», porém, pensa de outra maneira. Estranhamente, esse órgão de Informação tem manifestado repetidas vezes o seu respeito pelo MRPP. Aprova e admite as provocações de um bando de energúmenos. Na sua edição de 31 de Março, a «República» prestou homenagem ao MRPP, publicou a fotografia de uma pintura do MRPP no pedestal da estátua do Marquês de Pombal. Na legenda repete o «slogan» («Ninguém há-de calar a voz da classe operária») e salienta que está «impecavelmente desenhado». E, talvez por não acreditar na capacidade de entendimento dos seus leitores, tenta explicar-lhes que, com a suspensão do MRPP se considera «calada a voz da classe operária». A «República» enfrenta uma dúvida atroz. Será verdade? Mas não encontra a resposta. «Exagero ou não — sublinha a legenda — a verdade é que o tamanho e quantidade das inscrições, se de facto foram escritas por trabalhadores, demonstram que parte da classe operária não está de facto calada e pode ainda escrever nas paredes.»

A «República» iniciou há meses uma guinada para a direita. Tão rápida que perdeu o senso da responsabilidade. Não consegue mais esconder a sua profunda admiração pelos grupelhos pseudo-revolucionários, aliados objectivos da reacção. A «República» esqueceu, pelo visto, que a escolha das fotografias e a redacção das legendas, em qualquer órgão de Informação, envolvem a responsabilidade da direcção, são inseparáveis da linha, do pensamento do jornal.

Importa, assim, tirar conclusões.

1) A «República» está solidária com o MRPP. Aprova a poluição da estátua do Marquês de Pombal, lavada pelo povo trabalhador.

2) A «República» estimula as actividades provocatórias do MRPP e ignora o acto do Conselho da Revolução que ilegalizou esse grupelho.

3) A «República», dentro da sua lógica, estabelece uma relação directa entre o tamanho e a quantidade de uma inscrição mural e a sua origem de classe. Como as do MRPP são numerosas e grandes tudo fica claro. Uma dúvida apenas «torna» o espírito da direcção da «República»: terão as inscrições do MRPP sido feitas por trabalhadores? Em caso afirmativo, a lição não oferecia mistérios até para uma criança. Em tal hipótese «uma parte da classe operária não está calada e pode ainda escrever nas paredes»...

4) Depreende-se que a «República» considera um acto revolucionário e um dever da classe operária escrever nas paredes e particularmente nos monumentos. O uso da palavra ainda traduz a adesão da «República» ao palavreado provocatório do MRPP segundo o qual o país está ameaçado de uma feroz ditadura imposta pelo MFA.

Senhores da «República», a voz da classe operária nunca foi calada em Portugal ao longo de 48 anos de fascismo e repressão. Hoje ouve-se forte e clara em todo o país. É uma voz revolucionária, uma voz que faz com a do MFA. Só não a escuta quem é surdo ou preferir ouvir as cantilenas de provocadores e contemplar as suas pinturas e aplaudir os seus insultos ao povo trabalhador e à Revolução.

Contradições da política «portuguesa» dos EUA

Durante um almoço no Clube Americano de Lisboa, o embaixador dos Estados Unidos, Frank Carlucci, dirigindo-se a compatriotas residentes em Portugal, fez declarações que, pelo seu significado político, tiveram ampla divulgação.

O embaixador Carlucci emitiu opiniões sobre a Revolução Portuguesa, sobre a política «portuguesa» do Governo dos Estados Unidos, sobre a «ajuda» americana a Portugal e sobre os órgãos de Informação portugueses.

Afirmou concretamente que «os EUA» nunca seguiram uma política de esperar e ver para com Portugal e apoiou essa opinião com citações do presidente Gerald Ford. Quanto à «ajuda» deu uma ênfase especial ao empréstimo de 7 milhões de dólares, a uma garantia de empréstimo de 20 milhões de dólares a ser financiado por instituições de crédito americanas, a um acordo de 750 000 dólares que proporcionará bolsas nos EUA e técnicos portugueses, e a outro acordo de 1 milhão de dólares «para estudos de viabilidade de projectos e consultas técnicas em vários sectores». Quanto à Imprensa, o embaixador Carlucci recorreu a palavras muito duras, definindo como altamente irresponsáveis insinuações propagadas por certos órgãos de Informação portugueses.

O povo dos Estados Unidos sempre mereceu o respeito do povo português. Os Estados Unidos são uma grande e poderosa nação e a sua ajuda será sempre bem recebida desde que corresponda aos reais interesses do povo português e os seus mecanismos sejam compatíveis com os princípios do respeito mútuo e não ingerência em assuntos internos. Infelizmente, no passado, esses princípios foram muitas vezes esquecidos pelos governantes americanos. Seria, portanto, desejável que as palavras do embaixador Carlucci sobre a intensificação da cooperação entre os dois países fossem, em termos diplomáticos, a expressão de um sincero desejo dos Estados Unidos de concretizar em factos a admiração que o presidente Ford exprimiu há meses pela capacidade política dos dirigentes da Revolução Portuguesa. Mas enquanto o embaixador Carlucci negava em Lisboa a política do «esperar e ver», o secretário de Estado americano, Henry Kissinger, manifestava em Washington a sua inquietação diante de «uma evolução em que há o perigo de que o processo democrático se transforme numa impostura». A inquietação — assinala-se — foi provocada pelos acontecimentos posteriores ao 11 de Março. Kissinger foi propositadamente impreciso. Aludiu à viragem à esquerda do Governo Português, citou o nosso Partido. Desejaria vê-lo fora do Governo. Não apreciou certamente a nacionalização da banca e das companhias de seguros. Mas fez uma afirmação que, sendo na aparência tranquilizadora, é na realidade, essa sim, inquietante: «Não tentacionamos tomar a iniciativa de romper as nossas relações de amizade com Portugal». Para que tal hipótese seja colocada, para que o tema seja abordado é porque nos EUA se movimentam poderosas forças políticas e económicas contra a Revolução Portuguesa. O Estado português, o MFA, o povo português assumiram qualquer atitude de hostilidade em relação aos EUA e ao seu povo? Para que levantar então o fantasma de um absurdo rompimento de relações? O povo português apenas quer, e não abdica desse direito, construir o seu próprio futuro sem dependências de qualquer espécie sem submeter as suas decisões à aprovação de outros países. Será isso que inquieta o secretário de Estado dos EUA? O que será para Kissinger uma «impostura»?

Há, portanto, diferenças sensíveis, no fundo e na forma entre as declarações do embaixador Carlucci e as do chefe da diplomacia americana.

No tocante à «ajuda», já dissemos no «Avante!» que os acordos com a AID sobre bolsas de estudo, consultas técnicas e visita de técnicos americanos a Portugal provocam justificada apreensão. Os antecedentes da AID não são tranquilizadores. A sua acção nas áreas da saúde, da educação e da agricultura — sectores vitais para o avanço da Revolução Portuguesa — tem sido desastrosa em todos os países latino-americanos onde a AID financiou programas e outras actividades que nada tinham a ver com o desenvolvimento cultural e económico.

Quanto às insinuações altamente irresponsáveis de alguns órgãos de Informação portugueses, o embaixador Carlucci absteve-se de citar nomes. Por generalização, a crítica atinge todo o sector informativo. E torna-se, assim, gratuita. Em matéria de insinuações irresponsáveis — e não só insinuações — nós, portugueses, temos certamente razões bem mais fortes e apoiadas em factos concretos para deplorar a atitude que respeitáveis órgãos da Imprensa dos Estados Unidos, desde o «New York Times» ao «Washington Post» têm assumido em relação a Portugal. Tanto no passado como presente.

A reacção conspira contra a descolonização

Os acontecimentos dos últimos dias em Angola e Moçambique confirmaram mais uma vez aquilo que o nosso Partido vem afirmando desde o 25 de Abril: a existência de íntimas ligações entre a reacção interna, as forças da reacção que actuam naqueles países e certas forças da reacção internacional. Logo que se iniciou o processo de descolonização, antes e depois da assinatura dos acordos de Lusaka e do Alvor, após a intenção do 28 de Setembro e em muitas outras ocasiões ficou claro que os avanços do processo revolucionário em Portugal e os avanços de descolonização eram inseparáveis, como inseparáveis eram os recuos e vacilações aqui e em África.

Agora, o 11 de Março também teve os seus ecos em Moçambique, em Angola e até na República da Guiné-Bissau. Mais uma vez a conspiração estendida as suas raízes até terras africanas. A esmagadora derrota infligida à reacção levou à descoberta e ao desmantelamento de uma sinistra rede montada por fascistas e contra-revolucionários.

Em Moçambique a reacção também conspirava, também se preparava para agir. Em Nampula e Lourenço Marques foram feitas prisões, foram apreendidas armas. Em Moçambique, a reacção também quebrou novamente os dentes.

Na Guiné-Bissau a reacção também conspirava. Um bando de fascistas cegos às lições da história, incapaz de compreender que a Revo-

informação

lução Guineense é Irreversível, sonhava com um banho de sangue. Esses criminosos pretendiam liquidar fisicamente os dirigentes do PAIGC e do Estado guineense. Segundo um comunicado do Comissariado da Informação, um dos objectivos desses traidores era «a interrupção do processo de descolonização em Cabo Verde, com a intervenção de forças exteriores sendo necessário». Das treze pessoas presas, oito são ex-oficiais do dissolvido corpo de «comandos». Entre os conspiradores contam-se também um ex-vice-presidente da «Assembleia Legislativa» de Bissau, criada por Marcelo Caetano, dois ex-colaboradores da PIDE-DGS e um ex-deputado da ANP. Esse bando de reacçãoários tinha, revela o PAIGC, confiança no Portugal e a vontade revolucionária do MFA; subestimavam a vigilância revolucionária do PAIGC e do povo da Guiné-Bissau. Agora terão todos de responder por crimes de alta traição perante um tribunal marcial. A reacção não passou também na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

Em Angola, onde poderosos obstáculos travam ainda o avanço normal do processo de descolonização, registaram-se igualmente graves acontecimentos nas últimas duas semanas. O bárbaro massacre de 50 militantes do MPLA demonstrou que poderosos interesses conspiram nos bastidores para dividir o povo angolano, para impedir que o Governo de Transição compre a sua tarefa histórica, para implantar em Angola um clima de violência e caos que dificulte o diálogo entre os três movimentos que assinaram o Acordo de Alvor. Desde então, apesar de um acordo de cessar fogo, registaram-se em Luanda mais incidentes, houve novos tiroteios.

Angola continua a ser um barril de manobra. E quem trata de fazê-lo explodir? Quem pode ter interesse em lançar angolanos contra angolanos? Quem instiga lutas fratricidas, quem sonha com a guerra civil? Os factos indicam que são os mesmos interesses que em Moçambique conspiram contra a FRELIMO e o Governo de Transição, as mesmas forças que na Guiné-Bissau recorrem a traidores e assassinos, os mesmos grupos económicos que defendem a «independência de Cambinda» e manobram contra a descolonização em Cabo Verde.

A solidariedade do povo português ao MPLA é tão evidente, tão calorosa que o imperialismo não tem a esse respeito a menor dúvida. Um MPLA cada vez mais forte, cada vez mais implantado entre as massas é a melhor garantia de uma Angola progressista, revolucionária, realmente independente. É por isso que as grandes empresas monopolistas instaladas na África Austral (e não só elas) agem como ponta de lança do imperialismo: intrigando, financiando a reacção, fomentando rivalidades, armando, quando necessário, mãos assassinas.

A solidariedade do nosso povo à heróica República da Guiné-Bissau, à FRELIMO, aos patriotas que lutam por uma real independência de Angola tornase, assim, hoje, cada vez mais necessária, mais firme, mais actuada. A reacção, aqui e em África, é a mesma. São as mesmas forças e interesses internacionais que a ajudam, a financiam, a empurram para aventuras sangrentas e contra-revolucionárias. São as mesmas as forças que com ela conspiram.

O avesso da campanha de calúnias

Num editorial intitulado «Do Tejo ao Sena», o diário francês «Le Monde» critica duramente os responsáveis pela campanha de calúnias contra a Revolução Portuguesa e acusa os Estados Unidos de encorajarem as ditaduras no Mundo. O artigo é assinado pelo próprio director do influente órgão de Informação de Paris, Jacques Fauvet.

«Os que — escreve Fauvet — durante várias décadas não disseram uma palavra, nem escreveram uma linha contra a política de ignorância, de subdesenvolvimento e de repressão do antigo regime português, excitam-se agora, impacientemente, inquietam-se com as incertezas, os erros e a lentidão do novo regime.» Comentando a gritaria provocada em França pela suspensão do PDC e dos grupelhos do MRPP e da AOC, o director de «Le Monde» denuncia a hipocrisia dessas manobras e esclarece que elas têm o objectivo claro de utilizar os acontecimentos de Portugal, deturpados, como armas ao serviço da reacção francesa.

Salentando que os países europeus têm o dever de ajudar Portugal, «a vencer as suas dificuldades», recorda que «ditaduras que estão envolvidas beneficiam de uma longa tolerância da parte de todos os que temiam um enfraquecimento do flanco Sul da Europa». O editorial termina com severas críticas à política dos Estados Unidos, que hoje adoptam uma posição negativa em relação a Portugal mas sempre encorajaram as ditaduras em nome de valores que elas próprias se encarregam de alcinchar.

«La Monde» é o órgão de Informação mais respeitado pela burguesia liberal francesa. A sua visão da Revolução Portuguesa é fundamentalmente diferente da nossa. Mas é um facto positivo que um diário que goza de tanto prestígio no mundo capitalista — figura em inquéritos da UNESCO como um dos 10 melhores jornais do Mundo — venha a público confirmar a existência de uma campanha da reacção internacional contra o nosso país e as forças progressistas portuguesas. É importante que «Le Monde» tenha denunciado a hipocrisia daqueles que sempre estiveram ao lado do fascismo, nos tempos de Salazar e Caetano, e agora atacam a revolução democrática portuguesa. É importante que tenha lembrado a falta de ajuda a Portugal, após o 25 de Abril, dos países capitalistas do Ocidente. É importante que tenha chamado a atenção para a ambiguidade da política dos Estados Unidos, cujo governo concede ajuda financeira e militar a ditaduras fascistas como as do Pinochet, Stroessner, Somoza, Van Thieu e Lon Nol e afirma publicamente as suas «preocupações» sobre a evolução da democracia em Portugal.

A atitude que «Le Monde» acaba de assumir não é, felizmente, um caso isolado. São numerosos os jornais e jornalistas do Ocidente que se esforçam por descrever com objectividade os factos que caracterizam o avanço da Revolução Portuguesa. Muitos correspondentes de órgãos de Informação do Ocidente capitalista, são profissionais honestos e democráticos que relatam aquilo que vêem e ouvem em Portugal, sem se lançarem em interpretações tendenciosas, sem deturparem, sem entrarem no terreno da calúnia. Até em Espanha, apesar dos rigores da censura franquista, têm sido publicados artigos e reportagens que permitem aos leitores compreender o que está realmente a acontecer em Portugal. As revistas «El Mundo» e «Cambio 16» — para dar nome a dois exemplos — publicaram desde o 25 de Abril análises e reportagens que reflectem o desejo sincero de informar o povo espanhol sobre a Revolução Portuguesa, os fins que ela persegue, o comportamento dos partidos e forças progressistas, as manobras da reacção, o papel do MFA, a natureza de classe dos conflitos sociais, etc. Até nos Estados Unidos e no Brasil têm sido publicados artigos sobre Portugal escritos por profissionais honestos em revistas e jornais burgueses. O semanário «Opinião», do Rio de Janeiro, exprimiu desde o 25 de Abril a sua solidariedade com a Revolução Portuguesa. O diário «Folha da Tarde», de Porto Alegre, publicou uma ampla e correcta reportagem sobre a tentativa de golpe do 11 de Março.

Há certamente erros e lacunas nos artigos desses jornalistas, aliás compreensíveis. Professam ideologias diferentes da nossa. Não têm uma visão comunista do processo revolucionário. Mas são profissionais dignos, merecedores do nosso respeito. Raramente, porém, os ecos do que escrevem chegam até Portugal. As grandes agências noticiosas ocidentais, principalmente as anglo-saxónicas, preferem usar os seus «telex» para reproduzir os ataques, as calúnias, as provocações dos órgãos da reacção internacional. A United Press e as suas irmãs gémeas querem dar ao povo português e aos povos do Ocidente capitalista a impressão de que o Mundo está contra Portugal, de que a opinião pública internacional condena a nossa Revolução, não acredita nela.

É uma manobra grosseira, uma provocação. Centenas de milhares de trabalhadores acompanham desde o 25 de Abril em dezenas de nações com profunda emoção as grandes conquistas dos seus camaradas portugueses, sentem-se profundamente solidários com a luta da classe operária, dos camponeses de Portugal. Estão também ao lado do movimento popular de massas e do MFA. Respeitam o nosso Partido, manifestam das mais diversas maneiras a sua admiração pela linha do nosso Partido, vanguarda revolucionária do povo português.

As agências noticiosas da reacção internacional manipulam a Informação. Mas não podem mudar o curso da história.

Fidel Castro: Portugal é uma esperança revolucionária no Ocidente europeu

Na sessão de encerramento da Comissão Coordenadora dos Países não Alinhados, o camarada Fidel de Castro pronunciou um importante discurso, em que salienta a importância mundial do processo revolucionário que se vive em Portugal e apela para a solidariedade ao povo e ao Governo do nosso país.

«É simultaneamente notável e animador para o movimento progressista mundial que o processo revolucionário se aprofunda e consolida em Portugal», declarou o camarada Fidel Castro. E concluiu: «Esses países, até há pouco sede de um estado fascista que foi instrumento do mais obsoleto colonialismo, combatido e repudiado pela opinião mundial, ergue-se, hoje, como uma esperança revolucionária no Ocidente europeu.

«O movimento dos países não alinhados deve saudar com júbilo este acontecimento histórico e apoiar decididamente o povo e o actual Governo de Portugal como novos aliados na causa comum pela libertação e progresso do Mundo.»

O aprofundamento do processo revolucionário em Portugal tem levado ao extremar de posições a nível mundial em relação ao nosso

país. Muitos dos que disseram manifestar a maior simpatia pelo 25 de Abril — ainda que sob o fascismo não tenham tido um gesto de solidariedade para com o povo português — afirmam agora que a democracia portuguesa está a ser estrangulada às mãos dos comunistas que pretendem impor uma «ditadura de sinal contrário», que numa forma geral são unânimes em considerar «pior que a anterior.» Têm mesmo a ousadia de afirmar que a evolução da situação política em Portugal é desfavorável aos regimes vigentes noutros países, e de tentar utilizar esse pretenso «argumento» como forma de pressão, numa posição de inadmissível ingerência nos assuntos internos do nosso país. «A esperança revolucionária no Ocidente europeu», contribui, fatalmente, para o desfazer de muitas esperanças do mundo capitalista. E o mundo capitalista reage. E reage com uma virulência que nos impõe uma atenta vigilância.

Paralelamente, a jovem revolução portuguesa tem recebido múltiplas provas de solidariedade dos países progressistas, das massas populares em todo o Mundo, das organizações de trabalhadores. Os povos vêem com esperança e carinho o processo de libertação do nosso povo, o enfraquecimento da democracia em Portugal. E têm dado disso provas ineludíveis. Cada passo em frente da revolução portuguesa, cada vitória sobre as tentativas da reacção para esmagar o processo revolucionário, tem encontrado a ampla solidariedade de todos as forças progressistas do Mundo. Os que apolam hoje a revolução portuguesa são os mesmos que ontem apoiavam a nossa difícil luta contra a ditadura fascista.

O camarada Fidel, no seu discurso em Havana, na última sessão da Comissão Coordenadora dos Países não Alinhados, manifesta uma profunda confiança na capacidade do povo português e de todas as forças progressistas do nosso país, em levar avante uma revolução que constitui um reforço da posição das forças do progresso a nível mundial. É uma justa posição de confiança. O povo português saberá, contra todas as manobras da reacção, radical definitivamente a liberdade em Portugal. Saberá tornar irreversível o processo revolucionário que vivemos.

★

A reforma agrária avança no Peru

A batalha contra o latifúndio está quase ganha no Peru. Antes da Revolução, um milhar de grandes agrários tinha praticamente o monopólio da terra. Num país onde 62 por cento da população viviam nas zonas rurais 2 por cento dos proprietários possuem 91 por cento das terras cultiváveis.

Em 6 anos esse panorama mudou completamente. O Estado expropriou 7364 herdades, com 6,5 milhões de hectares e entregou-as a cooperativas de camponeses e a pequenos proprietários. Em 1976 a reforma ficará concluída com a adjudicação de mais 4,5 milhões de hectares. No total serão beneficiadas mais de 450 000 famílias. Simultaneamente, cerca de 800 000 famílias que viviam nas comunidades camponesas e que exploravam colectivamente as terras comunais deixaram de ser vítimas dos abusos e da exploração tradicionais. Essas famílias que cultivam uma área de 11 milhões de hectares contam hoje com a ajuda técnica e financeira do Estado. Em muitos casos receberam também terras. O imenso latifúndio da Cerro de Pasco Corporation — 216 000 hectares — foi entregue aos operários agrícolas que ali trabalhavam e às comunidades camponesas que haviam sido espoliadas pelo grande monopólio americano. Hoje as terras peruanas roubadas pela Cerro voltaram às mãos do povo e são cultivadas por uma Sociedade Agrícola de Interesse Social em benefício de 3000 famílias.

Quando o Governo do general Velasco Alvarado promulgou a lei da reforma agrária em Junho de 1969, a reacção peruana desencadeou uma campanha alarmista, gritando que o Governo estava arruinando o país. Os factos demonstraram o contrário. A produção agrícola aumentou desde então num ritmo sensivelmente superior ao dos últimos vinte anos. O desemprego nas áreas rurais atingidas pela reforma agrária foi quase eliminado e as novas actividades agro-industriais e as indústrias instaladas nas grandes cidades absorveram a mão-de-obra excedente problema que antes não tinha solução num país cuja população cresce num ritmo quatro ou cinco vezes superior ao de Portugal. A produção de carne aumentou 3 por cento em 1974 e um ambicioso plano de regadio permitirá em breve que a fronteira agrícola do país se amplie através da transformação de terras incultas em campos férteis. Por outro lado, a especulação imobiliária que nos arredores das grandes cidades constituía uma ameaça para os pequenos proprietários rurais foi duramente golpeada. O ministro da Agricultura, general Enrique Gallegos — um dos soldados mais revolucionários do Peru — acaba de anunciar que o apelo da Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos foi atendido. «Nem mais um metro de terra agrícola — disse — será transformado em terra urbanizada.» O Banco de Fomento Agro-Pecuário está agora colocado ao serviço das cooperativas, das comunidades agrárias e dos pequenos proprietários.

O Peru produz hoje mais algodão, mais açúcar, mais café, mais trigo, mais arroz, mais óleos vegetais, mais carne, mais leite, mais ovos do que em 1969. Os seus camponeses têm melhores casas, mais escolas, mais saúde.

Em poucos anos a oligarquia agrária mais poderosa e arrogante da América Latina foi praticamente destruída. A reforma agrária é uma realidade. No Peru, após séculos de exploração, a terra foi, finalmente, entregue a quem a trabalha.

Os monopólios que controlam o petróleo inventaram a falta de petróleo...

O imperialismo americano tem lançado sobre os países produtores de petróleo do Médio Oriente e da América Latina a acusação de estarem a provocar uma escassez mundial de petróleo pelo recurso a preços que dizem serem incompatíveis. Washington teve mesmo o despudor de fazer ameaças de agressão aos países árabes como solução para um problema que declara estar a tomar proporções catastróficas. Entretanto, a realidade é bem diferente das declarações da Casa Branca.

Não se está a verificar actualmente qualquer falta de petróleo. Mesmo no auge do boicote empreendido pelos países árabes como medida de defesa das suas riquezas nacionais e como arma contra os países ligados ao agressor israelita, o petróleo não faltou. Em Junho do ano passado, o excesso era já evidente. Actualmente os navios têm ordens para se mover lentamente nos oceanos, transformando-se de facto em grandes aranhas flutuantes. As grandes multinacionais do petróleo reduzem freneticamente, nos bastidores, as suas compras, para evitarem ter entre mãos grandes estoques, quando os preços baixarem em função da queda da procura.

Os superlucros das sete irmãs (as grandes companhias que antes controlavam praticamente toda a produção e distribuição mundial do petróleo) em 1973, provocaram em todo o mundo reacções de protesto. Em 1974, os lucros das multinacionais foram ainda mais elevados. Em oito das maiores empresas petrolíferas, o aumento de lucros — declarado — foi de 47 por cento. Mas estes aumentos são de facto inferiores aos reais. Os grandes monopólios recorrem a várias manobras para ocultar os seus lucros reais. Introduziram novos métodos de contabilidade que permitem que os lucros expressos sejam inferiores aos lucros reais. Calcula-se em cerca de 125 milhões de contos a diferença que esta manobra permite «roubar» aos lucros expressos pelas 17 maiores companhias petrolíferas. Este é um, mas não o único, dos mecanismos fraudulentos utilizados para encobrir os lucros reais. Um outro processo consiste em sobrecarregar, em vários dólares por barril, os preços já taxados. Os monopólios são exímios em todo o tipo de operações fraudulentas para aumentar e encobrir os seus superlucros.

A tentativa do imperialismo americano para surgir como «vilão» dos países produtores de petróleo do Médio Oriente e da América Latina, foi justamente denunciada na conferência da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como uma tentativa de lançar sobre costas alheias a verdadeira causa do desemprego, da inflação, dos múltiplos problemas que afligem as massas trabalhadoras dos países capitalistas.

O único responsável pela inflação, pelo desemprego, pela vida de miséria a que as massas trabalhadoras têm sido condenadas pelo imperialismo, é a grave crise do sistema capitalista. Os únicos beneficiários desta situação são os seus próprios causadores — os monopólios.

EUA: desemprego e crise no sector habitacional

O Centro de Informação de Washington montou um serviço especial para atender os pedidos de emprego. Mas não há ofertas de emprego. Apenas despedimentos. Os funcionários do Centro respondem aos trabalhadores que telefonam com uma breve frase: «Não há empregos disponíveis e nos tempos mais próximos também não haverá». Segundo o «Washington Post» o número de chamadas telefónicas é de cerca de 1500 por dia. Os trabalhadores que se dirigem pessoalmente ao Centro ouvem a mesma resposta. Em 580 Francisco, Nova York, Pittsburgh, Detroit e Buffalo o panorama é semelhante, com a única diferença de que o telefone toca mais vezes.

Os efeitos do desemprego no sector da construção são definidos como «devastadores». O Departamento de Comércio informou que o número de edifícios iniciados em Fevereiro corresponde a metade do relativo ao mesmo mês de 1974. Segundo a Associação Nacional de Construtores de Residências, o ritmo da construção diminuirá ainda mais, pois há 402 000 casas e 200 000 apartamentos à venda e não aparecem compradores nem inquilinos.

Enquanto no «paraíso» do capitalismo o desemprego aumenta todas as semanas, e o sector da construção se afunda numa profunda crise, na União Soviética, berço do socialismo, não há desemprego e o povo dispõe de mais e melhores casas. Entre 4 habitantes de Moscovo, 1 estroeu uma casa nos últimos 4 anos. Anualmente são construídos 5 milhões de metros quadrados de áreas residenciais.

Basta comparar e tirar conclusões.

Os monopólios americanos lançam-se à conquista da África

O continente africano concentra intensas reservas de riquezas naturais, em particular no seu subsolo. Calcula-se que a África, com exclusão da África do Sul, possui 42 por cento dos jazigos conhecidos de cobalto, 34 por cento dos de bauxite e 17 por cento dos de cobre. As reservas de ferro africanas são duas vezes mais importantes que as dos EUA. A zona austral de África, já foi comparada a uma gigantesca pepita. O conjunto de países Congo-Zâmbia-Rodésia-Malawi-Moçambique-África do Sul-Angola contém a mais formidável concentração de metal do planeta. Essas minas riquíssimas produzem metade dos diamantes, metade do alumínio, um terço do cobre, e do cromo, sessenta por cento do ouro e do cobalto, quarenta por cento do manganês, quinze por cento do chumbo e do estanho, oito por cento do urânio e do ferro extraídos anualmente no mundo. Angola possui ainda importantes reservas de petróleo (em particular em Cabinda), e o seu subsolo é abundante em alguns dos minerais raros, necessários na construção dos engenhos espaciais. A riqueza do solo africano, as suas potencialidades agrícolas, são também imensas.

O continente africano tem sido um dos mais importantes alvos da cobiça e da desenfreada exploração do imperialismo e das grandes multinacionais. A luta dos povos africanos, a evolução progressiva e a política de defesa das riquezas nacionais empreendida por alguns governos de África, tem limitado ao imperialismo a rapina a que tem sujeito este continente. Mas, apesar disso, uma parte considerável das riquezas de África continua a converter-se em lucros especuladores de grandes potentados da Europa e dos EUA. Os monopólios da Inglaterra, da França, da Bélgica, da Itália, da RFA, dos EUA são ainda os grandes beneficiários dos frutos do trabalho dos povos africanos, das fabulosas riquezas do seu continente.

A orientação dos investimentos do capital monopolista, que se traduz de facto numa política de rapina, é naturalmente selectivo. Visa em particular as zonas mais abundantes em matérias-primas de que se possam retirar maiores lucros, e em que a situação política seja mais favorável a uma política de exploração sem peias. Nesse particular, as grandes multinacionais com sede nos EUA, têm sido particularmente cuidadosas, talvez por terem tido até à data a possibilidade de uma maior exploração dos países da América Latina e das importantes reservas petrolíferas do Médio Oriente. Com excepção da África do Sul, em que os investimentos do imperialismo americano orçam pelos 125 milhões de contos, o capital americano pouco se empenhou nos outros países da África até 1960.

Perante a realidade política actual, que segue uma trajectória em nada coincidente com os interesses do capital monopolista, os EUA decidiram arriscar. Neste momento está-se a assistir a um cada vez maior interesse do imperialismo americano pelas fabulosas riquezas de África. A ALCOA decidiu abrir uma segunda mina de bauxite na República da Guiné. A KAISER ALUMINIUM volta a investir no Gana, a BETHLEHEM SHELL no Gabão, a PICKANDS MATHER na Costa do Marfim. A AMOCO e a LEON TEMPLEMAN associaram-se para uma massiva exploração do cobre do Zaire. Um grupo de monopólios americanos dedica-se à exploração de uma mina de níquel no Burundi, que, segundo especialistas da ONU, é extremamente rica. O capital monopolista americano decidiu também reforçar a exploração das imensas potencialidades agrícolas de África, e estende os seus tentáculos para as plantações e refinarias de açúcar da Costa do Marfim, domina a indústria de pesca do camarão, pretende explorar empresas agrícolas nos altos planaltos de Angola, para cultura e transformação do milho e do trigo. Seis bancos americanos abrem sucursais em África.

Este redobrado interesse dos EUA pelo continente africano não pode trazer nada de bom para os seus povos. Constitui uma ameaça real de reforço e, se possível, de expansão das múltiplas formas de neocolonialismo. Os povos africanos deverão estar atentos e opor-se decididamente a todas as manobras do imperialismo americano.

As habilidades proféticas do sr. Willy Brandt

Um forte dispositivo repressivo foi montado em Guernica — e cidade imortalizada por Picasso, como exemplo de carnificina a que a barbárie das forças de Franco levou durante a guerra civil em Espanha — para impedir a realização de um comício convocado sob as palavras de ordem «Autonomia para a Região Basca», «Liberdade para os Presos Políticos Bascos» e «Defesa dos Direitos Cívicos». Cerca de 1000 polícias de choque fortemente armados foram destacados para patrulhar o centro da cidade e as vias de acesso, que foram cortadas. Cerca de 15 mil automobilistas tiveram que voltar para trás. Efectuaram-se 40 prisões. Por distribuíram propaganda do comício já tinham sido presas mais de 20 pessoas, nos dias anteriores, na zona industrial de Bilbao e em San Sebastian, junto da fronteira francesa.

Entretanto, foi morto, com uma rajada de metralhadora, um agente da polícia política, da Brigada Política e Social — a PIDE espanhola.

O agudizar da luta contra o regime franquista em Espanha arrasta divisões, dificuldades e desconfinças em sectores que têm constituído sólidos apoios do fascismo em Espanha.

Os avisos aos militares para que não se imiscuam na vida política do país (quando contrárias a Franco, como é evidente), repetem-se. Recentemente, o capitão-general da 6.ª Região Militar, Mateo Prada Canillas, numa declaração feita a um diário, afirmou que: «Os militares que participem em actividades políticas incorrer nas penas previstas pelo Código de Justiça Militar.»

Quinze padres estão presos por fazerem sermões que o governo de Franco e do «liberal» Arias Navarro considerou subversivos. Pela mesma razão, foram aplicadas nos últimos 3 anos, a 108 sacerdotes, penas de multa que orçam por um total de 5000 contos. O recente incidente em Vallecas, em que a polícia impediu a realização de um Congresso, sob a presidência do arcebispo de Madrid, cercando a sala em que este se ia realizar, provocou vivos protestos. Uma carta pastoral do arcebispo, de protesto contra a proibição, que considerou incompreensível, foi lida na semana seguinte em todos os púlpitos de Madrid. Trinta sacerdotes recusaram-se a rezar missa.

Certa Imprensa do mundo capitalista tem-se dedicado às mais variadas profecias sobre o futuro da vida política em Espanha. Um traço comum — o temor muito nítido de que sementes da revolução portuguesa se implantem em Espanha. Contra essa perspectiva particularmente desagradável à reacção internacional, os meios reacçãoários elaboram para si próprios os mais variados argumentos, desde uma praxeologia política liberalizante que seria seguida pelo governo espanhol, até ao desenvolvimento da Indústria, superior ao verificado em Portugal, sob a ditadura fascista.

É por de mais evidente que qualquer paralelo linear entre dois países necessariamente diferentes é por princípio um absurdo. Mas não deixa de ser curioso assistir a esta desesperada ginástica de argumentos, em que se pretende demonstrar que a Espanha não seguirá uma via revolucionária. O esforço para tomar os desejos por realidades é bem patente. Diz-se que Portugal e Espanha «historicamente actuaram em direcções diferentes», mas, como Willy Brandt declarou recentemente em Washington, tem-se os efeitos em Espanha de uma «solução extremista» no nosso país, uma Espanha que se diz estar a caminhar na direcção certa». Considerado o fascismo espanhol uma «d direcção certa», a «solução extremista» em Portugal será sem dúvida a consolidação de um regime democrático, ao serviço dos interesses do nosso povo. Regime democrático que o mundo capitalista deseja que não se torne extensivo a toda a Península.

O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS;
ENVIAMOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

O passado, o presente e o futuro da FNAT

DE INSTRUMENTO DA IDEOLOGIA FASCISTA
A INSTRUMENTO DE CULTURA DEMOCRÁTICA

De acordo com os objectivos do 25 de Abril e orientada pelos princípios expressos no programa do MFA, tem vindo a FNAT a transformar-se num organismo verdadeiramente ao serviço dos trabalhadores portugueses.

Esta realidade da qual vão sendo já dados testemunhos através de uma intensa actividade cultural da FNAT desde o momento em que esta se encontra em reestruturação, não foi ainda completamente compreendida pelos trabalhadores que, durante décadas, encararam este organismo com o carácter que o fascismo lhe imprimiu.

Efectivamente, não restam dúvidas de que a FNAT constituiu um instrumento da corrupção ideológica fascista visando o boicote da consciência política dos trabalhadores.

Porém e em harmonia com a transformação dialéctica da sociedade portuguesa, a FNAT, hoje, pouco tem a ver com o passado e, num futuro próximo, a sua imagem «corporativa» terá sido, completamente anulada. Nesse sentido trabalhava a Comissão Administrativa e a Comissão de Reestruturação da FNAT. Nesse sentido, cada vez mais se afirma o apoio dos trabalhadores à nova FNAT, que pode e tem de tornar-se um veículo de cultura democrática no interesse do desenvolvimento do processo revolucionário.

No Programa do nosso Partido insiste-se na democratização da instrução e da cultura que por fim à ignorância secular das massas trabalhadoras, dar-lhes a possibilidade de terem uma intervenção directa em todos os sectores da vida política, social e económica portuguesa.

Nesta tarefa, a FNAT desempenhará um papel tanto mais positivo quanto maior for o dinamismo das massas trabalhadoras na sua transformação em instrumento ideológico democrático.

A «ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES» PARTE DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CORPORATIVO

Tomado o poder pela violência em 1926, intensificada a ditadura política e económica, o governo fascista recorreu a todos os métodos de propaganda alienatória com o fim de criar um mínimo de base subjectiva que lhe servisse de suporte. Para alcançar este objectivo, a sua acção orientou-se segundo duas directrizes fundamentais. Por um lado, a institucionalização da repressão aos movimentos reivindicativos do proletariado e dos trabalhadores em geral através da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional (1933) como primeiro passo para a instauração, pela força, de um sistema organizado de colaboração de classes. Por outro a criação de um «espírito corporativo» que surgiria na sequência de uma política sistemática de obscurantismo. Este propósito de «segurar» as massas pelo terrorismo cultural não é original ao fascismo português e nem sequer é exclusivo do fascismo. No entanto, constituiu uma grata ilusão comum ao fascismo na Itália, na Alemanha e entre nós. O «Fascista», órgão da Liga Imperial Fascista (Itália), em Agosto de 1933, definia o fascismo como uma revolta patriótica contra a democracia... a regra fascista insiste no dever da colaboração. O fascismo, em si, é menos um plano que um estado de espírito...

E é evidente que esta definição pouco tem a ver com uma análise histórica do fascismo. Mas os fascistas embriagavam-se com a concepção de fascismo enquanto «realidade espiritual».

Para sobrevivência do fascismo não bastava a «força material». Era necessário inculcar esse «estado de espírito» entre os trabalhadores, principal raiz da oposição organizada ao governo ditatorial. Nesse sentido, o governo fascista promulgou o Decreto-Lei n.º 25 495, de 13 de Junho de 1935, no qual se diz:

«A organização corporativa da Nação não deve limitar os seus objectivos ao campo das preocupações de ordem meramente material... Sem um intenso movimento de espiritualização da vida e sem um forte apelo aos valores morais, a obra do Estado Novo

poderia renovar materialmente a face da terra portuguesa mas não seria conseguida a sua vitória mais alta: a transformação profunda da nossa mentalidade, o revigoramento de todos os laços e de todos os sentimentos que mantêm a comunidade nacional e a perpetuam através dos tempos.

Na organização do trabalho é preciso não perder de vista este aspecto primordial. Não basta facilitar as funções oficiais dos sindicatos nacionais e das Casas do Povo. É preciso estimular o ambiente de puro idealismo em que tais instituições se criaram, manter acesa a chama do entusiasmo e da confiança e o pensamento social do Estado Corporativo faz reaver na consciência das massas trabalhadoras...

...O decreto que ora se publica tem por fim aprovar os estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, cujos objectivos consistem essencialmente em «aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral».

E uma instituição nova que se cria sob o patrocínio do Estado mas aspirando a conseguir num futuro breve, vida independente, solidamente alicerçada na generosidade e no civismo de uns, no entusiasmo e no reconhecimento de outros, na devoção de todos os que creem nos altos ideais da Revolução Nacional».

Cabe aqui recordar que a organização dos tempos livres constituía a maior organização e a mais complexa do fascismo. Este um facto comum à Itália, Alemanha e a Portugal. Como salienta Palmiro Togliatti, a criação da organização dos tempos livres fez parte da organização do Estado Corporativo... A ditadura fascista cria a organização dos tempos livres e obriga a massa a entrar nela, dando-lhe um certo número de facilidades, satisfazendo, em certa medida, uma necessidade das massas trabalhadoras italianas.

A FNAT É JÁ UM INSTRUMENTO DE CULTURA DEMOCRÁTICA

Mas o que pode ser a FNAT nas condições criadas com o processo revolucionário? A resposta a esta questão começa a completar-se quatro meses após a constituição de uma Comissão Administrativa para a FNAT, designada pelo ministro do Trabalho. Por Decreto-Lei 551/74 é constituída por dois representantes do Ministério do Trabalho, engenheiros Sabino Lebre e José Brito Folque, e por dois representantes dos sindicatos, Fernando Chambel e Rogério Paulo.

Estudar a redefinição da natureza e funções da FNAT dentro dos princípios da nova organização político-constitucional instaurada pelo MFA em 25 de Abril constitui tarefa desta Comissão, na qual é auxiliada por elementos ligados a actividades culturais e de expressão corporal que formam a Comissão de Reestruturação.

E já outra a face com que a FNAT vem aparecendo aos trabalhadores. As iniciativas conduzidas no aspecto cultural, nomeadamente no teatro representando o primeiro passo na construção da FNAT enquanto instrumento de formação de uma opinião democrática e de motor acelerador de consciencialização política. Em circular enviada aos sindicatos pela Comissão Administrativa, lê-se:

Assim, o Teatro da Trindade já apresentou os seguintes espectáculos: «Terror e Miséria do III Reich» de Bertold Brecht, pela Companhia da Cornucópia; «O Canto do Fantoche Lusitano», de Peter Weiss, pelo Teatro Português de Paris; 1.ª semana do Cinema Cubano e Exposição; «Os Carnívoros», de Miguel Barbosa, pelo Grupo de Teatro dos Trabalhadores de A Tabaqueira; «Chico Fantocheiro», de Armando Caldas, pelo Grupo de Teatro «Los Trabalhadores da BP»; espectáculos infantis; «A 10.ª Turista», de Mendes de Carvalho, pelo Grupo Veto Teatro Oficina do Circulo Cultural Scalabitano de Santarém; «Uma Casa em Lota Alto», de Vítor Torres, pelo Grupo Cénico dos Trabalhadores da Companhia Nacional de Navegação; «Fulgor e Morte de Joaquim Muriet», de Raulo Merula, pelo Grupo

de Teatro do Clube Atlético de Campolide; «As Espingardas da Mãe Carrar», de Bertold Brecht, pela Casa da Comédia; «A Investigação de Xavier Pomer», pelo Grupo 4.

Além das realizações levadas a cabo no Teatro da Trindade a FNAT iniciou a sua acção de dinamização cultural noutras zonas; assim o espectáculo de teatro infantil «Chico Fantocheiro», pelo Grupo de Teatro dos Trabalhadores da BP, é realizado nas regiões de Corroios e Moscavide; a peça «As Espingardas da Mãe Carrar», pela Companhia da Casa da Comédia, nas regiões de Corroios, Moscavide e em Évora. Em colaboração com a Intersindical, a FNAT colabora na organização de digressão pelo País do Grupo Artístico dos Sindicatos da URSS. Ainda em colaboração com a Intersindical, Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, Direc-



A ex-FNAT, agora INATEL (Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres) está proporcionando aos trabalhadores um correcto aproveitamento dos seus períodos de lazer.

ção-Geral de Desportos, Pró-UNEP Movimento da Juventude Trabalhadora, Associação de Amizade Portugal-Guine-Bissau, a FNAT colabora na organização das comemorações do Dia Internacional da Mulher em colaboração com o MFA e o Teatro Português de Paris participa na digressão deste grupo com a peça «O Canto do Fantoche Lusitano» nas regiões da Covilhã, Setúbal. Em colaboração com a A. de A. Portugal-Cuba organizou a FNAT a semana do cinema cubano no Barreiro, com a participação da Grande Cuba, e em Almada com a participação da Incrivel Almadenese.

Sabino Lebre, elemento da Comissão Administrativa, falando ao «Avante!», respectivamente a actividade desenvolvida no plano cultural pela FNAT.

«O nosso objectivo é descentralizar, ao máximo, a actividade cultural, não a limitar aos espaços citadinos, mas desenvolvendo-a, incentivando-a na província. Trata-se de um trabalho lento, mas para o qual existe já uma estrutura que é constituída pelas delegações da FNAT espalhadas pelo País, pelos CAT e pelos CRP. Importante, também, criar o que podemos chamar dois centros polarizadores de cultura. No Sul, este papel cabe ao Teatro da Trindade e, em breve, contaremos com um teatro no Porto.

Descentralizar a cultura, mas como? Eis a questão abordada por Vítor Carvalho, elemento da Comissão de Reestruturação ligado à actividade teatral.

«É necessário que o País não seja Lisboa. E essa a nossa preocupação ao planificar a actividade cultural, que deve ser adaptada às características das diferentes regiões. Há regiões no País que para nós são prioritárias. Há muita gente que nunca viu teatro na vida e algumas pessoas viram-no anos. Colaboramos já em campanhas de dinamização cultural do MFA e tivemos a ocasião de verificar a reacção positiva destas pessoas. De uma maneira geral, estão

ávidas por ter acesso ao que lhes foi negado durante décadas de fascismo. Neste momento, exibimos com certa frequência os espectáculos que se estreiam na Trindade, em vários locais da província. E ainda uma acção limitada no espaço. Pensamos que não basta ir uma vez a uma aldeia e depois a outra. É preciso alimentar a semente que lançamos com a primeira visita e voltar de novo.

Visitar as aldeias, exibindo espectáculos, ainda que positivo, implica o risco de colocar as populações numa certa passividade, ainda que estas reajam, participando na discussão das peças a que assistem. Esta a dúvida que se nos coloca e que Vítor Carvalho esclarece:

«Mas o nosso objectivo não é esse. Queremos que cada aldeia seja um centro de dinamização cultural. Como? Não consideramos

com os seus interesses. No final, teremos seis grupos de teatro formados (com dez membros cada grupo), capazes de montar, pelos seus próprios meios, uma peça. Aliás, os trabalhos do seminário serão práticos e, no seu encerramento, estarão montadas seis peças. Este seminário é o primeiro de uma série deles: sobre cinema, fotografia, etc. Realizar-se-á talvez em Julho, no Teatro da Trindade, como o grande teatro-piloto da cultura em Portugal, e contamos com o apoio do MEC e do MCS.

A actividade recente no Teatro da Trindade traduz um esforço positivo no sentido de interessar os trabalhadores por espectáculos que, pelo seu conteúdo, se inserem num trabalho de politização das massas. Mas dispõem os trabalhadores dos meios de acesso a estes espectáculos? V. Carvalho respon-

demos: «A actividade cultural e completa autonomia. Do ponto de vista cultural, a primeira orientação que defendemos é que não há decisões de cúpula, ajudaremos a dinamizar apenas, auxiliando todos os projectos que sejam coerentes com os princípios do Programa do MFA e o desenvolvimento da democracia.

A etnografia é um dos domínios mais pungentes, culturalmente. No aspecto musical, pugnamos pelo desenvolvimento das bandas. E justo dizer-se que, neste aspecto, a FNAT tem tido, desde sempre, um papel importante. Multas bandas de aldeia teriam desaparecido sem o auxílio da FNAT. Continuamos este trabalho, mas enriquecendo-o. Brevemente, um espectáculo musical correrá o País com obras de Lopes Graça, que traduzem as melhores formas de expressão musical do povo. A busca de uma etnografia dentro da

acção visará o fomento de actividades com utilização de animadores desportivos; 7—A actividade desportiva deverá destinar-se a todos os trabalhadores maiores de 14 anos, competindo à FNAT satisfazer este objectivo com práticas ajustadas aos respectivos escalões etários; 8—Todos os complexos turísticos da FNAT deverão ser dotados de convenientes estruturas, quer materiais quer humanas, de forma a permitirem a prática desportiva generalizada, tanto do ponto de vista do sexo como da idade.

Neste momento, a FNAT ausculta os trabalhadores através dos CAT e CRP, casas do povo e sindicatos, acerca destes pontos de orientação do trabalho no domínio do desporto. Por outro lado, entabulam-se neste momento relações com o Conselho Nacional das Sociedades Desportivas Amadoras dos Sindicatos da URSS, para a efectivação de um intercâmbio desportivo.

UMA FÁBRICA DE COMIDA

Mantém ainda a FNAT outras acções de carácter social, cujo desenvolvimento pode ser um motor de aceleração da qualidade de vida dos trabalhadores portugueses. Como exemplo, a rede de refeitórios e dos centros de turismo, chamados colónias de férias. A este respeito, fala-nos Sabino Lebre:

«Possuimos uma rede insuficiente de refeitórios. Os nossos projectos são de ampliação a todo o País criando, pelo menos, um refeitório em cada cidade principal de província. Um plano ambicioso para a zona de Lisboa consiste em abrir uma fábrica de comida, que será distribuída a cantinas dos bairros populares da cidade. Se conseguirmos com um volume de mil refeições diárias, poderemos distribuir com refeições a dez bairros.

Quanto aos centros de férias, a comissão administrativa propôs à discussão dos sindicatos novas e mais correctas formas de admissão que possibilitem que, já a partir deste ano, seja aumentado substancialmente o número de trabalhadores a usufruírem dos centros de férias, cujo custo de utilização será de acordo com o rendimento por pessoa do agregado familiar. Os centros existem na Costa de Caparica, Foz de Arelho, Albufeira, S. Pedro do Sul e Entre-os-Rios (Pernafiel). O seu período de utilização foi ampliado e, durante os turnos, desenvolvemos actividade cultural e desportiva. Projectamos, também, uma grande ampliação de parques de campismo. Por outro lado, já foram encetadas negociações para o intercâmbio turístico e cultural de trabalhadores com os seguintes países: URSS, Hungria, Bulgária, Iugoslávia, República Democrática Alemã, Cuba, Dinamarca, França (Comité da Fábrica Renault), Bélgica e Itália; continua, também, o trabalho de negociação com os restantes países socialistas e com os no-

vos países de expressão portuguesa com os mesmos objectivos. Os recentes acordos comerciais de transportes com os países socialistas vêm facilitar este nosso trabalho.

Como é evidente, nenhum destes sectores poderá desenvolver uma actividade prática sem a estreita colaboração das organizações representativas dos trabalhadores e que são, em primeiro lugar, os sindicatos. Pensamos ser necessário chamar a atenção dos representantes sindicais para a importância que deve ser dada aos sectores citados e que de maneira muito concreta façam um trabalho de esclarecimento e de mobilização para que as iniciativas da FNAT possam ter êxito e correspondam aos mais legítimos anseios dos trabalhadores.

Uma das medidas tomadas pela comissão administrativa com o objectivo de criar uma efectiva ligação orgânica entre os sindicatos e a FNAT consistiu em responsabilizar os sindicatos pela constituição das delegações distritais da FNAT. A existência de representantes dos trabalhadores nas delegações é considerada como um passo fundamental, já concretizado, para que a FNAT que estamos a reestruturar leve à prática uma justa orientação.

Os problemas que se levantam a essa orientação são, fundamentalmente, de ordem financeira. Sabino Lebre fala-nos das dificuldades económicas que entravam o trabalho de reestruturação:

«Problema de capital importância e para o qual não se vislumbram possibilidades optimistas é o das receitas, o que já neste momento nos impede de realizar projectos nos sectores referentes a restaurantes, campismo e outras actividades, e que seriam conseguidas em condições excepcionalmente vantajosas. E, no futuro, este problema limitará imenso a concretização de muito daquilo que não será utópico propor-se. Porém, se algumas receitas deixarem de existir, como, por exemplo, as referentes a grémios e organismos de coordenação económica, as provenientes dos sindicatos, que há algum tempo deixaram de contribuir, certamente não deixarão de se actualizar perante a nova FNAT que, pelos trabalhadores e para os trabalhadores, está a ser orientada.

As caixas de previdência compreenderam, mais facilmente, que a estrutura da nova FNAT nada tem a ver com a FNAT que servia os interesses do fascismo e não têm falhado nas suas contribuições. E necessários que também os sindicatos contribuam para a FNAT. Se, durante o fascismo, o não pagamento de quotização era uma forma de protesto e de luta, hoje, as condições políticas são diametralmente opostas. A FNAT é já o embrião de um organismo verdadeiramente ao serviço dos trabalhadores portugueses e os seus fins são comuns aos da actividade sindical: a criação de uma vida melhor para o povo trabalhador.

Por que lutam os Comunistas

CADERNOS

2

PEDIDOS A EDITORIAL «AVANTE!»